

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

FABÍOLA PEREIRA COSTA

**DIRETRIZES À MEDIAÇÃO CULTURAL COM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS:
UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS COM O ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DE
VITÓRIA (ES) A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

**VITÓRIA (ES),
2021**

FABÍOLA PEREIRA COSTA

**DIRETRIZES À MEDIAÇÃO CULTURAL COM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS:
UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS COM O ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DE
VITÓRIA (ES) A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para o título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da informação.

Orientador: Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde

Coorientadora: Prof^a Dr^a Meri Nadia Marques Gerlin

VITÓRIA (ES),
2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C837d Costa, Fabíola Pereira, 1987-
Diretrizes à mediação cultural com documentos arquivísticos: :
um estudo sobre práticas com o acervo do Arquivo Público de
Vitória (ES) a partir da Base Nacional Comum Curricular /
Fabíola Pereira Costa. - 2021.
141 f. : il.

Orientador: Taiguara Villela Aldabalde.
Coorientadora: Meri Nadia Marques Gerlin.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Mediação Cultural. 2. Arquivologia. 3. Educação. I.
Aldabalde, Taiguara Villela. II. Gerlin, Meri Nadia Marques. III.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 001

FABÍOLA PEREIRA COSTA

**DIRETRIZES À MEDIAÇÃO CULTURAL COM DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS:
UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS COM O ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DE
VITÓRIA (ES) A PARTIR DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em ____ de Outubro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador – Membro interno

Profª Drª Meri Nadia Marques Gerlin
Universidade Federal do Espírito Santo
Coorientadora - Membro interno

Prof. Drª Rosa da Penha Ferreira da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Profª Drª Neusa Balbina de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro externo

Prof. Drª Gleice Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno suplente

Profª Drª Maria Cristina Figueiredo Aguiar Guasti
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro externo suplente

Ao meu filho Davi e minha mãe Cristina,
minhas fontes de inspiração e força.

Ao meu pai Joaquim (*in memoriam*), que
ao seu modo me ensinou que a educação
é a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Davi e a minha mãe Cristina, que são minhas doses diárias de energia e força.

Ao meu namorado, Felipe, e meus familiares que me apoiaram nesse longo percurso, que entenderam minhas ausências e compreenderam minhas oscilações de humor.

A todos os professores que contribuíram no meu processo de formação, desde a educação infantil, que acreditam que a educação é a base de tudo, e a dedicação gera potenciais resultados. Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde, pela paciência, empatia, por me ensinar e me conduzir nesse importante processo.

A minha coorientadora Prof^a Dr^a Meri Nadia Marques Gerlin, por aceitar os desafios, não soltar a minha mão e contribuir na minha formação.

Ao PPGCI-UFES e todos os envolvidos pela oportunidade de continuidade na minha formação e desenvolvimento acadêmico e pessoal.

A todos que participaram direta e indiretamente dessa etapa, agradeço por confiar no meu esforço e por respeitar minhas lutas pessoais.

[...] a atividade no campo do patrimônio cultural é complexa, delicada e trabalhosa. Exige postura crítica rigorosa. Exige capacidade de ir além de suas próprias preferências pessoais. Mas por isso também é tão fascinante e gratificante, pois estamos tratando, não de coisas, mas daquela matéria-prima – os significados, os valores, a consciência, as aspirações e desejos – que fazem de nós, precisamente, seres humanos.

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses
(2009)

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral investigar de que forma as práticas de mediação cultural a partir do acervo Arquivo Público Municipal de Vitória podem colaborar nos processos de ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade. Como objetivos específicos, a pesquisa discute o conceito de mediação cultural em ambientes arquivísticos no contexto da Ciência da Informação; descreve a instituição Arquivo Público Municipal de Vitória e levantar as suas práticas de mediação cultural; apresenta o mapeamento e a categorização dos usuários do Arquivo Público Municipal de Vitória; contextualiza a Base Nacional Comum Curricular, sua trajetória e concepções, destacando as competências no processo ensino e aprendizagem que envolvem os arquivos; compara as práticas de mediação cultural desenvolvidas no ambiente arquivístico em relação às atividades propostas na BNCC para indicar as convergências bem como e as necessidades de adaptação àquelas diretrizes; e apresenta a elaboração de práticas de mediação cultural associadas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular e ao uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória (ES). Com base nos objetivos delimitados para o desenvolvimento da pesquisa, o estudo no qual possui aspectos de uma pesquisa exploratória e descritiva, caracterizando-se como uma pesquisa-ação com o emprego da pesquisa bibliográfica e documental utilizando como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários. Como resultado, observou-se que tanto a literatura consultada, quanto os dados obtidos junto aos participantes, corroboram para a importância da oferta dos serviços educativos por parte das instituições arquivísticas, indicando ainda a necessidade de que as ações dessa natureza sejam planejadas e articuladas aos currículos escolares, de modo que além de serem executadas, possam fazer parte do cotidiano arquivístico da instituição em questão.

Palavras chave: Arquivística; Arquivo Municipal; Ensino Fundamental; Mediação cultural; Mediação da informação; Arquivo Público.

ABSTRACT

The general objective of this study is to investigate how the cultural mediation practices from the collection Arquivo Público Municipal de Vitória can collaborate in the teaching and learning processes of elementary school students according to the Base Nacional Comum Curricular - BNCC guidelines and how this dynamic with the school can strengthen the ties of the Archive with the community. As specific objectives, the research discusses the concept of cultural mediation in archival environments in the context of Information Science; describes the institution Arquivo Público Municipal de Vitória and raise its practices of cultural mediation; presents the mapping and categorization of users of the Arquivo Público Municipal de Vitória; contextualizes the Base Nacional Comum Curricular, its trajectory and conceptions, highlighting the competencies in the teaching and learning process involving archives; compares the practices of cultural mediation developed in the archival environment in relation to the activities proposed in the BNCC to indicate the convergences as well as and the needs of adaptation to those guidelines; and presents the development of practices of cultural mediation associated with the normative guidelines of the Base Nacional Comum Curricular and the use of the collection of the Arquivo Público Municipal de Vitória (ES). Based on the objectives set for the development of the research, the study has aspects of an exploratory and descriptive research, characterized as a research-action with the use of bibliographic and documentary research using as instrument of data collection the application of questionnaires. As a result, it was observed that both the consulted literature and the data obtained from the participants corroborate the importance of the provision of educational services by the archival institutions, also indicating the need for such actions to be planned and articulated to the school curricula, so that in addition to being implemented, they can be part of the daily life of the institution in question.

Key Words: Archivistics; Municipal Archive; Elementary School; Cultural Mediation; Information Mediation; Public Archive.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características metodológicas do estudo segundo os objetivos pretendidos.....	34
Quadro 2 – Levantamento das práticas de mediação cultural realizadas pelo APMV.....	51
Quadro 3 - Quantidade de fichas entre 2005 e novembro de 2019.....	60
Quadro 4 – Categorias distribuídas por teor e ano das investigações dos usuários.....	61
Quadro 5 – Orientações da BNCC e relação de itens.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados referentes à residência dos usuários.....	62
Gráfico 2 – Dados referentes aos materiais consultados pelos usuários.....	63
Gráfico 3 - Número de atendimentos remotos 2013 - jul. 2021.....	90

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartão distribuído para a captação de participantes.....	32
Figura 2 – Produto de divulgação da Exposição fotográfica Exposição “Moscoso: Retratos de um Parque Quando Jovem” realizada pelo APMV de maio a junho de 1995.....	53
Figura 3 – Produto final do projeto “Memória Jornalística: inventário analítico do Acervo de jornais do Arquivo Geral do Município de Vitória”.....	54
Figura 4 – Produto final do projeto “Arquivo Municipal de Vitória: memória e história”.....	55
Figura 5 – Produto final do projeto “Inventário dos manuscritos dos Séculos XVIII e XIX”.....	56
Figura 6 – Produto final do projeto “Inventário do acervo da Lei Rubem Braga 1992-2012”.....	57
Figura 7 – Produtos do projeto “Atlas Urbanístico de Vitória”.....	58
Figura 8 – Estrutura da BNCC.....	68
Figura 9 – Competências Gerais da Educação Básica.....	71
Figura 10 – Interface da página inicial do site.....	91
Figura 11 – Interface da seção destinada às atividades relacionadas à Educação.....	92

LISTA DE SIGLAS

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

BNC - Base Nacional Comum Curricular

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

BRAPCI - Base de Dados em Ciência da Informação

CI - Ciência da Informação

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONAE - Conferência Nacional pela Educação

CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação

DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

ES - Espírito Santo

FNE - Fórum Nacional de Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

INEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAES - Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE - Plano Nacional de Educação

PNFEM - Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio

ProBNCC - Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

SEDU - Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

TIC - Tecnologias de Informação e de Comunicação

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UNDIMED - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
	2.1 QUANTO AOS OBJETIVOS.....	26
	2.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	26
	2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	28
	2.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	29
	2.5 FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	32
	2.6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	33
3	MEDIAÇÃO CULTURAL E SERVIÇOS EDUCATIVOS EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS.....	36
	3.1 A MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUIVÍSTICA.....	36
	3.2 MEDIAÇÃO CULTURAL E SERVIÇOS EDUCATIVOS EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS.....	39
4	O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA SOB A PERSPECTIVA A MEDIAÇÃO.....	45
	4.1 CARACTERIZANDO O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA.....	45
	4.2 PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA.....	50
5	OS USOS E OS USUÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA.....	59
6	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUAS CONVERGÊNCIAS COM PRÁTICAS DE ENSINO NOS ARQUIVOS.....	64

7	A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO DIRETRIZ ÀS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL.....	74
	7.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS EM CI A PARTIR DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL EM ARQUIVOS DIRECIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL.....	74
8	O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL SOB AS DIRETRIZES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR AO PÚBLICO ESCOLAR.....	80
	8.1 O PÚBLICO ESCOLAR DO ARQUIVO EM AMBIÊNCIA DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.....	80
	8.2 ATIVIDADES EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS A PARTIR DAS DIRETRIZES DA BNCC E DO ACERVO DO APMV.....	84
	8.2.1 Área de Linguagens.....	84
	8.2.2 Área de Matemática.....	87
	8.2.3 Área de Ciências da Natureza.....	87
	8.2.4 Área de Ciências Humanas.....	88
	8.2.5 Área de Ensino Religioso.....	89
	8.3 A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO O TRABALHO ARQUIVÍSTICO EM PROL DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS.....	89
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS.....	112
	ANEXOS.....	119
	ANEXO A - PARECER COMITÊ DE ÉTICA UFES.....	120

APÊNDICES.....	124
APÊNDICE A – Carta de Anuência – Arquivo Público Municipal de Vitória.....	125
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	126
APÊNDICE C – Roteiro de questões para entrevista semiestruturada.....	129
APÊNDICE D – Questionário de avaliação das atividades desenvolvidas.	130
APÊNDICE E – Atividades Língua Portuguesa.....	133
APÊNDICE F – Atividades Arte.....	135
APÊNDICE G – Atividades Educação Física.....	136
APÊNDICE H – Atividades Matemática.....	137
APÊNDICE I – Atividades Ciências.....	138
APÊNDICE J – Atividades Geografia.....	139
APÊNDICE K – Atividades História.....	140
APÊNDICE L – Atividades Ensino Religioso.....	141

1 INTRODUÇÃO

Definida como instituição cujas finalidades são de custódia, processamento técnico, conservação e acesso aos documentos arquivísticos, de maneira geral, as instituições arquivísticas devem adotar ações voltadas para a administração, o gerenciamento e a organização do seu acervo. Para além do cumprimento das atividades técnicas comumente estabelecidas, as instituições arquivísticas agregam atividades secundárias¹ que contribuem para a aproximação da sociedade de seu patrimônio documental (BELLOTTO, 2014), assumindo um importante papel na formação social dos indivíduos.

Diante da diversidade das demandas presentes nas instituições arquivísticas, a presença de profissionais de diferentes áreas do conhecimento torna-se cada vez mais relevante, já que esse ambiente atende a um público cada vez mais diversificado. Para Duff (2016, p. 196) é nesse contexto que a mediação arquivística emerge, “[...] à medida que grupos maiores e mais diversificados de usuários tentam acessar os arquivos [...]”, e essa diversidade de usuários, com suas respectivas necessidades informacionais, refletem nos trabalhos voltados para a difusão e a democratização do acesso aos documentos de arquivo.

O ambiente arquivístico é um espaço propício ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, possibilitando que profissionais da informação e da educação possam fazer o uso didático do acervo documental. Diferente de outros ambientes de guarda patrimonial, os documentos dos arquivos situam-se na categoria de bens materiais tangíveis (ALDABALDE, 2018). Para além da educação patrimonial² que ocorre em ambientes arquivísticos, o diálogo entre arquivistas e professores abre espaço para atividades que contemplam o processo de ensino e aprendizagem, destacando-se nesse contexto o ensino da disciplina de História (BELLOTTO, 2014).

Perante a atuação das instituições de arquivo como mediadoras no processo

¹ Entendem-se como funções primárias aquelas relacionadas ao atendimento e apoio às demandas administrativas; e funções secundárias aquelas diretamente ligadas ao valor histórico-cultural dos documentos arquivísticos, que se desdobram em atendimentos às pesquisas de fins científicos e às demandas sociais e/ou culturais (BELLOTTO, 2014).

² “Trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento, [...] instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 04) e viabiliza a valorização e compreensão da cultura e do universo sociocultural no qual o indivíduo está inserido.

de ensino e aprendizagem e suas potencialidades por meio do uso de seu acervo e materiais como recursos didáticos, compreende-se que essa instituição participa não somente da construção do conhecimento de uma forma interativa, mas também abre caminho para o exercício da cidadania. Para Bellotto (2014, p. 141) “[...] a abertura dos arquivos ao público escolar, aos estudantes do ensino fundamental e médio, pode trazer benefícios didáticos surpreendentes”, além de reforçar, ainda, o exercício dos atores que trabalham nas instituições de arquivo como agentes colaborativos na transformação da consciência cidadã da sociedade.

O arquivo pode oferecer parcerias estratégicas no processo de ensino e aprendizagem voltado para a educação básica, e os usos didáticos dos documentos históricos podem auxiliar na compreensão do passado e do presente. Ao levar em consideração o “ponto de vista historiográfico”, atendem-se as necessidades da comunidade interna e externa do arquivo público em específico (ALDABALDE, 2011). Diante do exposto, concebemos a inserção de novas metodologias de ensino que possibilitem a interação do educando com conteúdos ministrados em sala de aula e que sejam capazes de validar suas realidades e experiências a partir de bases materiais que a registram. Conforme apontado por Bellotto (2014, p. 141), a utilização de “[...] documentos que atestem fatos corriqueiros da cidade podem, de maneira exemplar, muitas vezes ilustrar as grandes tendências que tenha tomado a história do país”.

Compreendemos que o papel de mediador do profissional arquivista, principalmente aquele que atua no arquivo público municipal³, desde o atendimento no serviço de referência até a finalização desse atendimento, é determinante para a valoração dos arquivos por parte dos usuários do acervo (DUFF, 2016), além de propiciar a ampliação do uso e acesso aos documentos do acervo. No entanto, na compreensão de Bellotto (2014, p. 138) profissionais envolvidos nas instituições arquivísticas, em especial os arquivistas, “[...] tardaram em descobrir que poderiam, com incrível riqueza de material disponível, ir mais além de sua missão na área da pesquisa histórica profissional proporcionando aos não especialistas um verdadeiro ‘divertimento cultural’”.

³ Instituição arquivística mantida pela administração municipal e principal agente das políticas arquivísticas no âmbito municipal (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Bellotto (2006; 2014) apresenta discussões acerca dos serviços culturais e educativos em instituições arquivísticas e afirma que a proximidade dos estudantes com documentos arquivísticos “[...] pode ser abordada por dois ângulos: o contato direto do aluno com as fontes primárias e a possibilidade de selecionar documentos para o ensino [...] dentro dos conteúdos programáticos escolares” (BELLOTTO, 2006, p. 234) de acordo com as possibilidades dos recursos disponibilizados pelo ambiente arquivístico. Segundo Bellotto (2014), os serviços educativos são inerentes aos arquivos públicos, sobretudo, aos arquivos municipais que são os mais apropriados para o desenvolvimento de ações educativas [e culturais] por “[...] serem os que mais de perto acompanham a vida do cidadão” (BELLOTTO, 2014, p. 138).

Considerando esses apontamentos, sinalizam-se potenciais convergências entre as práticas dos alunos, professores e arquivistas por meio das pesquisas realizadas em fontes primárias⁴ custodiadas por instituições arquivísticas. Um exemplo dessas relações ocorreu no Arquivo Público Municipal de Vitória (APMV) no ano de 2015, no período de estágio da autora desta pesquisa, durante a gestão de Vanda de Jesus (2005-2016). Na ocasião, quando ainda cursava Arquivologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e realizava o estágio não obrigatório no APMV, foi realizado o atendimento de uma das turmas do Ensino Médio da Escola Irmã Maria Horta, Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) do Estado do Espírito Santo (ES). A referida turma encaminhou-se à sala de consulta para resolver uma demanda escolar sobre o tema *Novo Arrabalde da Praia do Canto*, exigida no âmbito da disciplina de História.

Os alunos foram levados espontaneamente a procurar o Arquivo Público Municipal de Vitória (APMV), pois encontraram no *search engine* Google Inc., esta instituição associada ao tema. Nota-se que não houve custeio por parte da escola ou transporte coletivo, os alunos se organizaram de forma autônoma e chegaram ao Arquivo para serem atendidos.

A autoridade em Arquivologia presente no momento realizou o atendimento identificando que a demanda informacional dos alunos se referia aos documentos do plano urbanístico que redefinia os limites e contornos do bairro Praia do Canto

⁴ São consideradas fontes ou documentos primários aqueles produzidos com a interferência direta do autor (MUELLER, 2007).

localizado na cidade de Vitória (ES), principalmente em fotografias e mapas do período de 1896 e da década de 1970.

Além disto, o atendimento não ocorreu de modo passivo em relação aos usuários, porquê conforme aponta Bellotto (2010, p.19) buscou-se: “[...] persegui-los diretamente num esforço proativo contínuo”. Isto posto, foi realizado um contato por via telefônica com a professora responsável por ministrar a disciplina, porém, não havia orientação pedagógica e apoio para que esta atividade fosse continuada. Apesar disto, os alunos retornaram acompanhados de familiares a fim de mostrar a descoberta em outros momentos, tanto para pesquisas escolares, quanto para investigações pessoais.

Diante desse contexto, emergiu o interesse por parte da autora da pesquisa em buscar refletir sobre a junção do planejamento dos educadores com as atividades culturais e educativas tendo como base os documentos arquivísticos. Para isso, compreende-se que os arquivistas e outros profissionais, como o bibliotecário e o professor, precisam trabalhar com processos de mediação da informação para que possam contribuir com a formação de um cidadão mais apto para compreender “[...] o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade” (BELLOTTO, 2014, p. 142). No entanto, nota-se que a mediação da informação depende das atividades de difusão cultural, assim como de ações efetivas atingidas por meio da prática da mediação cultural.

Para Vaz e Venâncio (2018) a difusão e a mediação cultural são instrumentos que podem ser utilizados pelas instituições arquivísticas para o atendimento das demandas informacionais de seus usuários. Apesar de apresentarem diferentes ações, muitas vezes os conceitos de difusão e mediação cultural se confundem (VAZ; VENÂNCIO, 2018). Para Aldabalde e Rodrigues (2015, p. 259), a difusão é definida como um “[...] processo cujo objeto é a informação que segue uma dinâmica emissiva em relação ao público para o qual se dirige, numa estratégia de transmissão cujo objetivo último é a acessibilidade via produtos e serviços”; enquanto a mediação cultural trata-se de um processo no qual o objeto é a cultura “[...] dirigida com uma dinâmica interativa em relação ao público, para o qual se volta a estratégia da construção, com o objetivo de promover a democratização e a

democracia cultural, resultando em produtos e serviços” (ALDABALDE; RODRIGUES, 2015, p. 259).

Tendo como meta que seja incentivada a utilização e o reconhecimento do trabalho colaborativo que pode ser realizado entre os espaços de informação e educação, nota-se a ausência de pesquisas voltadas para o diálogo entre as diretrizes presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as possíveis convergências no âmbito da mediação arquivística, bem como a ausência de estudos que apresentem o contexto do Arquivo Público Municipal de Vitória, sobretudo, no que tange o desenvolvimento de ações educacionais e/ou culturais pela referida instituição. Desse modo, justifica-se a necessidade de identificar em que medida as diretrizes da BNCC voltadas para o ensino fundamental ampliam o escopo e o público das práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Arquivo Público Municipal de Vitória.

Considerando a mediação cultural uma abordagem potente para que se possa refletir acerca da utilização do acervo de uma instituição arquivística a ponto de produzir e provocar problematizações viáveis aos processos de pesquisa, dentre elas, delimitamos uma problemática que consideramos válida: “Em que medida as diretrizes da BNCC voltadas para o ensino fundamental ampliam o escopo e o público das práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Arquivo Público Municipal de Vitória?”.

No contexto de um programa educativo, quais seriam as diretrizes ou apontamentos para o desenvolvimento das atividades em ambientes arquivísticos e/ou o uso de documentos arquivísticos como recurso didático? Tanto nos estudos apresentados por Koyama (2012), quanto nas discussões presentes em Bellotto (2006; 2014), é possível identificar as necessidades que os programas sejam desenvolvidos de modo que atendam os conteúdos programáticos estabelecidos pela instituição escolar. Para Koyama (2012, p. 14) “[...] os projetos de ação educativa [...] devem estar alinhados com as diretrizes curriculares nacionais”.

Partindo da premissa de que existe uma diversidade de itens documentais associados às práticas de mediação cultural que convergem com o conteúdo normativo apresentado pela Base Nacional Comum Curricular, torna-se possível

considerar que as [novas] abordagens pedagógicas contidas nesse documento podem refletir de forma construtiva no processo de ensino e aprendizagem em parceria com a instituição arquivística.

Nesse sentido, cabe apontar que a BNCC se constitui como um documento nacional de referência para a formulação dos currículos escolares no contexto brasileiro, apresentando elementos normativos e norteadores para um ensino básico integrador, contemplando desde os conteúdos programáticos até as metodologias aplicadas. Elaborada com a colaboração de especialistas de todas as áreas do conhecimento, a BNCC trata-se de um documento de referência e orientação na elaboração dos currículos escolares, desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio, na qual apresenta os principais objetivos de aprendizagem, de acordo com cada etapa de aprendizagem do aluno, levando em consideração os aspectos sociais e metodológicos, tanto das instituições escolares, quanto dos educandos e demais participantes do processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2018).

O percurso histórico da BNCC tem início na Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), que já vislumbrava a fixação de conteúdos mínimos para o ensino, a fim de assegurar uma formação básica comum de ensino; e foi homologada em 14 de dezembro de 2018, quando o documento final passou a contemplar os conteúdos da etapa do Ensino Médio, formalizando assim, a Base Nacional Comum Curricular brasileira, com conteúdos que contemplam toda Educação Básica. Conforme veremos a seguir, o referido documento foi utilizado como base para o desenvolvimento das atividades apresentadas na presente pesquisa.

Com a meta de oferecer aos usuários dos arquivos as interações demandadas pela dinâmica do Ensino Fundamental, as competências apresentadas pela BNCC dialogam acerca de propostas pedagógicas que perpassam os ambientes escolares e as metodologias de ensino auxiliadas pela mediação cultural proporcionada. Além disso, esse documento reconhece, dentre outros ambientes, os ambientes arquivísticos como espaço de aprendizagem e a utilização dos documentos de arquivo como recursos didáticos complementares ao processo de ensino e aprendizagem, mesmo que ainda tão pouco explorados (BRASIL, 2018).

Diante da problematização apresentada, assume-se como objetivo geral investigar de que forma as práticas de mediação cultural a partir do acervo Arquivo Público Municipal de Vitória podem colaborar nos processos de ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade.

Especificamente pretende-se:

- Discutir o conceito de mediação cultural em ambientes arquivísticos no contexto da Ciência da Informação.
- Descrever a instituição Arquivo Público Municipal de Vitória e levantar as suas práticas de mediação cultural.
- Mapear e categorizar os usuários do Arquivo Público Municipal de Vitória.
- Contextualizar a Base Nacional Comum Curricular, sua trajetória e concepções, destacando as competências no processo ensino e aprendizagem que envolvem os arquivos.
- Comparar as práticas de mediação cultural desenvolvidas no ambiente arquivístico em relação às atividades propostas na BNCC para indicar as convergências bem como e as necessidades de adaptação àquelas diretrizes.
- Elaborar práticas de mediação cultural associadas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular e ao uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória (ES).

Com base nos objetivos delimitados para o desenvolvimento da pesquisa, cabe apontar o caráter metodológico do estudo no qual possui aspectos de uma pesquisa exploratória e descritiva (GIL, 2011); caracterizando-se como uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) com o emprego da pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2017), utilizando como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários (RIBEIRO, 2008), conforme apresentado na seção seguinte.

Nesses termos, o estudo estrutura-se em 9 capítulos, a saber: a presente introdução, com a contextualização da pesquisa e a apresentação do objetivo geral da mesma; o segundo capítulo, que versa sobre os procedimentos metodológicos adotados na construção do estudo, bem como o percurso da investigação; o terceiro capítulo, que aponta as principais concepções acerca da mediação cultural e os serviços educativos em instituições arquivísticas; o quarto e quinto capítulos, que descrevem os principais aspectos referentes ao Arquivo Público Municipal de Vitória, sobretudo, seu acervo, usuários e serviços; o sexto capítulo, que contextualiza a Base Nacional Comum Curricular, apresentando seu percurso histórico e suas convergências com as práticas educativas a partir do uso de documentos e ambientes arquivísticos; o sétimo capítulo, que aponta as possibilidades de mediação cultural desenvolvidas no ambiente arquivístico em relação às diretrizes presentes na Base Nacional Comum Curricular; o oitavo capítulo, que apresenta o impacto das práticas de mediação cultural sob as diretrizes da base nacional comum curricular ao público escolar, a partir da elaboração de práticas de mediação cultural associadas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular e ao uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória (ES), e da ótica dos participantes do presente estudo; por fim, as considerações finais apresentam as principais percepções em relação ao estudo e o alcance dos objetivos que foram traçados para o desenvolvimento do mesmo, seguindo das referências utilizadas no estudo e dos materiais originados a partir do mesmo, concretizados nos apêndices e anexos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor elucidar os procedimentos metodológicos abordados no decorrer da pesquisa, esta seção apresentará os métodos empregados em cada etapa que busca respostas para a problemática levantada que trata sobre “Em que medida as diretrizes da BNCC voltadas para o ensino fundamental ampliam o escopo e o público das práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Arquivo Público Municipal de Vitória?”.

2.1 QUANTO AOS OBJETIVOS

Em relação aos objetivos, o estudo apresenta características de pesquisa exploratória e descritiva. Gil (2011) aponta que a pesquisa descritiva possui como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno; ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse ângulo e uma de suas características mais significativas aparece perante a necessidade da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. A pesquisa descritiva tem como meta trabalhar com os dados coletados relativos a uma determinada realidade, observando-a para explicar um determinado objeto ou fenômeno relacionado à problemática da pesquisa e procurando entender e conhecer as diversas realidades que ocorrem na vida social, política, econômica, entre outras (GIL, 2011).

A pesquisa exploratória, por sua vez, é adotada por favorecer a familiarização entre o problema da pesquisa (GIL, 2011). Além disso, a pesquisa exploratória faz uso do levantamento bibliográfico e prevê a aplicação de entrevistas e/ou questionários aos envolvidos na problemática apresentada pelo estudo, fato a ser considerado devido à natureza do presente estudo. No decorrer da pesquisa, destacam-se ainda as características de um estudo qualitativo por apresentar descrições que permearão as compreensões dos sujeitos envolvidos, bem como os dados apresentados por eles e a análise dos mesmos no decorrer do estudo (GOLDENBERG, 2007).

2.2 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

No que tange aos procedimentos, a pesquisa possui características

específicas e, portanto, no decorrer do estudo a produção dos dados requer o emprego de métodos abstraídos da pesquisa bibliográfica, pesquisa-ação e pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica fornece argumentos sustentados pela base teórica adotada, permitindo um aprofundamento dos conhecimentos e a ampliação da visão referente à temática proposta, tendo como base “[...] produções já existentes sobre o tema pesquisado, trazendo as informações contidas em livros, revistas, periódicos e artigos científicos” (GIL, 2017, p. 47). Essa etapa é imprescindível para as reflexões acerca das práticas de mediação cultural e da informação no âmbito arquivístico.

A pesquisa documental, “[...] vale-se de materiais que [...] ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2011, p.51) e, portanto, manifesta-se na investigação e no levantamento do acervo custodiado pelo Arquivo Municipal de Vitória (APÊNDICE A) para o planejamento e elaboração das práticas de mediação cultural, bem como no levantamento das práticas de mediação cultural realizadas em ambiente arquivístico; e na análise da Base Nacional Comum Curricular.

Diferente da pesquisa participante, cuja aplicação não se relaciona diretamente a ações de caráter social e/ou educacional, a pesquisa-ação “[...] parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação” (THIOLLENT, 2011, p. 21), inclusive do ponto de vista social e cultural, que a faz ser vista como “[...] forma de engajamento sociopolítico a serviço das classes populares” (THIOLLENT, 2011, p. 20). A pesquisa-ação contribui no estudo por intermédio das observações e descrições dos meios sociais que permeiam a pesquisa, levando em consideração o contexto e os ambientes nos quais a investigação é desenvolvida: o arquivo e a prática docente. Para Thiollent (2011, p. 20) a pesquisa-ação trata-se de

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

A pesquisa-ação é de grande relevância para o desenvolvimento desta pesquisa por permitir a ação dos sujeitos envolvidos no processo de investigação no que tange ao escopo social dos ambientes e contextos estudados, apresentando-se

acentuadamente em algumas fases da pesquisa, tais como: na seleção dos materiais e no planejamento e elaboração das práticas de mediação cultural e da informação.

A pesquisa-ação abrange, além do desenvolvimento das atividades educativas, a pesquisa documental, realizada no espaço arquivístico em questão, o Arquivo Público Municipal de Vitória, a fim de identificar e selecionar os documentos de arquivo custodiados pela instituição arquivística que se relacionam aos conteúdos e demandas informacionais apresentadas pela BNCC, possibilitando o desenvolvimento das atividades a partir da seleção do acervo e dos conteúdos presentes na BNCC, voltados ao Ensino Fundamental, levando em consideração outros elementos e informações levantados no decorrer no estudo que permeiam os espaços e as metodologias adotadas para a realização das atividades educacionais.

A pesquisa-ação conduz a fase da coleta dos dados com os sujeitos da pesquisa, que ocorreu a partir de informações levantadas por intermédio da aplicação de questionários a fim de que seja viabilizada a obtenção de dados a respeito do objeto de estudo, permitindo “[...] ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores” (RIBEIRO, 2008, p.141). A aplicação de questionários permitiu caracterizar a influência das práticas de mediação cultural por meio da coleta de informações dos indivíduos participantes da pesquisa, bem como das construções que ocorreram no decorrer do estudo (GIL, 2011).

2.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos foram convidados para participar do estudo de forma voluntária, após os esclarecimentos verbais e escritos acerca das finalidades do estudo e a importância da participação e colaboração de cada um no decorrer da pesquisa e autorização se deu por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

A técnica empregada para a seleção dos sujeitos possui características de uma amostragem não probabilística, devido à ausência de métodos matemáticos para seleção da amostra (GIL, 2011). Desse modo, a fim de que fosse possível a extração de um subconjunto que representasse os ambientes de interesse do

estudo, a seleção ocorreu em respeito aos critérios das amostragens por acessibilidade e por tipicidade.

Por acessibilidade, devido à situação de pandemia, os sujeitos foram selecionados pela facilidade de acesso aos mesmos, uma vez que a coleta de dados ocorreu em meio eletrônico. Por tipicidade, devido à seleção dos elementos que representasse a população-alvo que se pretendia atingir (VERGARA, 2011).

Uma vez que os conteúdos presentes na BNCC que foram analisados para o desenvolvimento das atividades educacionais e práticas de mediação cultural dizem respeito ao Ensino Fundamental, os participantes da pesquisa foram selecionados de acordo com critérios pré-estabelecidos no estudo, sendo eles:

- a) Ser professor da rede pública;
- b) Ministras aulas em escolas localizadas na Grande Vitória;
- c) Ser professor do Ensino Fundamental;
- d) Atuar em área de conhecimento segundo prescrito pela BNCC.
- e) Lecionar ao menos uma das oito disciplinas apresentadas pela BNCC.

Desse modo, os critérios estabeleceu a seleção de oito professores participantes do estudo, de acordo com o quantitativo de disciplinas apresentadas na BNCC.

2.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

No segundo semestre do ano de 2020 a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo, via Plataforma Brasil⁵.

Após a submissão e os devidos ajustes e atendimentos das demandas que fazem parte do processo de transparência e segurança da pesquisa, sobretudo, no que tange a participação de seres humanos, a pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética sob o número CAAE 39972420.9.0000.5542 (ANEXO A).

⁵ Base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep. Ela permite que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios - desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP e pela Conep. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default>.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários e entrevistas, ambos em meio eletrônico, através das ferramentas disponibilizadas pelo *Google Meet*.

A entrevista semiestruturada teve como objetivo identificar as demandas informacionais relativas aos conteúdos ministrados aos educandos para que, posteriormente, fosse possível o planejamento de práticas de mediação cultural passíveis de aplicação. A elaboração do roteiro de entrevistas (APÊNDICE C) foi orientada pelos estudos de Duff (2016) que a partir de um levantamento bibliográfico, identificou elementos essenciais que viabilizam o diálogo entre o arquivista e o pesquisador quanto ao uso do acervo em atendimento às suas necessidades informacionais.

As questões propostas no questionário aplicado (APÊNDICE D) são resultantes da adaptação dos questionários propostos pelo projeto *Archival Metrics* (*apud* DUFF, 2016). Desenvolvido por meio de uma parceria entre a Universidade de Michigan, Universidade da Carolina do Norte - Chapel Hill e a Universidade de Toronto, o projeto *Archival Metrics* tem como objetivo oferecer melhorias às práticas arquivísticas a partir das experiências dos usuários oferecendo questionários e ferramentas de avaliação de acervos arquivísticos já testados e validados quanto ao uso de acervos de cunho acadêmico. Nesse contexto, os questionários aplicados apresentam perguntas semiestruturadas com a utilização da escala de Likert, permitindo que em algumas questões, os participantes identificassem as afirmações que mais se aproximavam de seus posicionamentos (VIEIRA; DALMORO, 2008).

Devido às especificações do presente estudo, as adaptações foram realizadas de modo que além de atender o público alvo da pesquisa, fosse possível sua aplicação em meio eletrônico.

Diferente do ano de 2019, em que diversos estudantes e instituições de ensino conseguiram realizar seus programas curriculares tradicionais de forma presencial, no ano de 2020 alunos de todos os níveis de ensino tiveram suas aulas presenciais suspensas, exigindo a reformulação do processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento das competências da comunidade escolar para

lidar com as mudanças impostas pela pandemia. Segundo Santos et al. (2021, p. 246),

O surto da síndrome respiratória aguda grave (SARS-CoV-2) causada pelo novo coronavírus (COVID-19) surgiu entre o final do ano de 2019 e o início de 2020 em Wuhan, Província de Hubei na China [...]. O número de casos da COVID-19 começou a aumentar exponencialmente, sendo declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional [...] O Ministério da Saúde do Brasil, em 3 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus [...] a rápida disseminação do vírus e a falta de um tratamento específico ou vacinas, tornou as intervenções não farmacológicas, como as únicas capazes de reduzir a propagação da epidemia e reduzir seu impacto na saúde da população. Nesse sentido, as medidas preventivas como o distanciamento social e as quarentenas, limitando a mobilidade em vários graus foram adotadas [...].

O isolamento social que fora organizado mundialmente para conter a disseminação do Covid-19 teve início no Brasil em meados do mês de março do ano de 2020 (LOBO, 2020), trazendo incontáveis impactos socioeconômicos (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ROCHA; DIAZ; PEREDA 2020).

Nesse contexto, podemos considerar que no âmbito da educação a pandemia impôs novos métodos de ensino, a modernização das práticas pedagógicas, e, conseqüentemente, a adequação da presente pesquisa no que tange a utilização de novas ferramentas e dispositivos capazes de proporcionar espaços de interação entre os professores e a referida pesquisa.

Entre as mudanças realizadas no desenvolvimento da pesquisa, está a adaptação do contexto da pesquisa para o ambiente digital, desde a captação dos participantes da pesquisa por meio de divulgação via e-mails e distribuição de cartões com QR Code⁶ (Figura 1) em instituições de ensino, até o ambiente de participação por meio da aplicação de questionários aos mesmos, conforme veremos no decorrer desta seção.

⁶ Trata-se de um código de barras, ou barramétrico, bidimensional, que pode ser facilmente escaneado usando a maioria dos telefones celulares equipados com câmera, que direciona o usuário a um determinado link ou ação, segundo sua demanda, como o pagamento de uma conta, por exemplo.

Figura 1 – Cartão distribuído para a captação de participantes.



Fonte: Elaboração da autora.

2.5 FORMA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados levantados constituiu-se por meio de método de cunho qualitativo. Para tanto, foi empregada a análise de conteúdo que segundo Minayo (2009) é responsável por relacionar as estruturas semânticas às estruturas sociológicas, que dizem respeito aos significados dos enunciados, de modo que permita a articulação entre a estrutura textual levantada no decorrer da pesquisa, e os fatores psicossociais, culturais, bem como o processo de produção das mensagens. Segundo a autora, a análise estrutura-se em três etapas, a saber: a pré-análise, etapa responsável pela organização dos materiais que serão analisados; exploração do material, definida pela autora como a fase mais longa; e, por fim, a etapa de tratamento dos resultados levantados e interpretação dos mesmos (MINAYO, 2009).

Diante das etapas descritas acima, a análise foi estruturada da seguinte maneira: leitura dos conjuntos de dados formados pelos instrumentos de coleta de dados; identificação dos conteúdos relacionados aos objetivos da pesquisa; discussão dos conteúdos identificados com o referencial teórico levantado no estudo

e, por fim, o desenvolvimento das conclusões a partir dos resultados encontrados no decorrer da pesquisa.

2.6 PERCURSO METODOLÓGICO

Dadas às particularidades da pesquisa e as necessidades de aplicações metodológicas capazes de atender as suas demandas, a presente sessão caracteriza cada etapa desenvolvida baseada nos objetivos específicos (Quadro 1). A primeira fase do estudo se deu por meio da pesquisa bibliográfica culminando no aporte teórico necessário ao diálogo acerca da temática proposta. O levantamento bibliográfico foi realizado na base de dados da BRAPCI com o objetivo de recuperar produções científicas relacionadas à mediação cultural, mediação arquivística, práticas de mediação cultural e práticas de mediação arquivística. No que tange o âmbito da Educação e sua relação com a CI, foram pesquisados trabalhos relacionados à BNCC a fim de investigar os estudos e as abordagens já realizadas a partir do referido documento normativo direcionado à educação brasileira, objeto da segunda etapa que será descrita a seguir.

Quadro 1 - Características metodológicas do estudo segundo os objetivos pretendidos.

Objetivo específico	Procedimento Metodológico	Etapa desenvolvida – Breve resumo
Discutir o conceito de mediação cultural em ambientes arquivísticos no contexto da Ciência da Informação.	Pesquisa bibliográfica	Realização de levantamento bibliográfico acerca da temática em questão.
Contextualizar a Base Nacional Comum Curricular, sua trajetória e concepções, destacando as competências no processo ensino e aprendizagem que envolvem os arquivos.	Pesquisa bibliográfica e documental	Realização de levantamento bibliográfico acerca da temática em questão e análise da BNCC.
Descrever a instituição Arquivo Público Municipal de Vitória e levantar as suas práticas de mediação cultural.	Pesquisa bibliográfica e documental	Realização de levantamento bibliográfico acerca da temática em questão e análise documental junto ao APMV.
Mapear e categorizar os usuários do Arquivo Público Municipal de Vitória.	Pesquisa bibliográfica e documental	Realização de levantamento bibliográfico acerca da temática em questão e análise documental junto ao APMV.
Comparar as práticas de mediação cultural desenvolvidas em ambiente arquivístico em relação às atividades propostas na BNCC para indicar as convergências bem como e as necessidades de adaptação àquelas diretrizes.	Pesquisa bibliográfica e documental	Realização de levantamento bibliográfico acerca da temática em questão e análise documental junto ao APMV, relacionando as práticas de mediação cultural levantadas no estudo bibliográfico aos conteúdos presentes no documento.
Elaborar práticas de mediação cultural associadas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular e ao uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória (ES).	Pesquisa-ação: pesquisa documental; e aplicação de questionário	Planejamento e elaboração das práticas com observação dos conteúdos educacionais e dos ambientes e indivíduos participantes; e levantamento de dados referentes ao reflexo das práticas de mediação cultural para análise por meio da aplicação de questionários aos docentes participantes.

Fonte: Dados da pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa adotou tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a pesquisa documental. A adoção da pesquisa documental objetivou fundamentar o planejamento e a elaboração das práticas de mediação cultural a partir de documentos normativos voltados à educação brasileira. Para tanto, foram buscadas informações na primeira quinzena de maio de 2019 sobre o ensino da história regional junto à Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU), porém nada foi disponibilizado por parte do órgão. Assim, tentou-se levantar as bibliografias das disciplinas de história utilizadas pela rede pública estadual de ensino.

Dado que não houve disponibilização dos mesmos, optou-se por buscar fontes junto aos documentos normativos na Internet em âmbito nacional. Nesse contexto, adotou-se como referência a BNCC que norteia o desenvolvimento dos currículos das redes estaduais e municipais, contendo dados relevantes ao objetivo acerca das práticas de mediação cultural e a utilização de documentos de arquivo como fontes primárias de informação para o desenvolvimento das mesmas. Essa etapa também fez parte do processo de descrição do APMV, do levantamento de suas respectivas práticas de mediação cultural, bem como do mapeamento e categorização dos seus usuários.

A terceira fase corresponde à pesquisa-ação por meio da pesquisa documental e do planejamento e elaboração das práticas de mediação cultural; e aplicação de questionário aos docentes participantes. As ações relacionadas à elaboração das práticas de mediação cultural tiveram como objetivo identificar os documentos de arquivo que se relacionam aos conteúdos ministrados aos educandos. Por fim, a aplicação do questionário, que finaliza a estrutura da produção de dados, as questões propostas são resultantes da adaptação dos questionários propostos pelo projeto Archival Metrics (*apud* DUFF, 2016), conforme mencionado anteriormente.

3 MEDIAÇÃO CULTURAL E SERVIÇOS EDUCATIVOS EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

3.1 A MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DA ARQUIVÍSTICA

A mediação se faz presente nas discussões da Ciência da Informação (CI) norteando as ações dos profissionais ligados a essa área, seja por associação cultural ou informacional. A busca por um conceito acerca do tema mediação perpassa os mais diversos campos de estudo e apresenta-se como um tema de grande contribuição para os diálogos interdisciplinaridades (SILVA, NUNES; CAVALCANTE, 2018). Para Arruda e Oliveira (2017, p. 229) a mediação manifesta-se em todos os afazeres dos profissionais da informação e na CI, sendo considerada como

[...] uma ação influente nos processos informacionais, tratando-se de procedimento profissional qualificado, comum em bibliotecas e em outros ambientes de uso intensivo de informação, considerando-se a autonomia e a subjetividade de quem oferta e de quem usa a informação.

Para Ribeiro (2010, p. 64), as ações que permeiam as práticas profissionais dos bibliotecários e arquivistas preocupados em trabalhar com a disponibilização dos documentos para os seus usuários, relacionam-se à "[...] essencial função de mediadores de informação" atribuída no decorrer das transformações enfrentadas pela CI. Nesse contexto, serão abordadas manifestações acerca da difusão e da mediação no âmbito arquivístico a fim de possibilitar o diálogo entre as abordagens teóricas e o objeto central de discussão desta pesquisa.

Rousseau e Couture (1998) apresentam sete funções arquivísticas: produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição; e a difusão, que se baseia no papel que os arquivos possuem em disseminar suas informações. A partir dessa perspectiva, as ações desenvolvidas pelas instituições arquivísticas referentes aos serviços de difusão atuam sob dois vieses: o de promover as informações e os elementos internos do arquivo para a comunidade externa; e o do reflexo dessas ações por meio dos indicativos dos elementos atrativos pela ótica da comunidade atingida pelas ações de difusão (BELLOTTO, 2006). Para Aldabalde (2015, p. 176)

as funções arquivísticas relacionam-se “[...] pelo menos cinco papéis⁷ culturais: a formação, tratamento técnico, comunicação, mediação e preservação do patrimônio arquivístico cultural”.

Segundo Brandão (2017) as ações de mediação em instituições arquivísticas tem início em todos os processos que permeiam o tratamento da informação desde classificação, descrição, avaliação documental, a gestão de documentos, até a disseminação do acervo documental. Para a referida autora, as atividades referentes ao processamento técnico realizadas pelo profissional arquivista influenciam diretamente o processo de mediação da informação (BRANDÃO, 2017). Para Anneli Sundqvist (2017), as pesquisas realizadas em arquivos necessitam de um processo de intervenção e interpretação. Nesse processo, por meio de ações que aproximam o usuário às suas respectivas demandas informacionais, é que a mediação arquivística manifesta-se.

As atividades relacionadas ao tratamento técnico da informação e as ações de mediação ocorrem de formas mais explícitas durante o atendimento das necessidades de informação do usuário e durante o percurso realizado por ele entre os instrumentos disponibilizados para a recuperação, acesso e uso da informação. Para Vaz e Venâncio (2018) a organização e a gestão dos documentos de arquivo só fazem sentido se a instituição arquivística consegue cumprir a importante missão de levar a informação até o usuário de forma efetiva em atendimento às suas demandas. É nesse atendimento das necessidades que as atividades de mediação do profissional arquivista localizam-se, emergindo uma ação de interferência na relação entre a informação e o usuário (ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Na concepção de Almeida Júnior (2009, p. 97) a mediação exige o deslocamento do usuário da categoria de receptor para a categoria de ator principal do processo de apropriação da informação, sem desmerecer os conhecimentos já intrínsecos dos usuários. A mediação no âmbito arquivístico vai além da intermediação entre os instrumentos de recuperação das informações existentes nos

⁷ A formação do patrimônio arquivístico cultural está relacionada às funções arquivísticas de aquisição, produção, classificação e avaliação; o tratamento técnico do patrimônio arquivístico cultural relaciona-se à descrição e ao arranjo; a comunicação do patrimônio arquivístico cultural está ligada à difusão; a mediação do patrimônio arquivístico cultural diz respeito à função cultural e a preservação do patrimônio arquivístico cultural relaciona-se à preservação, conservação e restauração (ALDABALDE, 2015, p. 173-174).

acervos das instituições arquivísticas e as necessidades informacionais dos seus usuários e “[...] também se referem às ações de capacitação e desenvolvimento de habilidades [...] dos usuários nas competências de pesquisa, interpretação e uso dos arquivos” (SIQUEIRA; VIEIRA; BITTENCOURT, 2018, p. 395).

A partir de uma pesquisa com arquivistas atuantes nas áreas privadas e públicas de várias partes do Brasil, Brandão (2017) identificou que há relações entre o emprego de competências informacionais e uma atuação profissional capaz de influenciar diretamente nas ações realizadas nas instituições arquivísticas, por meio da mediação em atendimento às demandas informacionais dos usuários. O desenvolvimento de competências (habilidades e técnicas) necessárias para o atendimento do usuário no ambiente arquivístico relaciona-se diretamente com a difusão/disseminação e com a mediação no decorrer das atividades do serviço de referência.

Em uma pesquisa sobre o serviço de referência na área de arquivo Duff (2016) pontua o desequilíbrio que há entre os estudos sobre a mediação arquivística e as outras funções arquivísticas. Duff (2016) menciona, com enfoque na mediação, as atribuições dos arquivistas e suas ações nas instituições arquivísticas, que vão desde o tratamento do acervo até a disponibilização dos mesmos aos seus usuários e a interação dos usuários com a informação, por meio da mediação realizada pelos arquivistas.

Lousada (2015, p. 90) enfatiza que no campo arquivístico, a mediação ultrapassa os limites do fazer profissional e as atividades de interferência vão além das relações que ocorrem entre os usuários e a informação. Em consonância, para Brandão e Borges (2016, p. 133) o atendimento das demandas dos usuários exige a adequação da mediação arquivística e da reconfiguração da função mediadora dos profissionais, atentando-se não somente para a disponibilização e para o acesso dos documentos, mas também os contextos sociais dos usuários que fazem parte de uma sociedade mais interativa com os meios informacionais.

As práticas de mediação nas instituições arquivísticas perpassam a disponibilidade de conteúdos e estoques de patrimônio arquivístico sob sua custódia tratando, portanto, de “[...] um processo construído por agentes a partir de uma

dinâmica interativa” (ALDABALDE, 2015, p. 183) onde são incluídos tanto os usuários e suas demandas informacionais, quanto os profissionais arquivistas por meio da proatividade em promover o valor dos arquivos para usuários potenciais e mediar o acesso e uso dos acervos para os usuários habituais (DUFF, 2016).

A partir das concepções presentes na literatura que fazem parte da construção do esboço teórico apresentado e dialogado até o momento, é possível compreender que a mediação cultural com arquivos apresenta-se como um Processo interativo de intervenção e interpretação, explícito ou implícito, que faz uso de fontes primárias como recurso para democratização do acesso à cultura e à informação. O acesso, por sua vez, viabiliza a construção dos sistemas de trocas entre os agentes participantes do processo em questão, objetivando o alcance do atendimento da demanda informacional do usuário e, conseqüentemente, a constituição dos saberes resultantes das interações entre os mesmos. Cabe destacar que no referido processo estão envolvidos os seguintes agentes: o usuário, o mediador, e o documento arquivístico.

Diante do exposto, após o desenvolvimento das atividades referentes às suas funções básicas, tais como a reunião e ordenação dos documentos de arquivo, as instituições arquivísticas dão início ao desenvolvimento das suas atividades secundárias “[...] a partir da implementação das funções complementares ligadas à cultura e à educação” (BELLOTTO, 2014, p. 138) passando a ter um papel de mediador cultural, reforçando sua participação na construção social.

3.2 MEDIAÇÃO CULTURAL E SERVIÇOS EDUCATIVOS EM INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Os serviços culturais e educativos oferecidos pelas instituições arquivísticas estão ligados às atividades secundárias do arquivo que, concomitante ao atendimento das suas funções administrativas, desenvolvem ações culturais voltadas para a mediação, informativas e educativas que exploram as potencialidades do seu acervo. O uso multifacetado dos arquivos por parte da sociedade favorece as relações entre o cidadão e a administração pública agregando às instituições arquivísticas funções secundárias nas quais se relacionam

diretamente com a cidadania e a aproximação da sociedade de sua identidade cultural por meio da mediação cultural (BELLOTTO, 2014).

A mediação cultural tem ganhado espaço nos diálogos das mais variadas áreas do conhecimento, especialmente nas áreas da comunicação, informação e cultura, sendo reconhecida como elemento essencial dos processos culturais (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Para Moraes (2019) as demandas contemporâneas provenientes do fluxo intenso de uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) têm refletido nos diálogos e pesquisas em CI acerca da mediação cultural e da informação.

Para Araújo (2015, p. 11), no âmbito arquivístico, os profissionais arquivistas fazem parte ativamente do processo de mediação cultural, visto que atuam como “mediadores entre os usuários e a informação”, informação que muitas vezes não são acessadas por conta da falta de atividades que tornem públicos os acervos custodiados pelas instituições arquivísticas. A atuação cultural dessa instituição é baseada na ampliação do uso dos arquivos para as demandas populares ao contemplar direitos e deveres do cidadão (BELLOTTO, 2006).

Em meio aos novos paradigmas da contemporaneidade, os processos de mediação cultural propiciam ações de significação e interação de experiências histórico-culturais, reconhecendo os ambientes informacionais como espaços produtores de sentido e de apropriação da informação (RASTELI; CAVALCANTE, 2014). A mediação cultural, nesse sentido, é entendida como uma prática processual que trabalha para que os sujeitos encontrem, acessem e se apropriem de “[...] produtos e artefatos culturais como obras de arte, livros, exposições, espetáculos e ações de incentivo à leitura” (RASTELI; CAVALCANTE, 2014, p. 47).

As atividades culturais em instituições arquivísticas são adotadas por alguns países como a França, que no horário de almoço atrai trabalhadores das proximidades do Museu de História da França com atividades lúdicas que envolvem documentos de interesse popular. Na Rússia, Estados Unidos, Alemanha e Espanha existem em programas de rádio e televisão com comentários sobre determinados documentos. Na Alemanha, o turismo cultural tem sido explorado com a participação de arquivistas no desenvolvimento de filmes de cunho documentário e artístico

(BELLOTTO, 2006). No Brasil, as principais atividades culturais desenvolvidas pelas instituições arquivísticas assumem o formato de “[...] palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre temas de história geral do Brasil e história regional” (BELLOTTO, 2006, p. 228), a realização dessas atividades acontecem, sobretudo no contexto dos arquivos municipais que disponibilizam publicações que dão referência à história, geografia, folclore e literatura regional; a organização de eventos; espetáculos de teatro e música; exposições temáticas e atividades que dialoguem com o turismo local (BELLOTTO, 2006).

No que competem aos serviços educativos, os Estados Unidos, a Polônia e a Rússia foram os pioneiros em apresentar atividades voltadas para o público escolar. Na França, a partir da necessidade de novas metodologias didáticas, surgiu em 1950 o primeiro serviço educativo que estreitou o elo entre escola e arquivo a partir de atividades como: visitas; aulas de história no ambiente arquivístico; atendimento de alunos; concursos; divulgação de reprodução de documentos e publicações; e exposições de originais no ambiente arquivístico (BELLOTTO, 2006).

Sobre as atividades educativas, é possível observar o que tem sido desenvolvido nos países que contemplam essa modalidade de ações de forma contínua, respeitando as especificidades de cada documento e dos recursos existentes nas instituições. Inspirado nesses países são exemplos de atividades educativas:

1. Visitas ao arquivo, organizadas pelos arquivistas que, antecipadamente, já entram em contato com os professores para os entendimentos necessários;
2. Aulas de história no arquivo, com temas previamente escolhidos por professores e arquivistas;
3. Trabalhos de pesquisa histórica simplificada, para que os alunos se iniciem no conhecimento das fontes;
4. Concursos de monografias, a partir de temas dados, envolvendo documentos do arquivo;
5. Kits pedagógicos, constituídos de reproduções de documentos e textos, sobre alguma função municipal ou acontecimento marcante para o município;
6. Exposições de originais no arquivo que ilustrem as aulas de história;
7. Campanhas de coleta, pelos estudantes, de documentos familiares, para que possam formar coleções, de modo que se possa ir tecendo uma memória local (BELLOTTO, 2014, p. 142).

Quanto ao ambiente das atividades, na compreensão de Bellotto (2006) preferencialmente as atividades devem ocorrer nos ambientes arquivísticos para que seja possível apresentar os originais e assim, despertar as indagações por parte dos alunos e diante da impossibilidade do desenvolvimento das ações nos ambientes arquivísticos, o arquivista pode deslocar-se até aos alunos ou às instituições escolares. No decorrer das atividades é comum se deparar com desafios como o acima citado e por isso, é essencial que diante deles os profissionais envolvidos nas ações não desistam e acreditem “[...] nas possibilidades pedagógicas do arquivo” (BELLOTTO, 2006, p. 245). Para Koyama (2013), o espaço arquivístico favorece a experiência de relacionar informações e os documentos, permitindo ainda a exploração de novos conjuntos documentais.

Apesar de pouco explorado no contexto nacional, a abertura das instituições arquivísticas para novos públicos – além do tripé de sustentação das consultas de acervos arquivísticos que envolvem os historiadores, os administradores e os cidadãos – como o público escolar, favorece não somente a reestruturação do papel da educação diante do mundo contemporâneo, mas fortalece o valor dos arquivos como fonte educativa e o valor das instituições arquivísticas como um ambiente de potenciais programas educacionais (BELLOTTO, 2006). Tais programas destinam-se às possíveis interações entre o arquivo-escola, arquivo-professor, arquivo-aluno; e, sobretudo, ao desenvolvimento de ações voltadas ao público do ensino fundamental e médio e o uso didático dos documentos de arquivo, por entender que os estudantes universitários já se fazem presentes nesses ambientes como habituais pesquisadores utilizando o acervo como recurso acadêmico.

As demandas educacionais na contemporaneidade têm refletido na renovação dos projetos pedagógicos que exigem a reinvenção das metodologias adotadas abrindo espaço para a mediação cultural em arquivos, dialogando com os campos do conhecimento que perpassam os conteúdos de história (PEGEON, 2012). Em uma de suas pesquisas, Cabral (2012) defende que as instituições arquivísticas que trabalham com ações educativas a partir da interação dos currículos escolares, exercitam as possibilidades dos arquivos proporcionarem visibilidade para o acervo, além de favorecerem o reconhecimento do trabalho arquivístico e do profissional arquivista.

A utilização dos documentos de arquivo para fins didáticos oportuniza aos arquivos a contribuição para educação por meio de novos gêneros e materiais escolares (BELLOTTO, 2006), e o sistema de colaboração entre as instituições arquivísticas e escolares favorece o desempenho do papel social das mesmas diante das comunidades atendidas. Para Koyama (2016) a proximidade entre arquivos e pesquisas de âmbito educacional, além das aprendizagens voltadas aos conteúdos históricos culturais, quando explorada de forma ampla, resulta em aprendizagens completas.

Inicialmente, sugere-se que a aproximação dos alunos com os ambientes arquivísticos e os documentos que os constituem se dê por meio da apresentação de fatos da história nacional e suas relações com a história local. No entanto, Bellotto (2014) alerta para a importância de que os serviços educativos não estejam limitados apenas às tradicionais visitas, destacando a participação dos educadores junto às autoridades arquivísticas para o planejamento de atividades que, além de atender o conteúdo programático, sejam capazes de contribuir na formação de “[...] um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive” (BELLOTTO, 2014, p. 142) e propiciar um aprendizado prazeroso.

Para Cabral (2012) o planejamento das ações educativas não deve alcançar apenas o desenvolvimento e a prática das atividades, é necessário que de forma sistemática sejam inclusas constantes avaliações que permitam realizar os ajustes e/ou correções que surgirem durante o andamento das atividades. Como todo planejamento, as atividades educativas precisam ser desenvolvidas baseadas em alguns critérios relacionados às modalidades dos encontros entre os educandos e os documentos; as relações entre as instituições: escolares e arquivísticas; a que documentos disponibilizar, entre outros (BELLOTTO, 2006).

No desenvolvimento das atividades educativas e culturais, é que o papel do profissional arquivista torna-se ainda mais essencial, extrapolando as ações que envolvem o tratamento documental e os conduzindo ao processo de mediação que consiste na interação do usuário e o documento. Afinal, há de se considerar que não se trata apenas de tocar o documento, é necessário “[...] uma leitura por parte do aluno” (BELLOTTO, 2006, p. 238) e para tanto, a presença e atuação do arquivista é tão importante quanto à presença e participação do professor para que o quesito

pedagógico seja alcançado e o estabelecimento das relações entre os documentos e os conteúdos expostos aos alunos, bem como a adaptação das linguagens estabelecidas nas atividades, já que o público na qual as mesmas se direcionam não se trata do público erudito já habituado com as pesquisas acadêmicas com e em arquivos.

Para Bellotto (2006), além do planejamento das ações acordarem com os conteúdos programáticos; do trabalho conjunto entre dos professores e arquivistas e da parceria entre instituições escolares e arquivísticas, é importante atentar-se à disponibilidade dos documentos, prevendo os conjuntos e a quantidade de documentos, a fim de que os objetivos pedagógicos não sejam perdidos por meio da dispersão da atenção dos alunos diante de muitos materiais e das indagações provocadas por eles. Em consonância, Cabral (2012) aponta sobre a importância do trabalho conjunto entre arquivistas e professores, bem como as possibilidades que emergem do desenvolvimento de atividades que dialoguem com os planos curriculares, ampliando o desenvolvimento de ações que atendam ao longo do ano letivo.

Tendo em vista que a política arquivística diz respeito à conservação e preservação do patrimônio documental arquivístico em prol da garantia de direitos de acesso individual e/ou coletivo aos mesmos (DURCE; SOUSA, 2013), ao arquivo público municipal está imbricado o atendimento das demandas sociais visto que, além do seu acervo refletir as ações governamentais, seus “[...] documentos testemunham as relações deste com a comunidade a que serve” (CAMARGO; MACHADO, 2000, p.17).

Conforme apresentado por Paes (1998, p. 242) essa instituição encontra-se direcionada para a responsabilidade de “[...] promover a gestão da informação de governo, a guarda e a preservação do patrimônio documental do município, para torná-lo acessível a todos os interessados”. Diante o exposto, o desenvolvimento de atividades educativas nesses ambientes, além de propiciar o acesso democrático aos documentos, faz com que o arquivo passe a exercer o papel de mediador cultural ao trabalhar com a difusão/disseminação do acervo histórico do município, estado e país (BELLOTTO, 2014).

4 O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA SOB A PERSPECTIVA A MEDIAÇÃO

4.1 CARACTERIZANDO O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Santos e Borges (2014, p. 312) argumentam que os “[...] arquivos públicos têm sido uma importante fonte para [...] estudantes na busca por informações para a realização de pesquisas e trabalhos [...]”. Esse tipo de arquivo também pode ser considerado como o “[...] repositório do patrimônio histórico documental” (BELLOTTO, 2014, p. 135), já que os arquivos públicos municipais⁸, além de gerir, salvaguardar e disseminar os documentos públicos desempenham um importante papel no que se refere à garantia do direito de acesso à informação por parte do cidadão. Camargo e Machado (2000, p. 14) compreendem que o arquivo municipal se trata da “[...] instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta”.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos, em seu Art. 17 confere às instituições arquivísticas a responsabilidade pela administração da documentação pública ou de caráter público, seja a instituição de âmbito federal, estadual ou municipal. Quanto à configuração da instituição arquivística municipal, ainda no Art. 17, § 4º a Lei estabelece que “[...] são arquivos municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo” (BRASIL, 1991). A mesma instituição é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 33) como “[...] arquivo público mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito”. Isto posto, nota-se nessas instituições a presença de atividades que atendem tanto à administração pública, quanto às demandas da sociedade relacionadas ao acesso à informação e cultura; e como parte do processo investigativo do presente estudo, apresentamos a seguir o contexto do Arquivo Público Municipal de Vitória.

No estado do Espírito Santo, a primeira instituição arquivística foi criada em 1908 pelo então Presidente do Estado Jerônimo Monteiro, denominada como

⁸ As ações educativas pautadas na presente pesquisa destinam-se ao Arquivo Público Municipal e, portanto, as teorias adotadas têm como foco a referida instituição.

"Arquivo Público Espírito-Santense", correspondendo ao atual Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). No final do referido ano, em 14 de dezembro de 1908, a Lei nº 582 criou a instituição denominada Prefeitura e normatizou a organização municipal, transferindo a gerência dos serviços municipais realizados pelo Conselho Municipal para as mãos do Prefeito (DUTRA, 2014).

Criado em 1909, o Arquivo Público Municipal de Vitória teve o início e suas atividades junto à PMV em uma casa alugada situada no Centro Histórico de Vitória (ES) e atualmente funciona em um prédio alugada que divide, entre os andares, outros setores da PMV (DUTRA, 2014). Ceciliano Abel de Almeida, nomeado como primeiro prefeito da cidade de Vitória, através do Decreto Presidencial nº 243 de 11 de fevereiro de 1909, é quem assina a Lei Municipal de nº 4/1909 que através do art. 10, item 9, regulamenta talvez o primeiro arquivo municipal do estado do ES, o Arquivo Público Municipal de Vitória que até então, localizava-se junto à Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), em uma casa alugada na rua Barão Monjardim, no Centro de Vitória (DUTRA, 2014). Cabe apontar que a referida lei versa sobre a reorganização administrativa do município, particularmente sobre a guarda e preservação dos documentos municipais, indicando a necessidade de organização dos documentos para facilitar o acesso aos mesmos, referindo-se aos documentos produzidos e, também, recebidos.

Durante a administração do Prefeito Américo Poli Monjardim, ainda localizado junto à sede da Prefeitura Municipal na Rua Sete de Setembro localizada no Centro de Vitória (ES), a instituição volta a estar presente na legislação do município através do Decreto 967 de 05 de agosto de 1941 no qual regulamenta o Arquivo Público Municipal de Vitória e sua estrutura organizacional (DUTRA, 2014).

Dadas às mudanças de sede e a desvinculação do mesmo espaço físico que a PMV, atualmente o Arquivo localiza-se⁹ no bairro de Bento Ferreira, no município de Vitória, situado no estado do ES. O espaço destinado ao Arquivo é ocupado pelo acervo permanente da instituição; pela área de atendimento aos usuários e pela área destinada aos servidores para o cumprimento das atividades administrativas. O acervo intermediário é acomodado em outro prédio da Prefeitura e os arquivos

⁹ Dados levantados a partir do processo de observação realizada no Arquivo Público Municipal de Vitória (ES).

correntes ficam sob custódia de suas respectivas secretarias municipais.

Dentre as atividades inerentes ao Arquivo, está o atendimento às demandas da Prefeitura, que se destinam consideravelmente aos arquivos intermediários; ao cidadão e às pesquisas aos arquivos permanentes. O atendimento ao público funciona de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h e as demandas são atendidas de forma concomitante.

Faz parte do seu quadro funcional 04 (quatro) funcionários efetivos, sendo eles: um Coordenador, que é responsável pelas atividades operacionais do Arquivo e Protocolo; um Arquivista, responsável criação de instrumentos de pesquisa, atendimento do público interno e externo, planejamento de atividades técnicas e orientação na realização das mesmas e participa efetivamente da Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD); e dois Auxiliares de Suporte Operacional, que executam as atividades operacionais do Arquivo Intermediário. Além dos funcionários efetivos citados a instituição possui estagiários de nível médio e superior.

Cabe ressaltar que a partir da parceria entre a prefeitura e a universidade é que a instituição possui em seu quadro de colaboradores especialistas que se dividem entre as atividades desenvolvidas pela instituição. São contratados estagiários dos cursos superiores de Licenciatura em História, Bacharelado em Arquivologia e Bacharelado em Biblioteconomia que atuam nos serviços de atendimento aos usuários; organização e descrição do acervo e da biblioteca de apoio que existe na instituição. Apesar do esforço direcionado ao atendimento das demandas da instituição, nota-se o desafio em atender de forma integral as demandas que tangem às atividades culturais, à difusão do acervo e os potenciais usos do acervo, sendo perceptível que o desafio é o reflexo do grande volume das atividades administrativas e o pequeno número de funcionários para que a realização das atividades possa ser desenvolvida de forma equilibrada. Diante desses apontamentos, espera-se que presente pesquisa atue como uma ação introdutória ao desenvolvimento de atividades que repercutam na difusão e valoração do acervo custodiado.

Dentre os documentos intermediários estão inclusos processos

administrativos, informações sobre imóveis e documentos referentes ao departamento pessoal da prefeitura, como folhas de ponto e registros de frequência dos servidores. No seu acervo permanente são encontrados fundos documentais como: o fundo da Câmara Municipal, que data a partir de 1808; cerca de 14.785 exemplares de jornais com datas entre os anos de 1893 e 1996; manuscritos datados a partir de 1789; além de mais de 10 mil fotografias que retratam a Capital e suas adjacências e 1,3 mil projetos de obras, planos de ocupação da Ilha de Vitória e mapas antigos da capital.

Desse acervo, considerando que uma consulta não se restringe apenas a um material, as fotografias que retratam a cidade de Vitória são os itens documentais mais procurados pelos usuários (COSTA; ALDABALDE, 2020) e em seguida estão os mapas, manuscritos, processos, plantas e jornais Para Gomes (2015, p. 565) o uso de fotografias como fontes de informação está associado ao fato das mesmas evocarem “[...] importantes registros de memórias, fatos e acontecimentos, proporcionando ao pesquisador e ao observador o recorte de um momento do passado”.

Os registros de usuários existentes no Arquivo Público Municipal de Vitória apontam que grande parte dos usuários atendidos pela instituição são residentes do município de Vitória; e a busca expressiva por informações sobre bairros do referido município tais como a história dos bairros, mudanças de nomes e de características das regiões pesquisadas. Percebe-se que as principais buscas relacionam-se à própria história dos usuários e as relações existentes com o contexto do município no qual residem, fator considerado natural conforme apontado por Bellotto (2014) devido ao fato dos arquivos públicos municipais acompanharem mais de perto o cotidiano do cidadão e, portanto, salvaguardar os registros desse cotidiano.

O atendimento é feito através de diálogo entre o requerente e o servidor/estagiário com a finalidade de se chegar mais próximo à demanda da pesquisa, seja ela em caráter probatório ou informativo. Ao usuário, são disponibilizados os documentos que atenderam a demanda de suas pesquisas de forma digitalizada, fotocopiada ou fotografada. Conforme apontado por Paes (1998) no que tange a responsabilidade de instituições arquivísticas públicas municipais, o Arquivo Público Municipal de Vitória é responsável pelos serviços de atendimento

administrativos que ocorrem de forma concomitante aos atendimentos vinculados à pesquisa no acervo permanente que custodia. Dentre esses serviços estão o desarquivamento de processos administrativos e demais atividades da PMV tanto para o público interno, que atendem as demandas administrativas da prefeitura, quanto para o público externo, que são os cidadãos de modo geral que não possuem credenciamento na administração pública.

No que tange o público atendido pelo APMV, dentre as ocupações registradas pelos usuários nos formulários de atendimento,

[...] destacam-se os estudantes de ensino superior, médio e os que se identificam como estudantes de arquitetura e urbanismo. No entanto, há registro de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, fator que se associa à diversidade do acervo (COSTA; ALDABALDE, 2020, p. 97).

Desse modo, no atendimento ao público externo, evidencia-se o número expressivo de estudantes, no qual é identificado por Koyama (2016) como um dos mais importantes grupos de usuários de acervos documentais; e as demandas oriundas das pesquisas de cunho acadêmico. Apesar da referida categoria de usuários incluir estudantes de ensino superior e médio, é possível identificar que nas consultas ao acervo predominam os usuários com nível de escolaridade superior, o que ressalta a necessidade de ações que favoreçam a ampliação do acesso aos arquivos não restringindo sua utilização apenas ao público erudito e especialista. Apesar de possuir parte do acervo fotográfico digitalizado, o mesmo não se encontra disponibilizado *on-line* para acesso remoto, ação que poderia resultar na ampliação ao acesso do acervo e, conseqüentemente, na valorização do seu patrimônio documental (KOYAMA, 2016). Para Bellotto (2014, p. 138),

[...] os arquivistas tardaram em descobrir que poderiam, com incrível riqueza de material disponível, ir mais além de sua missão na área da pesquisa histórica profissional, proporcionando aos não especialistas um verdadeiro divertimento cultural.

Diante do contexto conceitual, histórico e ligado à prática do Arquivo Público Municipal de Vitória, emergem inúmeras possibilidades de realização dos serviços educativos e culturais a partir da utilização de documentos de arquivo armazenados pelas instituições arquivísticas. Por conseguinte, esse trabalho acaba não se limitando apenas às visitas, mas ampliando-se com as ações culturais de modo que

contribua para a formação contínua do educando do ensino fundamental do mesmo município, desenvolvendo desse modo atividades que dialoguem com o conteúdo previsto pelo currículo pedagógico e nas políticas da área da Educação, como a BNCC, preocupadas com o processo de ensino aprendizagem e com os recursos disponíveis na instituição arquivística.

Partindo da premissa de que instituições arquivísticas do âmbito municipal salvaguardam a história e cultura regional e por meio de atividades lúdicas aproximam os indivíduos do patrimônio documental; e o ensino fundamental baseia-se no desenvolvimento de uma aprendizagem que valoriza as experiências vivenciadas pelos educandos propondo a apropriação dos conteúdos por meio da adoção de métodos que despertam os interesses dos alunos, compreende-se a interlocução existente entre as práticas de mediação cultural e as metodologias pedagógicas para aplicação dos conteúdos curriculares, sobretudo, os conteúdos direcionados ao Ensino Fundamental.

4.2 PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Diante do histórico e trajetória do APMV, nota-se a ausência de registros de ações educativas desenvolvidas por parte das instituições. Percebe-se a execução de um número expressivo de exposições, que segundo Vaz e Venâncio (2018, p. 12), trata-se de uma forma de apresentação do acervo “[...] aos usuários do arquivo de uma maneira mais lúdica e dinâmica, podendo ser utilizadas em diversas ocasiões”, inclusive em datas históricas e comemorações locais, conforme apresentado no levantamento realizado. Cabe destacar que as referidas exposições e demais atividades citadas podem receber o público escolar e oferecer subsídios para a formação do alunado por meio das informações obtidas no processo de mediação no momento da visita e, portanto, vale sublinhar a relevância do planejamento das ações que, conseqüentemente, podem vincular ações educativas às práticas já exercidas pela instituição no desenvolvimento de suas funções cotidianas, exercendo uma importante parceria entre arquivos e escolas, onde o arquivista elabora as atividades selecionando “[...] o material a ser trabalhado no

contexto do arquivo, mas sempre com a participação do professor, que será o responsável por levar a atividade“ (VAZ; VENÂNCIO, 2018, p. 13) para o contexto educacional, não limitando as ações apenas ao cenário arquivístico, contribuído de fato no processo de formação escolar do aluno.

Para fins de desenvolvimento da pesquisa a presente seção apresenta o levantamento realizado junto ao APMV quanto às práticas de mediação cultural executadas pela referida instituição, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Levantamento das práticas de mediação cultural realizadas pelo APMV.

(continua)

Ação/Evento etc.	Data	Local	Fundo ou tipologia dos documentos utilizados
1º Exposição de Documentos e Fotografias de Vitória Antiga	Jun – 1981	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia, Documentos
2º Exposição de Documentos e Fotografias de Vitória Antiga	Jun – 1982	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia, Documentos
Exposição fotográfica ex-prefeitos de Vitória.	Jan – 1992	Sala de Exposição do Arquivo de Vitória	Fotografia
Exposição de fotografias, Meio Ambiente de Vitória	Nov – 1997	Feira do Verde	Fotografia
“Semana Olímpica” Exposição de fotos de atletas e esportes olímpicos	Jan – 1998	Shopping Vitória	Fotografia
Exposição “Moscoso: Retratos de um Parque Quando Jovem”	Mai – 1995	Arquivo Público	Fotografia
Exposição de fotografias Eventos esportivos, Projeto Vitória Cidade Sol	Jan – 2003	Arena de Camburi	Fotografia
Exposição de fotografias em comemoração aos 100 anos da Prefeitura de Vitória	Set – 2009	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia
Mostra Fotográfica - Vitória no Tempo	2009	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia
Exposição Memórias Capixabas, As transformações da Cidade Presépio	Set – 2015	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia
Exposição de mapas: Atlas Urbanístico de Vitória	Ago – 2017	Arquivo Público	Mapas
Exposição de fotografias ,Memórias da Cidade: Um Giro pela Orla	Set – 2017	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia
Exposição de fotografias ,Memórias da Cidade: Um Giro pela Orla	Set – 2017	Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão, CIAC	Fotografia

(conclusão)

Ação/Evento etc.	Data	Local	Fundo ou tipologia dos documentos utilizados
Exposição de fotografias ,Memórias da Cidade: Um Giro pela Orla	Set – 2017	Casa do Cidadão	Fotografia
Mostra Fotográfica, Vitória ao Longo do Tempo	Set – 2019	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia
Exposição de fotografias, Atletas e Lei Jayme Navarro de Carvalho	Jul – 2021	Palácio Municipal Jerônimo Monteiro	Fotografia

Fonte: APMV.

Nesse sentido, o levantamento aponta para a ausência de ampliação quanto aos tipos de práticas de mediação cultural por parte da instituição, dada a diversidade do acervo custodiado por ela e a diversidade do público atendido pela mesma.

Segundo Aldabalde (2015, p.180), são consideradas práticas de mediação cultural podem ser classificadas em:

“efemérides”, “visitas escolares e universitárias”, “publicações”, “itinerários”, “exposição de documentos fotográficos e textuais”, “exibições de vídeos”, “seminários”, “fóruns”, “concertos”, “saraus de poesias”, “apresentação de danças tradicionais”, “recitais”, “debates”, “conferências”, “lançamentos de livro”, “exposições de pinturas”, “oficinas”, “produções de audiovisual”, “mostra de artesanato”, “lançamento de filme”, “mostra de arte”, “mesa redonda”, “mostra de produção independente de audiovisual”, “jogo recreativo (gincana)” e “congresso”.

Durante o levantamento realizado junto ao APMV foi possível observar que a exposição “Moscoso: retratos de um jovem parque quando jovem” teve como produto de divulgação a produção de postais (Figura 2), que além de divulgar as informações referentes ao evento, promovia tanto o acervo desse arquivo, quanto à própria instituição por meio da divulgação do endereço e demais informações.

Figura 2 – Produto de divulgação da Exposição fotográfica Exposição “Moscoso: Retratos de um Parque Quando Jovem” realizada pelo APMV de maio a junho de 1995.



Fonte: APMV.

Além das práticas de mediação realizadas pelo APMV, é preciso salientar o desenvolvimento, de projetos de cunho cultural que são realizados a partir do acervo da instituição em questão por meio de editais de cultura que consistem em um incentivo financeiro à cultura, através da concessão de recursos para a execução de projetos de diferentes linguagens artísticas e/ou manifestações culturais nos mais variados formatos, sobretudo, como o Projeto Cultural “Rubem Braga” – Lei nº 3.730/1991 e o Fundo Municipal de Cultura (FunCultura) – Lei nº 5.155/2000.

Cabe destacar que como premissa, o desenvolvimento dos referidos projetos que emergem dos editais de cultura deve contemplar a produção de um infoproduto. Nesse sentido, foi possível aferir, junto ao APMV, os produtos apresentados a seguir.

Mediante o Edital 26/2013, que teve como objetivo selecionar projetos e fornecer apoio financeiro para a produção de inventário, conservação e reprodução de acervos no Espírito Santo, por meio do Fundo Municipal de Cultura (FunCultura) foi desenvolvido o projeto “Memória Jornalística: inventário analítico do Acervo de jornais do Arquivo Geral do Município de Vitória”, que apresenta a descrição de 14.785 peças documentais textuais que datam de 1893 a 1996 (Figura 3).

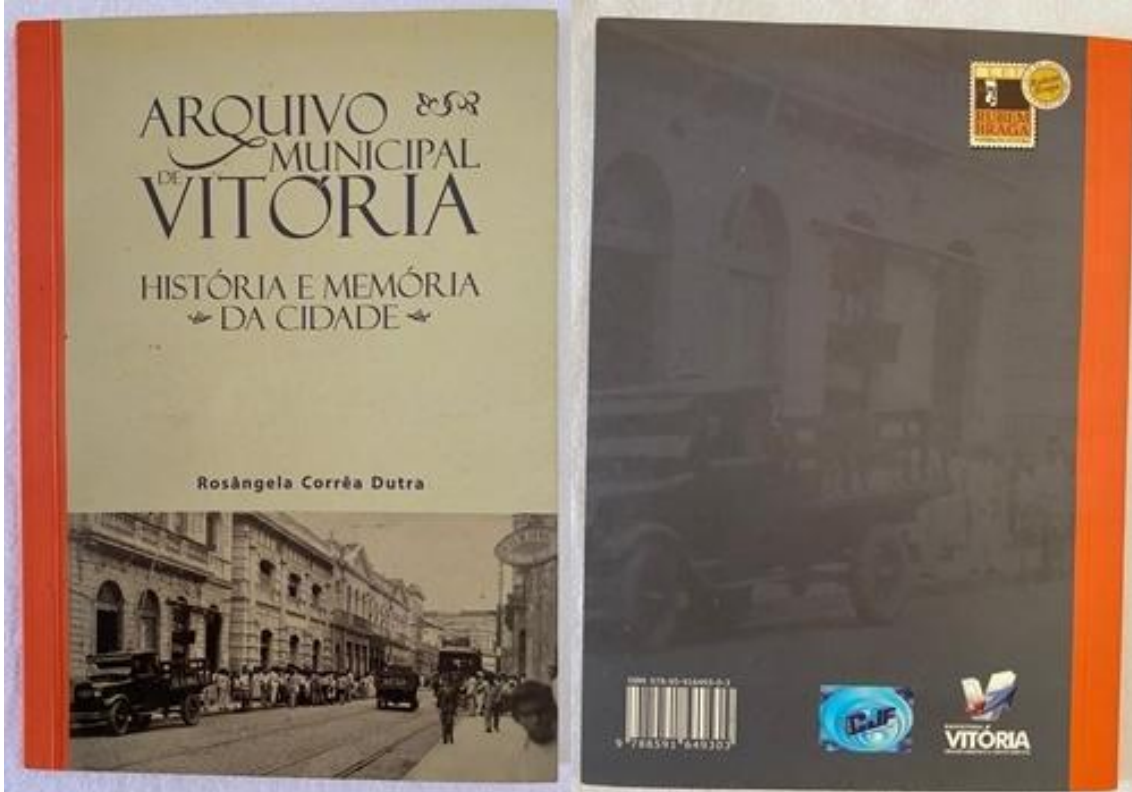
Figura 3 – Produto final do projeto “Memória Jornalística: inventário analítico do Acervo de jornais do Arquivo Geral do Município de Vitória”.



Fonte: APMV.

Em 2014, por meio do Projeto Cultural “Rubem Braga” – Lei nº 3.730/1991 a historiadora Rosângela Corrêa Dutra publicou o livro “Arquivo Municipal de Vitória: memória e história”, onde a história do APMV e da capital Vitória é contada por meio da reprodução do acervo da instituição em questão, nele constam manuscritos, recortes de jornais, fotografias, entre outros (Figura 4).

Figura 4 – Produto final do projeto “Arquivo Municipal de Vitória: memória e história”.



Fonte: APMV.

Em 2015, o Fundo Municipal de Cultura (FunCultura) viabilizou a realização do “Inventário dos manuscritos dos Séculos XVIII e XIX”. O projeto teve por objetivo a criação do inventário analítico dos documentos referentes aos anos de 1789 a 1899, que fazem parte dos fundos Câmara Municipal e Intendência Municipal, que juntos apresentam 13.00 documentos manuscritos, objeto do projeto em questão (Figura 5).

Figura 5 – Produto final do projeto “Inventário dos manuscritos dos Séculos XVIII e XIX”.



Fonte: APMV.

Outro inventário desenvolvido ocorreu com o apoio do Projeto Cultural “Rubem Braga” – Lei nº 3.730/1991, com o apoio da empresa Vale S.A. O “Inventário do acervo da Lei Rubem Braga 1992-2012” foi finalizado no ano de 2018 e apresenta o tratamento arquivístico direcionado ao acervo em questão, visto que para a criação do inventário foi necessária a reunião e tratamento do mesmo, que se encontrava disperso entre o APMV e outras secretarias, como a Secretaria Municipal de Cultura (Figura 6).

Figura 6 – Produto final do projeto “Inventário do acervo da Lei Rubem Braga 1992-2012”.



Fonte: APMV.

No ano de 2019 o projeto “Atlas Urbanístico de Vitória”¹⁰ foi desenvolvido com o apoio do Fundo Municipal de Cultura (FunCultura). Coordenado pela professora Dr.^a Flavia Botechia e pelo professor Dr. Heraldo Ferreira Borges, o projeto apresenta a construção de um banco de dados sobre os planos urbanísticos elaborados durante o Século XX, para a cidade de Vitória/ES, apresentando dados importantes tanto da área de arquitetura quanto arquivística (Figura 7). Além da disponibilidade dos documentos em *website*, o projeto contemplou a produção e distribuição dos mesmos em DVD’s e *pendrives*, viabilizando, conseqüentemente, a promoção e o acesso aos itens documentais presentes no acervo do APMV.

¹⁰Disponível em: <https://atlasurbanistico.com.br/>

Figura 7 – Produtos do projeto “Atlas Urbanístico de Vitória”



Fonte: APMV.

É relevante destacar que para o levantamento preciso quanto às informações referentes aos editais faz-se preciso um trabalho mais minucioso, visto que as informações sobre os projetos contemplados pelas respectivas leis de incentivo encontram-se de certo modo dispersas nos *websites* destinados para este fim, ou seja, os projetos realizados a partir do acervo do APMV não se limitam apenas aos apresentados pelo presente estudo. Outro ponto importante é perceber que, apesar de não partir diretamente do APMV, o desenvolvimento de alguns projetos fornecem importantes dados acerca dos fundos custodiados pelo mesmo.

5 OS USOS E OS USUÁRIOS DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Diante do contexto que envolve o processo de mediação arquivística, é indiscutível a necessidade de compreender os usuários e suas respectivas demandas informacionais (DUFF, 2016). Nesse sentido, parte dos trabalhos que envolveram o desenvolvimento do presente estudo teve como objetivo identificar as principais características relacionadas tanto ao uso, quanto aos usuários do acervo permanente do Arquivo Público Municipal de Vitória, conforme apresentado na presente seção.

Do ano de 2005 até o mês de novembro de 2019, o APMV somava 226 fichas de registro de atendimento aos usuários realizados de modo presencial. Devido às limitações encontradas no processo investigativo, como a falta de registro, dentro do referido traço temporal, não foi possível identificar as características levantadas pelo estudo para os atendimentos que ocorreram de forma remota (telefone e/ou e-mail).

Apesar da relevância dos registros de consulta, estes não recebem o tratamento adequado, que corresponderia à abordagem estatística dos atendimentos, nos formatos tradicional e eletrônico, e o cuidado, por parte do serviço de referência, quanto ao preenchimento dos metadados que compõem as fichas, no que se refere às informações sobre os usuários e os usos do acervo do APMV.

Os registros dos atendimentos em ambiente digital e as fichas físicas se encontravam dispersos. O início da investigação significou uma organização da base de dados, isto é, dos documentos (COSTA; ALDABALDE, 2020, p. 92-93).

Cabe ressaltar que os anos de 2006 e 2007 não constam quaisquer registros de atendimento, mas apesar da ausência de registro, não se pode afirmar que nos referidos anos não foram realizados atendimentos na instituição em questão (Quadro 3). Outro ponto a ser considerado é o fato do preenchimento dos formulários se dá de forma facultativa, o que justifica determinadas lacunas referentes a alguns metadados.

Quadro 3 - Quantidade de fichas entre 2005 e novembro de 2019.

Ano	Quantidade de fichas
Sem data informada	10
2005	01
2006	-
2007	-
2008	41
2009	10
2010	09
2011	08
2012	17
2013	16
2014	06
2015	38
2016	34
2017	14
2018	14
2019 (até Nov.)	09

Fonte: Costa e Aldabalde (2020).

Durante o processo investigativo, no que tangem às fichas de atendimento, foi possível: constatar que no decorrer dos anos o APMV adotou diferentes formatos de fichas para o registro dos atendimentos; a presença do preenchimento de um número maior de dados aos interesses e perfis dos seus respectivos usuários nas fichas referentes ao ano de 2015 em diante. Diante destes fatos, o estudo analisou as fichas que apresentavam metadados que melhor permitissem descrever os usuários, totalizando 109 fichas de registro.

Realizada a organização das fichas de atendimento, que resultou no arquivamento por ordem cronológica, foram extraídos e analisados os registros feitos pelos usuários no que se referem: o assunto pesquisado; a ocupação dos usuários; a localidade de domicílio dos usuários; e por fim, os materiais consultados. Em relação ao assunto “[...] foi realizada a análise de conteúdo, de modo que fossem identificados os teores explícitos e implícitos das pesquisas” (COSTA; ALDABALDE, 2020, p.93), que resultou em oito categorias conforme apresentado pelo Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias distribuídas por teor e ano das investigações dos usuários.

Assunto	Ano					Total
	2015	2016	2017	2018	2019	
Bairros (Vitória e Centro Histórico de Vitória)	23	11	10	5	1	50
Ruas e avenidas (Bairros de Vitória e Centro Histórico)	0	0	0	2	0	2
Monumentos (igrejas, conventos, edifícios)	4	6	4	1	6	21
Administração pública (processos, legislações)	5	7	0	1	0	13
Praças e parques	2	0	0	0	0	2
Saúde	0	1	0	0	1	2
História regional (escravidão, desenvolvimento urbano)	4	1	0	1	1	7
Não informado	0	8	0	4	0	12

Fonte: Costa e Aldabalde (2020).

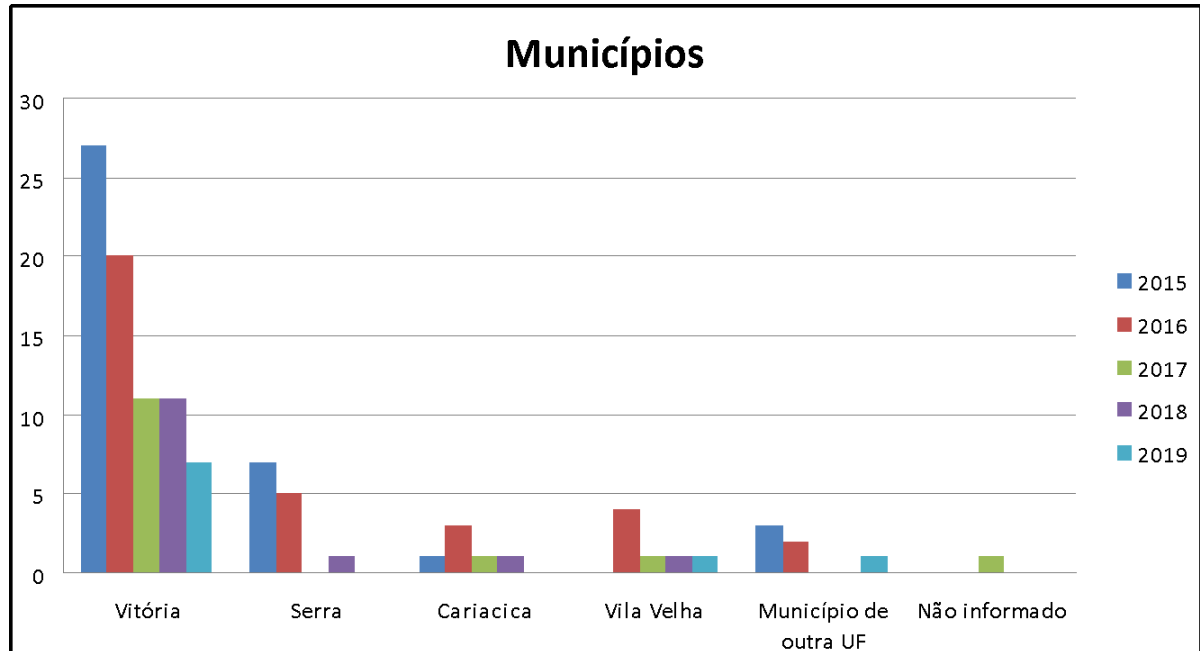
Quanto à ocupação, as análises apontam, para a diversidade de perfil a presença de

estudantes de ensino médio; estudantes de ensino superior; estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo; musicista; historiadores; geógrafo; turismólogo; médico; assistente social; educador social; pedagogo; arquitetos; professores; aposentado (profissional emérito); balconista; advogados; servidores públicos; restaurador; corretor de imóveis; técnico em edificações; jornalistas; arquivista; psicólogo e consultor empresarial (COSTA; ALDABALDE, 2020, p. 94).

Destaca-se que mesmo com a ausência de programas educacionais, a instituição em questão apresenta a presença expressiva de estudantes que sobressai as demais ocupações registradas, sobretudo os estudantes de arquitetura e urbanismo.

Sobre o domicílio dos usuários, o Gráfico 1 aponta os dados referentes a este quesito.

Gráfico 1 – Dados referentes à residência dos usuários.



Fonte: Adaptações de Costa e Aldabalde (2020).

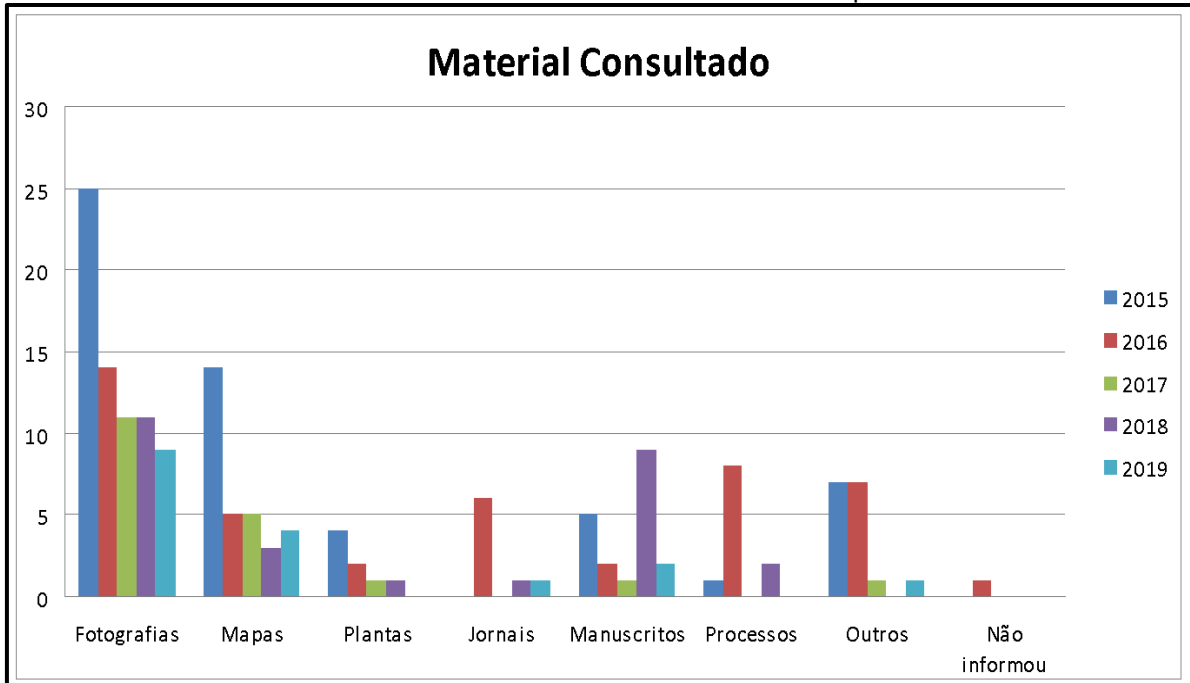
Nota-se que “[...] maior ocorrência de usuários que residem no município ao qual a instituição está diretamente vinculada, o município de Vitória”, é importante destacar que entre os assuntos pesquisados no acervo do APMV, os temas referentes aos bairros de Vitória são superiores aos demais assuntos, o que corrobora para o que aponta a literatura arquivística, quanto à proximidade da comunidade em relação aos arquivos municipais (BELLOTTO, 2006).

Os registros apontam ainda que a busca por informações sobre bairros do município de Vitória que inclui pormenores ou subtemas tais como: a história dos bairros, mudanças de nomes de lugares públicos e de características das regiões urbanas. Ao observar-se a expressividade de usuários que residem no município de Vitória, percebe-se que as principais buscas se relacionam à própria história dos usuários e as relações existentes com o contexto do município no qual residem (COSTA; ALDABALDE, 2020, p. 97).

Entre os documentos mais procurados pelos os usuários estão as fotografias. Foi possível constatar que não há uma especificidade de tipologia do material consultado, espécie, gênero ou forma, por exemplo. Nesse sentido, “[...] os resultados são abrangentes o suficiente para afirmar que mais de um tipo de

material é posto em uso em uma consulta” (COSTA; ALDABALDE, 2020, p. 97), conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Dados referentes aos materiais consultados pelos usuários.



Fonte: Adaptações de Costa e Aldabalde (2020).

No que tangem os objetivos da presente pesquisa, é possível constatar: a presença do público escolar, que apesar da ausência de atividades desenvolvidas e direcionadas especificamente a este público demonstra interesse em utilizar o espaço arquivístico em questão como espaço de aquisição de conhecimentos; a diversidade quanto a localidade dos usuários, ponto que reforça a necessidade de ações voltadas a facilitação quanto ao acesso ao acervo da referida instituição, como a disponibilização do acervo em sítio institucional do APMV ou um repositório *on-line* para acesso remoto, a fim de ampliar o público atendido por ela, não se limitando apenas a região que ocupa territorialmente; a diversidade das demandas informacionais no que tangem os materiais consultados, fator que ressalta a necessidade do processo de mediação no ambiente arquivístico, de modo que a consulta não se limite a apenas um documento; e por fim, os temas mais pesquisados pelos usuários corroboram para a proximidade do APMV com a história local e, conseqüentemente, à comunidade.

6 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUAS CONVERGÊNCIAS COM PRÁTICAS DE ENSINO NOS ARQUIVOS

Sendo o arquivo um lugar da consolidação de direitos e deveres; de entretenimento, de cultura e de lazer, “[...] é preciso que a atividade educativa arquivística passe a constituir um elemento costumeiro, constante da programação escolar nas áreas de história e estudos sociais” (BELLOTTO, 2006, p. 232). No que tange às instituições arquivísticas, torna-se essencial o reconhecimento da “[...] real validade de um serviço educativo de arquivo como componente da própria estrutura funcional da instituição” (BELLOTTO, 2006, p. 231) e para tanto, partindo do reconhecimento dessas instituições como contribuintes no processo de ensino e aprendizagem conforme apontado na BNCC, o presente estudo apresenta a seguir os parâmetros curriculares presentes na BNCC e as interlocuções dos mesmos com as atividades educativas, informativas e culturais a partir do uso de documentos arquivísticos.

A BNCC trata-se de um documento referencial e norteador para a elaboração dos currículos escolares contemplando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, apresentando os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa de formação do educando (BRASIL, 2018), não extinguindo os aspectos sociais e metodológicos de cada instituição, levando em conta as particularidades de cada uma. Sua elaboração é resultado de estudos, contribuições e melhorias dos documentos que a antecedem e, por esse motivo, faz-se preciso apresentar a trajetória do referido documento conforme veremos a seguir.

O percurso histórico da Base Nacional Comum Curricular, também conhecida como BNCC tem início no ano de 1988 com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) que em seu Artigo 210, já previa a fixação de conteúdos mínimos para o ensino, a fim de assegurar uma formação básica comum de ensino. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é aprovada através da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro e por meio do Artigo 26 regulamenta uma base nacional comum direcionada a Educação Básica.

No ano seguinte, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs),

estruturado em dez volumes, direcionados ao Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano com a finalidade de se tornar referência de qualidade para o ensino brasileiro, além de nortear as ações e práticas escolares, sobretudo no que diz respeito aos currículos. Em seguida, no ano de 1998 são estabelecidos os PCNs, também em dez volumes, direcionados ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, tendo como objetivos similares aos trabalhados nos PCNs do 1º ao 5º ano, o diferencial se dá por levantar um diálogo educacional pautado na contribuição dos principais agentes transformadores: escola, família, governo e sociedade (BRASIL, 2018).

Estruturado em quatro partes, no ano de 2000 o Ministério da Educação (MEC) lança os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) com o objetivo de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias (BRASIL, 2000) o documento normativo utilizou como base as orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2008 os currículos foram norteados pelo Programa Currículo em Movimento que foi instituído com o objetivo de estabelecer melhorias voltadas para a qualidade no desenvolvimento dos currículos de todos os níveis: infantil, fundamental e médio. O programa vigorou até 2010, ano em que é fixado o documento denominado de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, regulamentado pela resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2018).

Entre os meses de março e abril de 2010 foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE) cujo objetivo principal foi dialogar acerca da Educação Básica. Para esse fim, estiveram presentes especialistas da área que por fim, identificaram a ausência de uma Base Nacional Comum Curricular e ressaltaram a importância da mesma como parte de um Plano Nacional de Educação. Ao final da CONAE, como um dos resultados, foi elaborado um Documento Final que apresentou as diretrizes, metas e ações necessárias para uma política nacional de educação mais ampla e igualitária. Em julho do mesmo ano são definidas, por meio da Resolução nº4 de 13 de julho de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), que tinha como objetivo orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino (BRASIL, 2013).

Em 2011 é fixada a Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010, que institui

as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, estipulando a necessidade de cumprimento da organização curricular prevista nas redes de ensino (BRASIL, 2018). No ano de 2012 através da Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012 são definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. A Resolução aborda a organização curricular por áreas do conhecimento e traz mudanças consideráveis nesse quesito. Em julho do mesmo ano é instituído o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), por meio da Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012 que entre os objetivos e metas previstas, no quesito curricular estabelece ações referenciais curriculares e pedagógicas. Em 2013 a Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, estabelece o Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM) que tem como base de diálogo para as ações voltadas aos currículos do Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM).

Com vigência de dez anos, o Plano Nacional de Educação (PNE) é regulamentado em 2014 através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dentre as vinte metas estabelecidas no plano para a melhoria da qualidade da Educação Básica, quatro delas são direcionadas à Base Nacional Comum Curricular (BNC). No mesmo ano, entre 19 e 23 de novembro, organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) ocorreu a 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE) que resultou na elaboração de um documento final que estabelecesse propostas e pontos de reflexão para o aprimoramento da Educação Brasileira. O documento ganhou destaque pelos diálogos apontados, sendo considerado um referencial para a mobilização em prol da BNCC (BRASIL, 2018).

O ano de 2015 é marcado pelo I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC que ocorreu entre os dias de 17 e 19 de junho. A Portaria nº 592, de 17 de junho de 2015 foi responsável por instituir a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular, o Seminário contou com a participação de assessores e especialistas que colaboraram para o desenvolvimento da BNCC. Depois dos trabalhos realizados no Seminário, em 16 de setembro de 2015 a primeira versão da BNCC foi disponibilizada para consulta e de 2 a 15 de dezembro do mesmo ano as escolas de todo Brasil se mobilizaram para discutir o documento que até então foi lançado como um documento preliminar (BRASIL, 2018).

No ano seguinte, em 3 de maio de 2016 uma segunda versão do documento foi disponibilizado e de 23 de junho a 10 de agosto de 2016 professores, gestores e especialistas se reuniram em 27 Seminários Estaduais promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIMED) para dialogarem sobre a segunda versão do documento e então, iniciarem um processo colaborativo para o desenvolvimento da terceira versão apresentando melhorias com base na segunda versão que iniciou-se em agosto do referido ano (BRASIL, 2018).

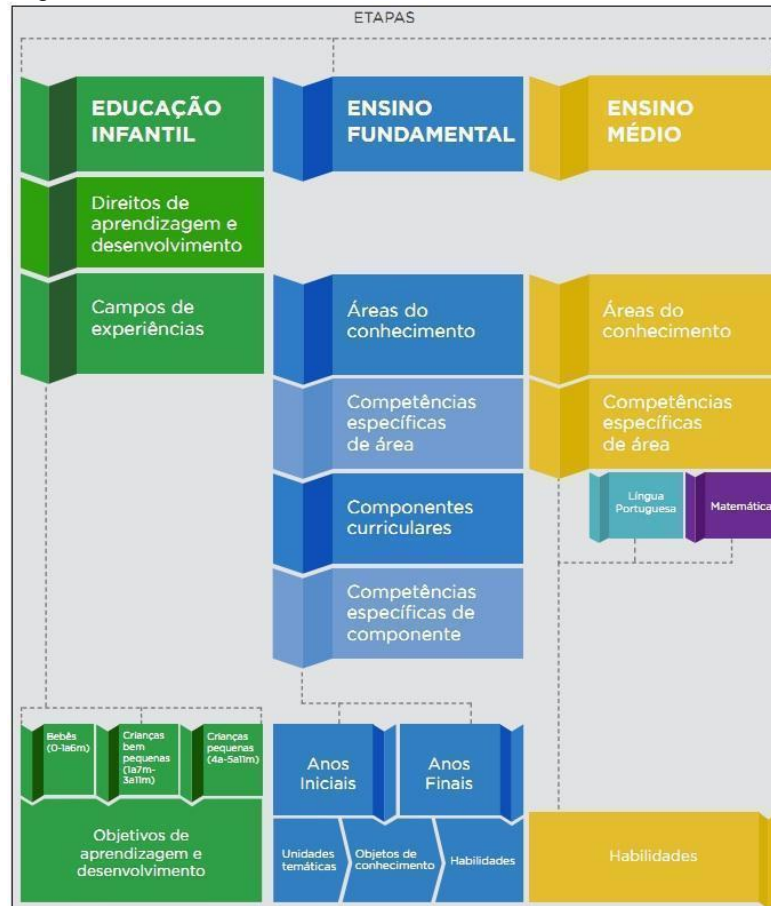
A versão final da BNCC foi entregue pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2017 para que o órgão pudesse elaborar o parecer e o projeto de resolução referente à BNCC e então, encaminhar ao MEC e a partir da homologação da BNCC iniciarem os processos de capacitação e formação dos profissionais da educação para o desenvolvimento e adequação dos currículos. A homologação do documento se deu em 20 de dezembro de 2017 pelo ministro da Educação Mendonça Filho e em 22 do mesmo mês a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 foi apresentada pelo CNE com a finalidade instituir e orientar a implantação da BNCC (BRASIL, 2018).

Em 5 de abril de 2018 é estabelecido o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) e em 02 de agosto de 2018 as instituições escolares brasileiras e todo corpo da educação (professores, gestores e técnicos) mobilizaram-se por meio de comitês em prol de debater e colaborar com a BNCC da etapa do Ensino Médio através de um formulário online, viabilizando maior participação. Por fim, no dia 14 de dezembro de 2018 o documento da BNCC para a etapa do Ensino Médio foi homologado pelo ministro da Educação Rossieli Soares e a partir dessa homologação o Brasil passou a ter uma Base com conteúdos que contemplam toda Educação Básica. Elaborada com a colaboração de especialistas de todas as áreas do conhecimento, espera-se que o documento corresponda às demandas do cotidiano contemporâneo preparando o estudante para o futuro (BRASIL, 2018).

Estruturada nas três etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Figura 8), a BNCC descreve, para cada etapa, as competências que se espera alcançar, além de apresentar a organização das

aprendizagens de cada uma. Na Educação Infantil estão assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018) nos quais envolvem a convivência, participação, brincadeira, exploração, expressão e o autoconhecimento com o intuito de viabilizar o crescimento integral da criança.

Figura 8 – Estrutura da BNCC.



Fonte: BRASIL (2018).

No que tange os campos de experiências, a BNCC apresenta cinco: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Tais campos abrangem toda a educação infantil e para que contemplem todas as necessidades das crianças levando em consideração todas as idades, a educação infantil é classificada em três grupos: bebês, onde estão às crianças de zero a um ano e seis meses de idade; crianças bem pequenas, que são consideradas aquelas de um ano e sete meses a três anos e onze meses; e crianças pequenas, que incluem crianças de quatro anos a cinco anos e onze meses. Dentro de cada campo de experiência são apresentados objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento específicos de cada grupo, respeitando as características e atribuições de cada um (BRASIL, 2018).

O Ensino Fundamental, objeto desta pesquisa, é sistematizado em cinco áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso; nas quais comportam os componentes curriculares destinados aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) do referido nível de ensino. Já os componentes curriculares apresentados na BNCC referentes ao Ensino Fundamental estão alocados nas em cinco áreas do conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso – e totalizam totalizando nove componentes. A área de conhecimento referente a Linguagens comporta língua portuguesa, arte, educação física e língua inglesa; em Matemática o componente diz respeito à matemática; em Ciências da Natureza está relacionado como componente curricular itens referentes à ciências; em Ciências Humanas estão incluídos os componentes de geografia e história; e em Ensino Religioso é abordado o ensino religioso (BRASIL, 2018).

Apontado como a etapa mais extensa da Educação Básica, o Ensino Fundamental atende as idades entre 6 e 14 anos e totaliza nove anos de duração. São considerados anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; e os anos finais são considerados do 6º ao 9º ano. Para cada área do conhecimento são elencadas competências específicas que dialogam com as dez competências gerais da Educação Básica, explicitando como essas são expressas nas referidas áreas. Ainda sobre as competências presentes nessa etapa, para as áreas do conhecimento que comportam mais de um componente curricular as competências são específicas de acordo com cada componente (BRASIL, 2018).

Os objetos de conhecimento são compreendidos como os “[...] conteúdos, conceitos e processos [...] que são organizados em unidades temáticas” (BRASIL, 2018, p. 28). Já as habilidades estão relacionadas aos componentes curriculares e tem como objetivo proporcionar subsídios para o desenvolvimento das competências específicas através das aprendizagens consideradas como essenciais respeitando os diferentes ambientes escolares nos quais os educandos estão inseridos.

Assim como no Ensino Fundamental, no Ensino Médio os componentes

curriculares são distribuídos em áreas de conhecimento. Ao todo, são quatro áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias e Ciências humanas e sociais aplicadas; e dois componentes curriculares destinados da 1ª à 3ª série: Língua Portuguesa e Matemática. Nesse quesito, a BNCC deixa clara a necessidade de atentar-se que o baixo número de componentes existentes não exclui as disciplinas já conhecidas pelos educandos, nem tão poucas as construções e saberes resultantes das interações entre os mesmos, “[...] mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade” (BRASIL, 2018, p. 32) reforçando a importância do planejamento e execução dos planos de ensino por parte dos docentes e participantes do processo de ensino e aprendizagem.

Para cada área do conhecimento são descritos seus papéis e suas contribuições na formação integral dos alunos, bem como seus objetos de conhecimento levando em consideração as especificações de todo o alunado e os contextos aos quais estão inseridos desde o Ensino Fundamental. Além disso, são apresentadas para cada área de conhecimento as competências específicas que fazem interlocuções entre as competências gerais da Educação Básica e as competências trabalhadas no Ensino Fundamental. As habilidades estão relacionadas às competências específicas e representam as aprendizagens fundamentais que devem ser garantidas a cada estudante do Ensino Médio.

Diante dos conteúdos e elementos apresentados pela BNCC, bem como a interdisciplinaridade proposta o documento abre espaço para diálogos nos mais variados campos de estudo, sobretudo na área da CI. Em uma busca na BRAPCI por estudos que contemplem a BNCC no âmbito da CI, com recorte temporal de 2015¹¹ a 2020 foram recuperados estudos que citam os parâmetros curriculares que antecedem à BNCC e que são utilizados como documentos norteadores para o desenvolvimento da mesma (BRASIL, 2018). Apesar de não citarem propriamente o documento em questão, os estudos apontam para o diálogo entre as diretrizes presentes nesses parâmetros e as interlocuções com a educação a partir da abordagem das competências leitora e informacional.

¹¹ Ano em que ocorreu o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC.

Nesse sentido, na BNCC são apresentadas dez competências gerais da educação (Figura 9) que se espera serem alcançadas pelos educandos ao longo da Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – a fim de “[...] assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p. 25). Além das competências gerais, ainda são apresentadas as competências direcionadas a cada nível de ensino e particularidades dos mesmos tais como as áreas de conhecimento e componentes curriculares.

Figura 9 – Competências Gerais da Educação Básica.

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital -, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo,
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: BRASIL (2018).

Na BNCC competência é considerada como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08). A BNCC e os diálogos presentes no documento ganham visibilidade nos estudos das mais variadas áreas, sobretudo na área da CI, com destaque para o campo de estudos realizados sobre a mediação e sobre as competências: leitora e em informação.

De acordo com Brandão (2018, p. 13) a competência em informação compreende a apropriação da informação por meio de um processo que envolve um “[...] conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes para saber buscar e usar as informações” (BRANDÃO, 2018, p. 13). Já a competência leitora, “[...] compreende habilidades e técnicas que possibilitam aprendizagens significativas por meio do uso de diferentes modalidades de leituras, perpassando a necessidade, o interesse e o prazer” (GERLIN, 2017, p. 04). A articulação das competências “leitora e em informação”, por sua vez, compreende o intercambiamento das tecnologias de escrita, informação e comunicação, assim como a apropriação de estratégias no âmbito da recuperação, seleção e utilização ética da informação disponibilizada nos formatos impressos, eletrônicos e/ou digitais em diferentes espaços de informação, educação e cultura (GERLIN, 2021).

Tais apontamentos dialogam com o que é exposto nas competências gerais da BNCC ao referenciar a compreensão e a utilização das diferentes linguagens e tecnologias para a produção do conhecimento, além da habilidade de argumentação baseada em informações confiáveis. Tal qual a competência em informação que “[...] demanda o alcance de informação e a produção de conhecimentos adquiridos ao longo da vida” (GERLIN, 2017, p. 04), observa-se que as competências gerais descritas na BNCC valorizam as relações, os saberes e as vivências dos indivíduos como elementos constituintes da construção do conhecimento ao longo da educação básica. Desse modo, há de se considerar a aproximação entre os conceitos acerca das competências discutidas no âmbito da CI e as competências gerais apresentadas pela BNCC.

Apesar da elaboração a BNCC considerar os documentos normativos que a antecederam e utilizá-los como base para seu desenvolvimento, apresenta como diferencial a participação de profissionais multidisciplinares, bem como a discussão do documento em diversos ambientes que favoreceram o desenvolvimento de parâmetros que contemplam uma formação ampla, considerando toda a complexidade que envolve o desenvolvimento humano. Nota-se, a partir da análise que a participação de profissionais não se restringe apenas à elaboração do documento, uma vez que as demandas educacionais expressas no documento, no que tange aos novos métodos e abordagens de ensino, refletem na necessidade da

aplicação de metodologias multidisciplinares e nesse contexto emergem contribuições das mais variadas áreas do conhecimento.

Partindo da premissa de que os trabalhos dos profissionais da informação não se restringem apenas aos processamentos técnicos que os ambientes informacionais demandam, é possível compreender que os serviços informacionais tendem a contribuir no ambiente escolar por meio de atividades culturais que de forma interativa e estratégica podem integrar os currículos escolares participando, junto ao corpo docente, dos planejamentos das atividades curriculares (SILVA; VENTORIM, 2016). Desse modo, as contribuições provenientes do trabalho do profissional da informação, por meio da utilização de fontes informacionais como metodologia de ensino, além de favorecerem na valorização dessa categoria, auxiliam na qualificação da aprendizagem (RAMOS; REAL; OLIVEIRA, 2018).

Para Ramos, Real e Oliveira (2018) ao atender as demandas informacionais de instituições escolares, os ambientes informacionais contribuem no processo de ensino e aprendizagem exercendo um papel mediador no desenvolvimento social e cultural dos sujeitos, contribuindo com o ensino e com a própria instituição por meio do apoio pedagógico oferecido e viabilizando uma educação cidadã. Os elementos prescritos tanto na BNCC quanto nos documentos que a antecede expressam a busca por um ensino que tem como princípios atividades de busca, disseminação e uso da informação por parte dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (ANDRADE; SILVA; MOTTA; CARVALHO; D'AGOSTINI, 2015).

O caminho na busca pelo conhecimento e pela formação integral do educando a partir dos contextos e realidades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem prescrito na BNCC aborda diálogos multidisciplinares e é nesse contexto que emerge o diálogo sobre práticas de mediação cultural. Para viabilizar a ampliação dos estudos e interlocuções entre a CI, por meio da mediação cultural e os elementos prescritos na BNCC que dialogam com uma formação integral do educando, será apresentado no presente estudo uma análise do referido documento, relacionando-o às possibilidades das práticas de mediação cultural por meio da utilização de documentos de arquivo e a exploração dos ambientes arquivísticos como espaço colaborativo no processo de ensino e aprendizagem.

7 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR COMO DIRETRIZ ÀS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL

7.1 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS EM CI A PARTIR DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL EM ARQUIVOS DIRECIONADAS AO ENSINO FUNDAMENTAL

Para o atendimento das demandas da presente pesquisa foram consideradas as séries do ensino fundamental. Desse modo, foram analisadas as orientações gerais da BNCC referentes à etapa do Ensino Fundamental, além de trazer à baila elementos sobre as competências, objetos de conhecimento e habilidades no contexto do Ensino Fundamental, de modo que fosse possível relacionar tais orientações ao uso de itens e documentos arquivísticos como agente colaborativo no processo de ensino e aprendizagem.

De maneira geral, os processos de municipalização do Ensino Fundamental no âmbito nacional têm início na década de 90, período no qual esse processo inicializa-se no estado do ES. Reflexo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF)¹² e da municipalização da oferta do Ensino Fundamental no ES que resultou em ações colaborativas entre Estado e Municípios, dentre essas ações consta a criação por parte da SEDU, do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), que em um trabalho de suporte aos municípios estabelece ações que potencializam a aprendizagem dos estudantes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental (HOOGERBRUGGE, 2018).

Diante desse contexto, destacam-se as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) que assim como na BNCC reconhecem a contribuição de outros ambientes de formação no processo de ensino e aprendizagem e estabelecem em suas orientações normativas o desenvolvimento de um ensino pautado na “[...] construção, apropriação e socialização do conhecimento científico” (VITÓRIA, 2018) que seja comprometido com a formação de cidadãos conscientes, ativos e protagonistas nas transformações histórico-sociais

¹² Fundo de natureza contábil que consistiu na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental no Brasil subvindicando a esse nível de ensino uma parcela dos recursos constitucionalmente destinados à Educação

através de metodologias que dialoguem com ambientes que favorecem a aprendizagem, como os ambientes informacionais.

Considerado um período em que os alunos se deparam com desafios de maior complexidade, nas orientações direcionadas aos anos finais do Ensino Fundamental da PMV, do 6º ao 9º ano, além da importância quanto à continuidade do processo de ensino e aprendizagem valorizando as experiências adquiridas pelos educandos, são pautadas a autonomia e os desafios psicológicos, sociais e emocionais enfrentados pelos alunos decorrentes da transição entre a infância e a adolescência (BRASIL, 2018). Ainda nessa fase de ensino é que se reforça a necessidade de oferecer aos educandos ferramentas e práticas escolares diversificadas, as quais lhe permitam interagir com o processo de ensino e aprendizagem de modo crítico a partir do acesso a diferentes fontes de informação e conhecimentos (KOYAMA, 2012).

Iniciando o processo diálogo acerca da interação e do acesso aos novos formatos de comunicação que emergem do avanço tecnológico, a BNCC orienta sobre o aproveitamento do potencial que os educandos possuem em interagir com o meio digital a fim de que a escola esteja engajada para promover novos modos de aprendizagem, pautando sempre a interação entre educandos, educadores e os espaços e ambientes ocupados por eles no decorrer do processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2018).

Os componentes curriculares que compõem a área de conhecimento de Linguagens são: Língua Portuguesa; Arte, Educação Física e Língua Inglesa. Na referida área de conhecimento são apresentadas seis competências específicas que refletem, de modo geral, na compreensão, no conhecimento e utilização das diferentes práticas de linguagem, incluindo as modalidades que emergem da era tecnológica, além de pontuar uma formação que possibilite a interação com esses novos recursos (BRASIL, 2018).

No componente curricular Língua Portuguesa, a BNCC aborda as diferentes práticas de linguagens e reforça a importância das discussões acerca do respeito às particularidades existentes na sociedade e em respeito a todas as particularidades e aos modos e formatos que a linguagem abrange (BRASIL, 2018), traça orientações

que ampliam as possibilidades de trabalho do referido componente, fazendo uso de recursos diversificados de fontes. Um exemplo está prescrito no Eixo Leitura que ao abordar sobre o tratamento das práticas leitoras expressa sobre a análise textual abrangendo critérios investigativos quanto ao contexto sócio histórico de circulação do texto analisado, objetivos, pontos de vista, época e o papel social do autor.

Além desses apontamentos, a BNCC orienta que o processo de ensino e aprendizagem nesse contexto seja propício ao aluno de modo que o possibilite, “[...] fazer apreciações e valorações estéticas, éticas, políticas e ideológicas [...] envolvidas na leitura crítica de textos verbais e de outras produções culturais” (BRASIL, 2018, p. 72). As referidas orientações são realizáveis por meio do acesso a itens documentais como manuscritos viabilizando, além de novos formatos metodológicos como mencionado na BNCC, a utilização de documentos arquivísticos como recurso didático a partir da exploração de fontes primárias de informação e de um trabalho lúdico (BELLOTTO, 2006).

Outro enfoque de articulação entre novos formatos metodológicos para atendimento das orientações prescritas na BNCC a partir do uso de itens documentais está presente no componente curricular de História, que faz parte da área de conhecimento de Ciências Humanas, no qual apresenta como objetos de conhecimento “[...] os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive; a produção dos marcos da memória: os lugares de memória” (BRASIL, 2018, p. 410) e como habilidades a identificação desses patrimônios e a discussão sobre os motivos que levam esses serem considerados como tais.

Ao abordar sobre a habilidade em identificar “[...] os marcos históricos do lugar em que vive” compreendendo seus significados, coloca em questão a habilidade em identificar “[...] os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes” (BRASIL, 2018, p. 411). Ainda na área de conhecimento de Ciências Humanas, a BNCC reconhece as instituições arquivísticas como ambiente educativo, capaz de proporcionar a valorização das vivências e experiências dos educandos, conforme vemos a seguir:

[...] é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de

trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros) (BRASIL, 2018, p. 355).

A partir desse contexto, emergem as possibilidades de realização das atividades de práticas de mediação cultural conforme levantado na pesquisa bibliográfica, tais como: exposições de itens documentais como fotografias; e visitação de ambientes arquivísticos, para acesso a acervos que retratem a administração pública e os processos que envolvem a denominação das ruas e monumentos, favorecendo o aprendizado sobre os patrimônios históricos e culturais presentes nos lugares de vivência dos educandos (KOYAMA, 2016; BELLOTTO, 2014).

As orientações expostas são breves exemplos, se comparadas às inúmeras possibilidades de interlocuções entre as orientações expressas na BNCC e o uso educativo de documentos de arquivo como elementos colaborativos e ferramentas de interação no decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Devido à extensão da BNCC e dos diversos diálogos que se revelam na análise do referido documento, para melhor elucidar a relação entre as competências e orientações presentes na BNCC e as práticas de mediação cultural no contexto arquivístico, o Quadro 5 apresenta resultados preliminares do estudo relacionando as competências específicas da área da disciplina de história, voltadas para Ensino Fundamental e para as práticas de mediação cultural realizáveis em instituições arquivísticas.

Quadro 5 – Orientações da BNCC e relação de itens.

Competências Específicas de História para o Ensino Fundamental	Itens arquivísticos	Possíveis Práticas de mediação cultural
Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.	Mapas, jornais e fotografias.	Visitas ao arquivo, organizadas pelo arquivista professores para os entendimentos necessários.
Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.	Fotografias e manuscritos.	Trabalhos de pesquisa histórica simplificada, para que os alunos se iniciem no conhecimento das fontes.
Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.	Manuscritos, jornais, fotografias e mapas.	Kits pedagógicos, constituídos de reproduções de documentos e textos, sobre alguma função municipal ou acontecimento marcante para o município.
Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Jornais, manuscritos e fotografias.	Aulas de história no arquivo, com temas previamente escolhidos por professores e arquivista de história nos arquivos.
Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.	Jornais, manuscritos e processos.	Exposições de originais no arquivo que ilustrem as aulas de história.
Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.	Jornais, manuscritos e processos.	Concursos de monografias, a partir de temas dados, envolvendo documentos do arquivo.
Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.	Manuscritos, jornais, fotografias e mapas.	Campanhas de coleta, pelos estudantes, de documentos familiares para que possam formar coleções, de modo que se possa ir tecendo uma memória local.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018) e Bellotto (2014).

Diante do exposto, é notável que a utilização de documentos de arquivo, bem como a exploração dos ambientes arquivísticos são expressas na BNCC e a utilização desses itens e espaços são, nesse cenário, justificáveis e aplicáveis. Desse modo, as orientações expressas na BNCC, que norteiam o processo de ensino e aprendizagem, foram utilizadas como alicerce para o desenvolvimento das práticas das atividades educativas apresentadas a seguir, no presente estudo.

8 O IMPACTO DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL SOB AS DIRETRIZES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR AO PÚBLICO ESCOLAR

8.1 O PÚBLICO ESCOLAR DO ARQUIVO EM AMBIÊNCIA DIGITAL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Em decorrência no cenário pandêmico que se instalou no decorrer do primeiro semestre do ano de 2020 em todo o mundo, os dados foram coletados por meio da aplicação de questionários e entrevistas, ambos em meio eletrônico, através das ferramentas disponibilizadas pelo *Google Forms*.

Dividida em duas etapas, a primeira etapa de coleta de dados teve como objetivo traçar o perfil dos participantes da pesquisa, identificando sua faixa etária; formação; área de atuação, segundo proposto pela BNCC; disciplinas ministradas; série na qual leciona; natureza da instituição atuante e localização da mesma; recursos didáticos utilizados na ministração de conteúdos. Além de compreender as percepções iniciais e conhecimentos dos entrevistados sobre instituições arquivísticas; utilização de documentos arquivísticos nos conteúdos didáticos apresentados aos alunos e afins, como veremos a seguir.

A primeira etapa contou com a participação de dezoito (18) respondentes. Desses, quatro (04) possuem idade entre 20 e 30 anos; cinco (05) possuem entre 31 e 40 anos; cinco (05) possuem entre 41 e 50 anos; três (03) possuem entre 51 e 60 anos; e um (01) preferiu não informar. Sobre o nível de formação acadêmica, onze (11) possuem graduação e sete (07) possuem pós graduação.

Sobre a área de conhecimento, segundo delimitadas pela BNCC, oito (08) atuam na área de Linguagens; seis (06) na área de Ciências Humanas; três (03) na área de Matemática; e um (01) na área de Ensino Religioso. Quanto às disciplinas, cinco (05) ministram aula de Língua Portuguesa; três (03) ministram aula de Geografia; três (03) ministram aula de História; três (03) ministram aula de Matemática; um (01) ministra aula de Arte; um (01) ministra aula de Educação Física; um (01) ministra aula de Ensino Religioso; e por fim, um (01) ministra aula de Língua Inglesa. Quanto ao nível de ensino, dez (10) atuam apenas no Ensino Fundamental; seis (06) atuam tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio; e dois (02) atuam apenas no Ensino Médio.

Quanto a natureza da rede que atua, dezesseis (16) atuam na rede pública; dois (02) atuam na rede pública e privada; e nenhum atua apenas na rede privada de ensino. Dessas redes, dezesseis (16) estão localizadas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que inclui os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória¹³; e duas localizam-se fora da referida região.

Seguindo os critérios pré-estabelecidos de exclusão dos participantes, o levantamento dos dados iniciais que se referem ao perfil dos mesmos permitiu identificar que nesse primeiro momento alguns participantes não atendem a todos os critérios, uma vez que atuam em rede privada de ensino. Observa-se ainda, que dois participantes não atendem a todos os critérios para participação, uma vez que atuam apenas no Ensino Médio e localizam-se fora da RMGV.

Em um segundo momento, buscou-se ainda levantar o interesse dos participantes sobre a utilização de documentos arquivísticos no processo de ensino e aprendizagem. Para isso, as próximas questões configuram-se como perguntas semiabertas, a fim de que o participante pudesse fornecer dados que mais se aproximam de suas percepções acerca do assunto abordado, justificando sua escolha se assim julgar necessário. Desse modo, foi possível identificar que 9 (nove) participantes nunca estiverem em uma instituição arquivística e 9 (nove) já visitaram a referida instituição. Desses, 03 (três) visitaram para a realização de pesquisas de cunho acadêmico, 01 (um) para fins profissionais, e 02 (dois) para lazer.

Quando questionado sobre os recursos utilizados para a apresentação dos conteúdos aos alunos, pela característica da questão, os participantes puderam apresentar mais de uma alternativa como resposta. Isto posto, 07 (sete) responderam utilizar o livro didático, 07 (sete) utilizam equipamentos de projeção, 08 (oito) fazem uso de recursos audiovisuais por meio de vídeos e áudios, 03 (três) utilizam as ferramentas do *Google Classroom*, 03 (três) relataram utilizar o quadro; 02 (dois) usam o espaço da *internet*, 02 (dois) utilizam fotografias; 02 (dois) fazem uso de documentos históricos, 01 (um) relatou não utilizar nenhum recurso, 01 (um)

¹³ Lei complementar nº 204 -Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC204.html>>.

utiliza a pesquisa, 01 (um) faz uso de revistas e por fim, 01 (um) relatou utilizar espaços culturais como recurso didático.

É interessante perceber a variação dos recursos adotados pelos participantes e atentar-se ao fato de que entre os recursos apresentados há a presença daqueles que viabilizam o contato dos educadores e educandos com os documentos de arquivo no processo de ensino e aprendizagem, tais como os audiovisuais e a internet. Nesse sentido, é importante considerar que, conforme apontado por Koyama (2013), a aproximação entre as instituições escolares e arquivísticas impulsiona a seleção e a disponibilização eletrônica de documentos de arquivo para fins educativos, como por exemplo, os *websites* que podem ser acessados de forma remota pelo educador durante a ministração das aulas.

Dos 18 (dezoito) participantes dessa primeira etapa, 09 (nove) relataram possuir interesse em trabalhar com acervos arquivísticos, e 09 (nove) responderam não possuir esse mesmo interesse. Quanto o recebimento de orientações sobre as possibilidades de utilizar documentos de arquivo no processo de ensino e aprendizagem, 10 (dez) relataram nunca ter recebido nenhum tipo de orientação e 08 (oito) responderam já ter recebido. Sobre o engajamento e o interesse por parte dos alunos quando são inseridos em ambientes com diferentes recursos didáticos, os participantes foram unânimes e os 18 (dezoito) responderam que quando inseridos nos referidos ambientes os alunos demonstram maior interesse e engajamento sobre os conteúdos ministrados.

Sobre esse quesito, a BNCC (BRASIL, 2018) reconhece que os diferentes ambientes e recursos didáticos tornam-se elementos essenciais para a compreensão dos conteúdos e, sobretudo, para a utilização dos conhecimentos e saberes produzidos no decorrer do processo de ensino e aprendizagem contribuindo para a formação integral do educando. Reforça-se, portanto, as possibilidades de atividades educativas em ambiente arquivístico, bem como com a utilização de documentos para o desenvolvimento das mesmas, viabilizando a promoção de ações culturais nos espaços arquivísticos envoltas das possibilidades de uma aprendizagem lúdica e prazerosa propiciadas por esse ambiente (BELLOTTO, 2014).

Quanto o reconhecimento, por parte da BNCC, das instituições arquivísticas como ambientes de ensino e aprendizagem, 10 (dez) relataram ter conhecimento sobre o citado reconhecimento e 08 (oito) responderam não saber a respeito. Sobre o interesse em trabalhar com documentos arquivo nos seus respectivos planejamentos de conteúdos, 03 (três) responderam não ter conhecimento a respeito e, portanto, ainda não ter pensado sobre o assunto; 02 (dois) relataram ter interesse em trabalhar com os conteúdos sobre conceitos e fontes históricas; 01 (um) relatou ter interesse em trabalhar com o conteúdo de Literatura; 02 (um) demonstraram interesse em trabalhar com o conteúdo voltado para a história da matemática e todos os conteúdos dentro da referida disciplina; 01 (um) respondeu ter interesse em trabalhar com documentos históricos; 01 (um) relatou o interesse em trabalhar o conteúdo da história dos esportes; 01 (um) respondeu ter interesse em trabalhar os conteúdos sobre cultura e memória na disciplina de artes; 01 (um) respondeu ter interesse em trabalhar nas disciplinas de história e geografia os conteúdos sobre cultura regional no município no qual leciona. Além das respostas citadas, responderam:

Participante 13 – Transformação da paisagem. É assunto recorrente na minha prática como professor.

Participante 14 – História da língua inglesa e literatura, pois são conteúdos que seriam interessantes por parte dos alunos acessarem algum arquivo ou acervo.

Participante 15 – Transformação das paisagens, urbanização e demografia. Os temas são importantes, pois abordam o crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial. Assim o espaço rural transforma-se em espaço urbano, com a consequente migração populacional do tipo campo–cidade que, quando ocorre de forma intensa e acelerada. E os registros históricos de documentos arquivísticos são bastante elucidativos para mostrar toda essas transformações do espaço geográfico.

Participante 16 – Variação linguística, dado que textos arquivísticos apresentam grande variedade histórica quando se trata da linguagem utilizada.

Participante 17 – A produção da cidade de Vila Velha. As imagens e documentos que comprovam a história da produção da cidade de Vila Velha auxiliam na apropriação daquele espaço urbano por seus habitantes e visitantes, possibilitando maior integração com o conceito de Direito à Cidade, preconizado pelo Estatuto das Cidades.

Participante 18 – Espaços culturais religiosos - levar o aluno a compreender as diversas práticas culturais religiosas, a construção da identidade cultural e religiosa de um povo e respeitá-las.

Percebe-se que apesar de nem todos os participantes relatarem ter conhecimento sobre o reconhecimento, por parte da BNCC, das instituições arquivísticas como ambiente de aprendizado, apenas três participantes relataram que, ainda não analisaram sobre as possibilidades de se trabalhar com documentos arquivísticos por falta de conhecimento sobre o assunto. Nesse sentido, cabe apontar a importância de que as autoridades e os profissionais arquivistas promovam o encontro entre a sociedade e as instituições arquivísticas, sobretudo das instituições de âmbito municipal, viabilizando a concretização das atividades de cunho cultural e/ou educativa (BELLOTTO, 2002), dando visibilidade às atividades arquivísticas e, conseqüentemente, ampliando o público atendido (CABRAL, 2012).

Cabe destacar que as falas dos participantes sobre seus respectivos planejamentos de conteúdos na perspectiva de utilização de documentos arquivísticos para desenvolvimento dos mesmos, reflete a disposição para a referida utilização, demonstrando as possíveis interlocuções entre os documentos presentes no arquivo e os conteúdos previstos nos componentes curriculares das disciplinas ofertadas por eles. Por isso, além dos conteúdos propostos pela BNCC (BRASIL, 2018), as falas dos professores participantes foram levadas em consideração para o desenvolvimento das atividades, conforme veremos no decorrer do presente estudo.

8.2 ATIVIDADES EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS A PARTIR DAS DIRETRIZES DA BNCC E DO ACERVO DO APMV

Para a construção da presente sessão foram realizadas as análises documentais da BNCC e do acervo do APMV. Desse modo, as atividades desenvolvidas foram apresentadas aos participantes para que fosse possível a participação de cada uma segunda etapa da aplicação dos questionários.

8.2.1 Área de Linguagens

A área de linguagem abrange as disciplinas de Língua Portuguesa, Arte e Educação Física. Nesse sentido, para o conteúdo acerca de gêneros textuais (APÊNDICE E¹⁴) foi utilizado como elemento normativo a 5ª competência específica de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental “[...] Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa,

¹⁴ Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdWXLN9cBugcy0RCJma-ShXjmWe7_QnOO0ZagdN71Qh3RjctQ/viewform

ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual” (BRASIL, 2018, p. 87). Além do conteúdo apresentado pela BNCC (BRASIL, 2018), foram consultados conteúdos de Araújo (2020) e Diana (2020), a fim de que as atividades desenvolvidas ofertasse conteúdos específicos da disciplina em questão.

As habilidades previstas na BNCC no que tange aos conteúdos apresentados do 6º ao 9º ano na referida disciplina também serviram como elementos contribuintes, conforme se observa a seguir.

Como já destacado, além dos gêneros jornalísticos, também são considerados nesse campo os publicitários, estando previsto o tratamento de diferentes peças publicitárias, envolvidas em campanhas, para além do anúncio publicitário e a propaganda impressa, o que supõe habilidades para lidar com a multissemiótica dos textos e com as várias mídias. Análise dos mecanismos e persuasão ganham destaque, o que também pode ajudar a promover um consumo consciente (BRASIL, 2018, p. 137).

Vários são os gêneros possíveis de serem contemplados em atividades de leitura e produção de textos para além dos já trabalhados nos anos iniciais do ensino fundamental (notícia, álbum noticioso, carta de leitor, entrevista etc.): reportagem, reportagem multimidiática, fotorreportagem foto-denúncia, artigo de opinião, editorial, resenha crítica, crônica, comentário, debate, vlog noticioso, vlog cultural, meme, charge, charge digital, political remix, anúncio publicitário, propaganda, jingle, spot, dentre outros. A referência geral é que, em cada ano, contemplem-se gêneros que lidem com informação, opinião e apreciação, gêneros mais típicos dos letramentos da letra e do impresso e gêneros multissemióticos e hipermidiáticos, próprios da cultura digital e das culturas juvenis. Diversos também são os processos, ações e atividades que podem ser contemplados em atividades de uso e reflexão: curar, seguir/ser seguido, curtir, comentar, compartilhar, remixar etc. Ainda com relação a esse campo, trata-se também de compreender as formas de persuasão do discurso publicitário, o apelo ao consumo, as diferenças entre vender um produto e “vender” uma ideia, entre anúncio publicitário e propaganda (BRASIL, 2018, p. 141).

Para a elaboração da atividade acerca das variações linguísticas (APÊNDICE E¹⁵) foi considerada a 4ª competência específica de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental na qual objetiva-se “[...] Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos lingüísticos” (BRASIL, 2018, p. 87).

¹⁵ Disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfZ0_fu8iryVYmqA_SsPKdIVCg7OSMEqghVYkX00wqrAdqtEA/viewform

Além da competência citada, foram considerados os objetos de conhecimento e habilidades apontadas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 112; 159; 160; 190; 245¹⁶) direcionadas ao ensino do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, que fazem parte dos conteúdos da área de Linguagens.

Para a elaboração da atividade voltada à área de Arte (APÊNDICE F¹⁷) foram consideradas as unidades temáticas de artes integradas, música e dança que são direcionadas aos conteúdos de ensino do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Além das unidades temáticas citadas, foram consideradas as habilidades apontadas na BNCC (2018) que estão relacionadas às referidas unidades e consultados materiais como de Quintino (2018). Portanto, as habilidades selecionadas abordam o conteúdo sobre patrimônio cultural, música. São elas:

(EF15AR25) Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (BRASIL, 2018, p. 203).

(EF15AR13) Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções da música em diversos contextos de circulação, em especial, aqueles da vida cotidiana (BRASIL, 2018, p. 203).

(EF69AR09) Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança, reconhecendo e apreciando composições de dança de artistas e grupos brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas (BRASIL, p. 207).

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018, p. 219), mesmo não se apresentando como “[...] uma das práticas corporais organizadoras da Educação Física” no referido documento, é indispensável que os estudantes aprendam sobre os esportes aquáticos, “[...] em especial, a natação em seus quatro estilos competitivos” (BRASIL, 2018, p. 2019). Desse modo, a atividade desenvolvida para a área da Educação Física (APÊNDICE G)¹⁸ tem como referencial os conteúdos voltados às práticas aquáticas. Além dos conteúdos presentes na BNCC (BRASIL, 2018), foram consultados conteúdos específicos como o trabalho de Pinto e Cordeiro (2016).

¹⁶ Nota-se também o conteúdo Variação Linguística nos elementos normativos referentes à Disciplina de Língua Inglesa direcionada ao Ensino Fundamental.

¹⁷ Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSevZE-5VtO-Y_Vh2-U3iBAL1vlms1wVkeviaAjDQM0zOY2Og/viewform

¹⁸ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSexnliAvJWn4kqmopFCSnht2lfoWDTITmF2iThqG-y1SguOqg/viewform>

8.2.2 Área de Matemática

De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018) é fundamental que os estudantes do Ensino Fundamental desenvolvam habilidades para a “[...] leitura, a interpretação e a construção de tabelas e gráficos [...] bem como a forma de produção de texto escrito para a comunicação de dados, pois é preciso compreender que o texto deve sintetizar ou justificar as conclusões” (BRASIL, 2018, p. 275). Para além, a Competência Específica da área de Matemática para o Ensino Fundamental de número 6 diz:

Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados) (BRASIL, 2018, p. 267).

Desse modo, o desenvolvimento da atividade voltada a referida área (APÊNDICE H)¹⁹ aborda a leitura de gráficos e a estruturação textual a fim de que os dados apresentados nos gráficos sejam escritos, conforme as orientações.

8.2.3 Área de Ciências da Natureza

A Competência Específica de Ciências da Natureza, disciplina de Ciências, para o Ensino Fundamental de nº 6 reforça o uso de “[...] diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética” (BRASIL, 2018, p. 324).

A Unidade Temática Terra e Universo, direcionada ao 1º ano do Ensino Fundamental, possui como objeto de conhecimento as escalas de tempo, trazendo como habilidades:

(EF01CI05) Identificar e nomear diferentes escalas de tempo: os períodos diários (manhã, tarde, noite) e a sucessão de dias, semanas, meses e anos.

¹⁹ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfIK0WSdKIZIDdgOyQKB-sbL7WPSGfwREWrdPWokB-Z8IYRw/viewform>

(EF01CI06) Selecionar exemplos de como a sucessão de dias e noites orienta o ritmo de atividades diárias de seres humanos e de outros seres vivos (BRASIL, 2018, p. 332-333).

Desse modo, as normativas e orientações acima citadas serviram como base para o desenvolvimento da atividade da referida área (APÊNDICE I)²⁰.

8.2.4 Área de Ciências Humanas

A área de Ciências Humanas compreende as disciplinas de Geografia e História. Nesses termos, para desenvolvimento da atividade voltada aos conteúdos de Geografia (APÊNDICE J)²¹, foram utilizados como referência as normativas e orientações da Unidade Temática Mundo do Trabalho, direcionada ao 5º ano do Ensino Fundamental. A referida Unidade Temática tem como objeto de conhecimento o trabalho e a inovação tecnológica e entre outras habilidades, apresenta a habilidade de “[...] Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação” (BRASIL, 2018, p. 379).

Para o desenvolvimento da atividade de História (APÊNDICE K)²² foram utilizadas as normativas voltadas para o 3º ano do Ensino Fundamental, que corresponde a Unidade Temática “As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município”, cujos objetos de conhecimento são “O ‘Eu’, o ‘Outro’ e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive”, e tem como habilidade “(EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive” (BRASIL, 2018, p. 410-411).

²⁰ Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfcAeogo2kCFVjEUuFPADDEZlqcdnyKqeUsB3nrx01dGMpfMA/viewform>

²¹ Disponível em:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScFr1I6eRKIIYwgjSGEcaQkf7Gsi_jdVD1KxAY_T6hLDAWN9A/viewform

²² Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScCxBq0-le9E50LFcarCSdW2eJEagZOeLmKd7pNjNkV-gQe9g/viewform>

8.2.5 Área de Ensino Religioso

Para o desenvolvimento da atividade de Ensino Religioso (APÊNDICE L)²³ foram consideradas as Competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental 1 e 2, a saber:

1 Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.

2 Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios (BRASIL, 2018, p. 437).

Além das competências citadas acima foram considerados a literatura apontada nos estudos de Quintino (2018) e consideradas duas habilidades direcionadas ao 4º ano do Ensino Fundamental, a saber:

(EF04ER04) Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes tradições religiosas.

(EF04ER05) Identificar representações religiosas em diferentes expressões artísticas (pinturas, arquitetura, esculturas, ícones, símbolos, imagens), reconhecendo-as como parte da identidade de diferentes culturas e tradições religiosas (BRASIL, 2018, p. 449).

8.3 A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO O TRABALHO ARQUIVÍSTICO EM PROL DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS

A segunda e última etapa de coleta de dados ocorreu após o contato dos professores participantes às atividades que foram desenvolvidas (Apêndices F-M) e, portanto, teve como objetivo identificar a compreensão dos professores quanto às possibilidades de trabalhar com documentos de arquivo como recurso didático. A referida etapa, que se estruturou em 18 (dezoito) questões estruturadas e semiestruturadas (APÊNDICE D) contou com a participação de 06 (seis) participantes, sendo 02 (dois) da disciplina de História, e um de cada disciplina a seguir: Ensino Religioso; Arte; Português e Geografia.

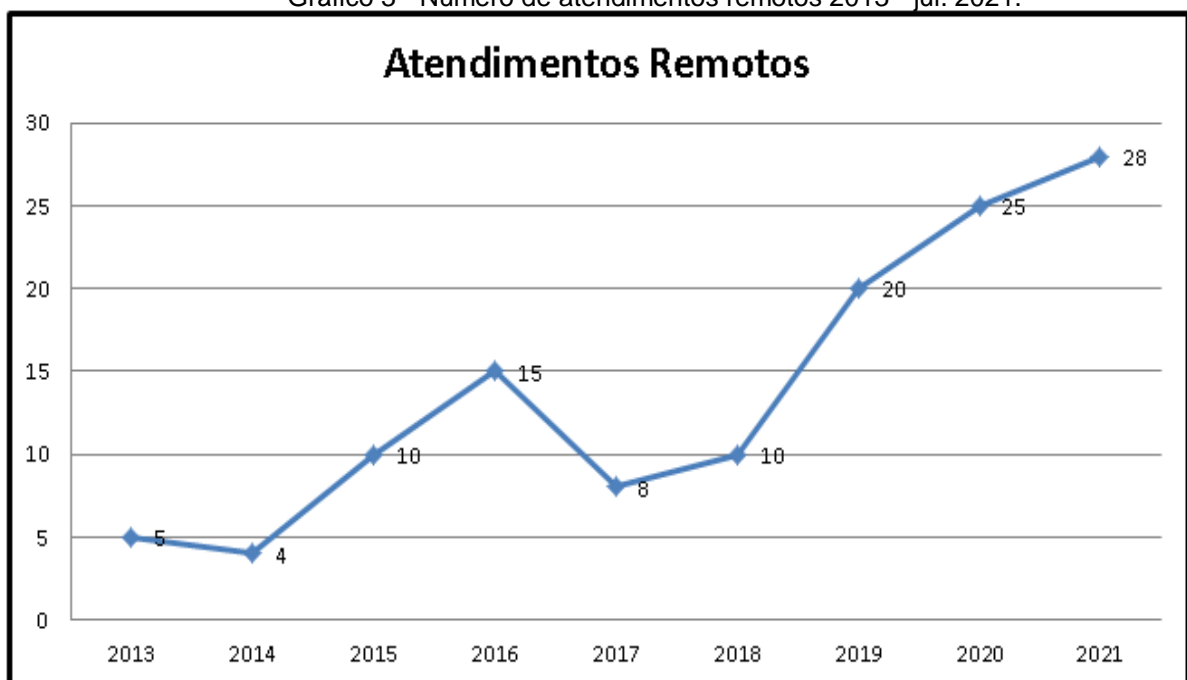
Quando questionados se ‘Já teve contato com atividades educacionais que utilizassem documentos de arquivo como recurso didático?’, 03 (três) responderam

²³Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdxtATeU5DHHp1FEEd-yaVCvlu2NvhlZ-Cf6u68H2e23DZ1lpQ/viewform?usp=sf_link

que as atividades desenvolvidas pela presente pesquisa foi o primeiro contato que tiveram, e 03 (três) responderam que já tiveram anteriormente, mas não se recordam a quantidade de vezes. Ainda sobre o referido contato, foi questionado se o contato com os documentos arquivísticos ocorreu em ambiência digital (*on-line*) e desses, 02 (dois) responderam que o documento acessado estava disponível em rede e 01 (um) respondeu que o documento não estava disponível *on-line*. Os demais participantes informaram que independente das atividades, já acessaram documentos arquivísticos que se encontram disponíveis em rede.

Nesse quesito, é importante frisar que além dos atendimentos presenciais, ainda que pouco divulgado, o APMV possui o atendimento remoto, no qual o usuário entra em contato com a instituição por meio do e-mail ou telefone, apresentando sua demanda informacional e o servidor designado para o atendimento realiza o mesmo. Em contato com a instituição foi possível identificar o número de atendimentos realizados nesse formato, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de atendimentos remotos 2013 - jul. 2021.

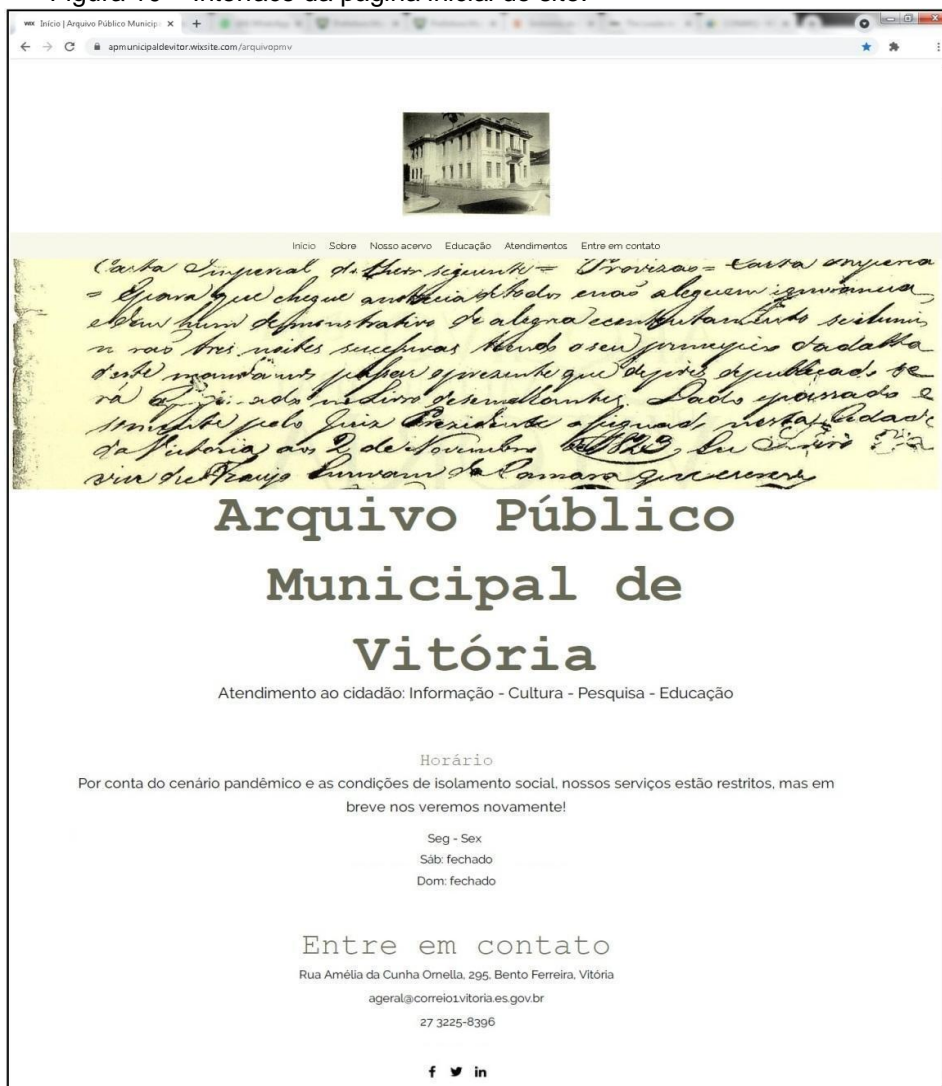


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados obtidos junto ao APMV.

Atentando que o levantamento dos dados fora realizado até o mês de julho do ano de 2021, nota-se que entre os anos de 2013 e 2021 esse tipo de atendimento cresceu consideravelmente após o surgimento do quadro pandêmico que teve início no primeiro semestre do ano de 2020, reforçando assim, a importância da

participação do APMV nas plataformas digitais, efetivando o vínculo com seu usuário. Nesses termos, considerando que o APMV ainda não disponibiliza de site ou rede social, a pesquisa identificou a necessidade de colaborar para a inserção da referida instituição no ambiente virtual e desenvolveu um modelo de site gratuito que pode contribuir para divulgação do acervo, viabilizando o interesse dos usuários, e, conseqüentemente, o acesso aos documentos disponíveis na instituição, conforme apresentado pela Figura 10 e no endereço <https://apmunicipaldevitor.wixsite.com/arquivopmv>.

Figura 10 – Interface da página inicial do site.



Fonte: <https://apmunicipaldevitor.wixsite.com/arquivopmv>.

Pautado na Resolução nº 13, de 9 de fevereiro de 2001 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de websites de instituições

arquivísticas, o site criado disponibiliza informações sobre o acervo, os atendimentos, a localização, os serviços prestados, incluindo o atendimento ao cidadão e a interlocução com a educação, como o caso da presente pesquisa (Figura 11).

Figura 11 – Interface da seção destinada às atividades relacionadas à Educação.



Fonte: Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que a construção do site se deu, por parte da pesquisadora, de forma autônoma cuja intenção é de demonstrar a viabilidade de construir um espaço virtual que impulse à procura pela instituição e, conseqüentemente, de seu acervo. Além de apresentar e ressaltar as possibilidades de oferecer serviços no referido espaço aos mais variados públicos, incluindo o escolar que já se faz presente na instituição.

A segunda questão apresentou 03 (três) afirmações para que os participantes pudessem apresentar o seu grau de concordância com cada afirmativa, em relação ao uso dos documentos de arquivo no processo de ensino e aprendizagem. Entre os dados obtidos, 03 (três) participantes concordam plenamente com a afirmação 'A interação com documentos de arquivo me proporcionou conhecer os recursos arquivísticos disponíveis na Grande Vitória', 02 (dois) concordam e 01 (um) discorda plenamente. Quanto à afirmação 'Os arquivos contribuem para a sociedade oferecendo oportunidades de aprendizado', 03 (três) concordam plenamente, 02 (dois) concordam e 01 (um) discorda plenamente. Por fim, a afirmação 'Gostaria de inserir documentos de arquivo na ministração de conteúdos' obteve as seguintes

respostas: 03 (três) concordam plenamente, 02 (dois) concordam e 01 (um) discorda plenamente.

Nota-se que em sua maioria, os docentes participantes da pesquisa, além de reconhecerem as contribuições dos documentos arquivísticos no processo de aprendizagem, demonstram interesse em trabalhar com documentos arquivísticos na ministração dos conteúdos curriculares. Diante dos dados obtidos, cabe reforçar a importância, por parte das instituições arquivísticas, em dialogar com as instituições escolares, sobretudo com o corpo docente, para o planejamento e execução de projetos educativos que contemplem atividades que dialoguem com os conteúdos curriculares das referidas instituições, além dos serviços educativos que devem integrar o 'fazer' das instituições arquivísticas (BELLOTTO, 2006; KOYAMA, 2012).

Na questão de número três teve como objetivo identificar se os participantes do estudo já receberam algum tipo de orientação sobre o uso de documentos de arquivo e 03 (três) responderam que sim, já receberam algum tipo de orientação e 03 (três) indicaram que nunca receberam nenhum tipo de orientação.

Diante dos dados obtidos na segunda questão e na terceira questão, onde metade dos participantes indicaram que nunca receberam nenhum tipo de informação quanto ao uso de documentos de arquivo, é importante atentar-se aos dados relacionados tanto à falta de interesse em trabalhar com arquivos, quanto à falta de orientação para o uso dos mesmos, uma vez que a referida falta de orientação pode refletir na falta de interesse. Conforme aponta Bellotto (2006, p.15), mesmo que parte da sociedade tenha conhecimento sobre os serviços de um arquivo, "[...] dificilmente eles pensarão o arquivo como um local onde possam refinar seus conhecimentos [...] nem mesmo os professores do ensino fundamental e médio têm conhecimento dos bons frutos pedagógicos" que os arquivos públicos podem oferecer. Por isso, é de suma importância, por parte da instituição arquivística e do corpo de profissionais que nela atua, atitudes proativas no sentido de identificar junto ao público escolar as demandas informacionais, principalmente do corpo docente em questão e, por meio de uma prática proativa, convidá-los a conhecer à prática arquivística e as possibilidades de diálogo entre a educação e o arquivo (BELLOTTO, 2006).

Na questão seguinte, que perguntou aos participantes se ‘o trabalho desenvolvido com documentos de arquivo abriu espaços para novos conhecimentos e/ou habilidades em pesquisas que de alguma forma agregam no seu trabalho ou estudos? Se sim, quais?’, permitiu que os participantes justificassem suas respostas, e os dados obtidos foram:

Participante 01 Disciplina de Arte – Sim. Meu TCC e muitas atividades sobre cultura regional administradas com meus alunos.

Participante 02 Disciplina de Português – Sim. Proporcionou uma nova série de materiais reais que podem se tornar excelentes materiais didáticos.

Participante 03 Disciplina de História – Sim. A interdisciplinaridade.

Participante 04 Disciplina de História – Sim. É um excelente recurso para que os alunos comparem semelhanças e diferenças entre o tempo passado e o presente.

Participante 05 Disciplina de Geografia – Sim, agregam no trabalho e nos estudos, pois sustentam o teor científico que precisamos proporcionar aos estudos. Faço mestrado em Ensino de Humanidades e os arquivos são fundamentais para minha pesquisa.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Sim. A influência das culturais nas práticas religiosas, na comida e outros hábitos praticados na atualidade.

A quinta questão teve como objetivo identificar o nível de satisfação dos participantes em relação às orientações recebidas durante a apresentação das atividades desenvolvidas com documentos de arquivo. Por meio de uma escala tipo Likert, os participantes escolheram entre completamente satisfeito (a); satisfeito (a); indiferente; insatisfeito (a); e completamente insatisfeito (a). Onde foram obtidas como respostas: 05 (cinco) completamente satisfeito (a) e 01 (um) satisfeito.

Apesar dos dados obtidos apontarem para a falta de interesse dos participantes em trabalhar com documentos arquivísticos, nota-se a concordância expressiva entre os participantes quanto à contribuição dos documentos de arquivo no processo investigativo e de aprendizagem, ampliando às possibilidades já desenvolvidas pelos mesmos. Os relatos apresentados reforçam a relevância de se apresentar o patrimônio documental à sociedade, que é “[...] sua proprietária e sua beneficiária maior” sendo “[...] dever das autoridades e do profissional arquivista

promover esse inadiável encontro” (BELLOTTO, 2002, p.15) entre o patrimônio documental e a sociedade.

Em seguida, foi perguntado sobre o que mais agradou ao participante no contexto das orientações recebidas. Nesse quesito, 02 (dois) responderam ‘Conhecer e aprender sobre documentos de arquivo’; 02 (dois) indicaram como resposta ‘ver e/ou manusear os documentos de arquivo’; e 02 (dois) responderam ‘as instruções recebidas de como utilizar as ferramentas de acesso disponíveis’.

Na sétima questão os participantes indicaram a afirmativa que mais descreveria a experiência em trabalhar com documentos de arquivo, 04 (quatro) responderam que ‘a experiência agrega no desenvolvimento de pesquisas’ e 02 (dois) responderam que a experiência agrega no cotidiano.

Novamente, os dados obtidos apontam para a importância do trabalho arquivístico no que tange à mediação para o acesso e uso dos documentos arquivísticos, uma vez que os participantes reconhecem a relevância dos documentos arquivísticos, mesmo que ainda não tivessem recebido orientações anteriores quanto ao uso dos mesmos. Nota-se a necessidade de que o fazer arquivístico, sobretudo os profissionais arquivistas, dê mais atenção ao assunto (DUFF, 2016). De acordo com Duff (2016), tornar os documentos arquivísticos acessíveis, no quesito do tratamento documental, é importante e fundamental para a realização dos serviços de informação. No entanto, não se deve esquecer o trabalho de mediação aos mesmos, sendo primordial que os arquivistas assumam papéis proativos ou reativos na mediação dos usos dos documentos (DUFF, 2016), partindo dos “[...] arquivistas, especialmente de arquivos municipais, uma aproximação com os professores” (BELLOTTO, 2002, p. 23).

Na oitava questão, os participantes foram convidados a responder sobre o interesse em utilizar documentos de arquivo em outras atividades educativas no processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos curriculares e as respostas coletadas foram as seguintes:

Participante 01 Disciplina de Arte – Sim. Trabalho muito culturas regionais.

Participante 02 Disciplina de Português – Sim, pois são práticas para trabalhar em língua portuguesa a questão de variação linguística histórica.

Participante 03 Disciplina de História – Sim. Em rodas de conversas sobre história, sobre registro de dados.

Participante 04 Disciplina de História – Sim. Auxilia no desenvolvimento das habilidades em várias áreas.

Participante 05 Disciplina de Geografia – Sim, estudar as transformações do espaço urbano e enxergar a decorrência de problemas estruturais históricos.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Sim, a riqueza que a pesquisa proporciona aos alunos.

A nona questão, buscou identificar o interesse dos participantes em participar de futuras ações que contemplem o uso de documentos de arquivo na elaboração de atividades futuras para aplicação de conteúdos aos seus alunos. Além das respostas positivas (sim) ou negativas (não), os participantes puderam justificar suas respostas e diante desse fato, os dados obtidos foram:

Participante 01 Disciplina de Arte – Sim. Já trabalho com portfólios, mas com arquivos seria uma aprendizagem mais significativa para meus alunos.

Participante 02 Disciplina de Português – Sim, pois possibilita a maior interação com a variação histórica e, além disso, proporciona aos alunos um conhecimento mais amplo e baseado em fatos reais.

Participante 03 Disciplina de História – Sim. Serem baseados em realidade

Participante 04 Disciplina de História – Sim, acho super válido, porém no momento não consigo participar efetivamente por razão da demanda que tenho de serviço.

Participante 05 Disciplina de Geografia – Sim, a possibilidade de entrar em contato direto com documentos de arquivo pode proporcionar um envolvimento com princípios científicos e instigar a curiosidade.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Sim, a possibilidade de diversificar a metodologia trabalhada em sala de aula.

Diante da afirmativa, os participantes foram questionados sobre quais itens documentais desejam utilizar futuramente. Desses itens, o mapa foi escolhido por 04 (quatro) participantes; a planta (arquitetura) foi escolhida por 01 (um) participante; a fotografia foi escolhida por 05 (cinco) participantes; os manuscritos foram escolhidos

por 04 (quatro) participantes; e os jornais impressos foram escolhidos por 05 (cinco) dos seis participantes.

Tanto na oitava quanto na nova questão, as falas dos participantes apresentam a relação que os mesmos fizeram no que tange possibilidade de vincular o conteúdo didático ao trabalho com documentos arquivísticos, ampliando as possibilidades pedagógicas e, conseqüentemente o público do arquivo público, bem como à extensão dos serviços arquivísticos ao público escolar. Para Duff (2016) a ação proativa de promover os arquivos a sociedade tem início na identificação das demandas dos usuários, a fim de que os serviços ofertados possam se moldar às necessidades do público atendido, por isso, reforça-se a importância do diálogo entre a autoridade arquivística e o público escolar, de modo que, compreendidas as necessidades informacionais, possam ser programadas atividades de caráter histórico-pedagógico por meio do trabalho e diálogo entre arquivistas e educadores.

Quanto ao interesse sobre os itens documentais, os dados obtidos corroboram para a importância do trabalho interdisciplinar entre o arquivista e o educador, onde a seleção dos itens documentais vão de encontro com os conteúdos programáticos escolares, com o interesse dos educandos. Para Bellotto (2006, p. 23) o entrosamento do arquivista e do educador é primordial, visto que enquanto o arquivista conhece o acervo, o educador entende e identifica o entendimento e a interação dos seus alunos diante da ilustração “[...] das aulas teóricas expositivas com o conteúdo dos documentos de arquivo”.

A décima primeira questão teve como intuito identificar o que mais chamou a atenção dos participantes nas atividades desenvolvidas com documentos de arquivo que lhes foram apresentadas. Entre as respostas estão:

Participante 01 Disciplina de Arte – A preservação dos documentos.

Participante 02 Disciplina de Português – A qualidade do material extraído do arquivo público.

Participante 03 Disciplina de História – A importância de registros de dados.

Participante 04 Disciplina de História – Quantidade de acervos dispostos aos alunos para responder o questionário.

Participante 05 Disciplina de Geografia – As fotos que comprovam as mudanças no espaço urbano.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – A simplicidade e praticidade na iniciação da pesquisa.

A décima segunda questão perguntou aos participantes se a partir do das informações e do contato com atividades utilizando documentos arquivísticos viabilizados pelo presente estudo, os mesmos sentem-se mais confortáveis em realizar pesquisas futuras em instituições arquivísticas. Dos 06 (seis) participantes, 05 (cinco) responderam que sim e 01 (um) respondeu que sim, mas complementou sua resposta informando que “depende do município ao qual será feita a pesquisa. Algumas experiências foram negativas” (PARTICIPANTE 01).

Os relatos dos participantes nas questões de número onze e doze reforçam, mais uma vez, a importância da promoção do acervo junto à sociedade e o acolhimento do público por parte dos arquivos. É interessante observar que diante do contato às atividades desenvolvidas pela presente pesquisa, os participantes não apenas relacionaram os conteúdos escolares aos documentos arquivísticos, mas também tiveram contato com o acervo do Arquivo Público Municipal. É válido ressaltar que mesmo que esse acesso tenha se dado de forma reduzida, dado o tamanho e a diversidade do acervo da referida instituição, o contato com o mesmo chamou a atenção dos participantes em relação à preservação e a qualidade do material apresentado. Esse fato se destaca, pois como afirma Bellotto (2006, p. 23), a “[...] a população tem, mais ou menos, uma noção de que há arquivos públicos e que ali existem registros válidos”, mas muitos não sabem como acessá-los e não o reconhecem como espaços para obter informações. No entanto,

[...] esta imagem pouco conhecida do arquivo na sociedade pode mudar, se as instituições arquivísticas e os profissionais por elas responsáveis souberem levar a cabo bons programas de atividades culturais e educativas em conjunto com os agentes e as autoridades da área da educação (BELLOTTO, 2002, p.15).

No que tange à questão de número doze, faz necessário pontuar a experiência negativa exposta por um dos participantes. Mesmo a pesquisa não se aprofundando quanto à especificidade sobre a insatisfação do participante quanto à sua experiência anterior em uma determinada instituição arquivística, é importante atentar-se ao que é apontado por Duff (2016) quanto à essencialidade em se criar

um ambiente receptível e confortável no processo de mediação junto aos usuários para refletir positivamente no nível de satisfação dos usuários. Visto que alguns usuários não sabem traduzir suas demandas informacionais para a linguagem arquivística (DUFF, 2016), no sentido de apresenta-las ao profissional da informação, é fundamental a criação desse ambiente no processo de mediação.

Por meio da questão de número treze o questionário aplicado buscou identificar se na percepção e experiência dos professores participantes os mesmos consideram que a utilização de documentos de arquivo contribui para o alcance dos objetivos didáticos e apropriação dos conteúdos por parte dos seus alunos. Como resposta, foram obtidos os seguintes dados:

Participante 01 Disciplina de Arte – Sim. Porque todos os documentos arquivísticos estão ali preservados.

Participante 02 Disciplina de Português – Sim, pois o contato com exemplos reais favorece o aprendizado.

Participante 03 Disciplina de História – Sim. Como suporte e por se basear em fatos reais.

Participante 04 Disciplina de História – Sim. Contribui porque quanto mais acesso os alunos tiverem, melhor será o desenvolvimento deles.

Participante 05 Disciplina de Geografia – Sim, pois o acesso direto aos documentos gera envolvimento afetivo, base para processos de apropriação.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Sim, os alunos gostam de trabalhar com pesquisa, essa prática estimula a participação e desperta a curiosidade.

A questão seguinte solicitou que os participantes apresentassem uma breve descrição da experiência que tiveram, em relação à utilização de documentos de arquivo como recurso didático. O Participante 01 da disciplina de Arte respondeu que utilizou “documentos históricos da cidade de Serra/ES”; o Participante 03 da disciplina de História afirmou que ainda não utilizou documentos de arquivo na ministração de conteúdos; e as demais respostas foram:

Participante 02 Disciplina de Português – A partir da atividade proposta, foi possível expressar as variações históricas a partir de um contexto real. Com este cenário, os alunos se mostraram muito mais interessados.

Participante 04 Disciplina de História – Os alunos desenvolvem com mais facilidade as habilidade quando tem acesso a recursos que auxiliam.

Participante 05 Disciplina de Geografia – A partir de fotos e mapas do Arquivo público, pudemos comprovar as mudanças espaciais da Região de Terra Vermelha, em Vila Velha. A partir daí, os estudantes compartilharam com os seus parentes e relataram essa experiência em sala, demonstrando que o sentimento de pertencimento ao bairro ficou mais concreto.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Os alunos gostaram de realizar a pesquisa e o mais curioso foi o desejo de socializar o resultado da pesquisa.

É elementar observar a concordância de todos os participantes em relação à contribuição da utilização de documentos de arquivo alcance dos objetivos didáticos e apropriação dos conteúdos por parte dos seus alunos. Visto o reconhecimento por parte dos educadores participantes da pesquisa, é importante destacar a relevância da ação educativa em ambientes arquivísticos, como apontado por Aldabalde (2015, p.159), uma vez que “[...] a educação abre espaço para a convergência de diversas mediações (mediação da informação, mediação do conhecimento, mediação cultural)”, viabilizando assim a formação do indivíduo e a formação de futuros usuários das instituições arquivísticas, “[...] seja como aluno o como pesquisador em busca das informações do passado” (BELLOTTO, 2002, p. 23). Em consonância, Vaz e Venâncio (2018, p. 25) indicam que a práticas de ações educativas em arquivos colaboram para o desenvolvimento da competência em arquivos, que quando “[...] trabalhada desde cedo nos primeiros anos escolares, pode ser estratégia de garantia para o futuro pesquisadores melhores preparados para encarar o processo de busca de informação e de construção de conhecimento” nos ambientes arquivísticos. Logo,

Se o arquivo, principalmente o municipal, engajar-se em políticas públicas que incluam programas de cooperação com as escolas, estará construindo uma incomparável aura de excelência às suas funções precípuas, contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 142).

Frente os relatos dos participantes no que tange o interesse dos alunos e curiosidade dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem quando inseridos

em diferentes ambientes educacionais, bem como a utilização de diferentes suportes didáticos, como o caso do trabalho com arquivos e em instituições arquivísticas, faz-se necessário perceber nos relatos o reconhecimento dos arquivos como ambiente educativo colaborativo para a apropriação dos conteúdos, reforçando a percepção de que quando uma instituição arquivística desenvolve e amplia seus serviços educativos ele conquista um importante lugar junto à sociedade, que a partir dessa conquista, compreende a referida instituição como uma lugar de “[...] entretenimento e uma real fonte de cultura e saber” (BELLOTTO, 2004, p.22).

Ainda sobre a utilização de documentos de arquivo como recurso didático, a décima quinta questão indagou aos participantes acerca de suas expectativas iniciais sobre o referido uso. Desse modo, a questão recebeu as seguintes respostas:

Participante 01 Disciplina de Arte – Os fatos históricos na íntegra com como fonte potencializadora como forma de aprendizagem da disciplina em especial com referência a artefatos e História da Arte regional.

Participante 02 Disciplina de Português – As expectativas eram boas, já que trabalhar com este tipo de material provavelmente seria proveitoso e, de fato, foi.

Participante 03 Disciplina de História – Não utilizei, mas vislumbro a possibilidade.

Participante 04 Disciplina de História – Auxiliar no desenvolvimento das habilidades dos alunos.

Participante 05 Disciplina de Geografia – Expectativas de contato com as metodologias científicas em estudos geográficos.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Ampliar a metodologia de trabalho em sala de aula, motivar a participação dos alunos, e iniciar com os alunos a prática de pesquisa com intuito de ampliar os conhecimentos sobre o tema abordado.

Com exceção do participante aqui denominado ‘Participante 03 Disciplina de História’ que ainda não utilizou documentos arquivísticos como recurso didático, em suas falas os demais participantes demonstram tanto o interesse pelo trabalho com os referidos documentos, quanto às possibilidades já imaginadas por eles sobre esse trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar que um desses participantes fez uso das atividades desenvolvidas pela presente pesquisa para a aplicação do conteúdo curricular aos alunos.

Em tempo propício, a ‘Participante 02 Disciplina de Português’ entrou em contato com a pesquisadora do presente estudo e solicitou a utilização da atividade desenvolvida, demonstrando o interesse em realizar adaptações da mesma para o desenvolvimento de outras atividades curriculares, para além do proposto pela pesquisa. Destaca-se que embora “[...] as novas formas de utilização do arquivo, para além da pesquisa administrativa e histórica, como o uso educativo [...] representem um grande desafio para o arquivista” (BELLOTTO, 2004, p. 15), é preciso lembrar-se da importância de que o planejamento das atividades seja um trabalho em conjunto entre o arquivista e o educador, onde a educação não perca as potencialidades didáticas do arquivo e o arquivo compreenda a “[...] importante força social que lhe oferece o mundo escolar” (BELLOTTO, 2006, p. 23) efetivando sua participação na construção de melhores condições de ensino.

Por meio de sete afirmativas, a questão seguinte buscou identificar dos participantes quais as orientações, apoio e/ou suporte eles acreditam serem essenciais para a viabilização do desenvolvimento de atividades a partir do uso de documentos de arquivo. Nesse contexto, as afirmações ‘Palestras ministradas por arquivistas sobre o uso de fontes primárias de informação’, ‘Visitas de arquivistas em ambientes escolares para apresentar o acervo disponível’ e ‘Sugestões sobre acervos relacionados a pesquisas e estudos escolares’; foram escolhidas por 05 (cinco) participantes; já as afirmações ‘Disponibilização de fotocópias ou de documentos digitalizados para serem usados como exemplo e recurso didático’, ‘Orientações sobre documentos de arquivo e fazeres arquivísticos direcionados ao público escolar’ e ‘Orientações sobre localização, uso e acesso de documentos de arquivo disponibilizados eletronicamente, foram escolhidas por 4 (quatro) participantes. Por fim, a afirmação ‘Orientações acerca do trabalho arquivístico’ foi escolhida por 02 (dois) participantes.

Nota-se que em sua maioria, os participantes possuem interesse em compreender sobre o acervo e seu uso e nesse sentido, é importante perceber que os participantes se interessam por receber as orientações sobre a temática dos profissionais arquivistas no ambiente escolar, o que reforça a necessidade da promoção e divulgação do acervo arquivístico à referida comunidade. Outro ponto a ser observado é a quase unanimidade em relação ao acesso a acervos que dialoguem sobre os conteúdos curriculares, o que corrobora com a teoria levantada

pelo presente pesquisa nos estudos de Bellotto (2002; 2004; 2006; 2010; 2014) e Koyama (2012; 2013; 2016) no que tange à relevância de que todo planejamento das práticas de mediação cultural seja desenvolvido por meio da interação entre os currículos escolares e os acervos disponíveis nas instituições arquivísticas, sobretudo, como a interação entre os profissionais arquivistas e os educadores.

Assim como questões anteriores, a questão de número 17 (dezesete) também estrutura-se em uma escala tipo Likert, com afirmações em que o participante deveria escolher de 1 a 5, onde: 1 é nada importante; 2 é pouco importante; 3 é indiferente; 4 é importante e 5 é muito importante, o valor que mais se aproximava do seu ponto de vista em relação 'a importância das demandas provenientes do processo de pesquisa utilizando documentos de arquivo para a elaboração de atividades educacionais'. Nesse sentido, a afirmação 'Interesse, por parte da instituição arquivística, em disponibilizar os documentos de arquivo' é considerada muito importante por 04(quatro) participantes, importante por 01 (um) participante e pouco nada importante por 01(um) participante. A afirmação que aborda sobre a 'Disponibilidade dos profissionais da instituição e demais envolvidos para orientações e planejamentos' recebeu de 04 (quatro) participantes a percepção de muito importante, importante de 01(um) participante e nada importante de 01 (um) participante. Já os materiais utilizados foram considerados por todos os 06 (seis) participantes como muito importante; e a 'Metodologia utilizada para disponibilização dos documentos de arquivo' foi considerado um item muito importante para 05 (cinco) participantes, e um item nada importante para 01 (um) participante.

Partindo da unanimidade, todos os docentes participantes da pesquisa concordam que os materiais utilizados para a elaboração de atividades educacionais utilizando documentos de arquivo é um elemento de suma importância. Sobre esse quesito, Duff (2016) aponta a necessidade de que as atividades arquivísticas relacionadas ao tratamento documental antecedam o processo de mediação, uma vez que tais atividades são consideradas primordiais para a viabilização da seleção dos materiais a serem trabalhados, em consonância, para Bellotto (2004, p. 17) é fundamental o planejamento e execução de atividades de cunho cultural e educativo por parte das instituições arquivísticas, sobretudo, os arquivos municipais, mas é necessário que a execução dessas atividades não "[...] obscureçam as finalidades básicas da instituição" arquivística. Corroborando essa ótica, Aldabalde (2015, p.

175) menciona que “[...] não é possível desfrutar de um patrimônio que não foi identificado e organizado, é imperativo ao arquivo público que ofereça acesso ao patrimônio cultural após seu tratamento técnico”, enfatizando a necessidade de se pensar no tratamento do patrimônio documental, a fim de disponibilizá-lo de forma apropriada aos usuários.

Nota-se nas falas dos participantes, sobretudo na questão de número onze que teve como intuito identificar o que mais chamou a atenção dos participantes nas atividades desenvolvidas com documentos de arquivo que lhes foram apresentadas, a valorização por parte dos mesmos quanto à qualidade e a preservação do acervo apresentado à eles durante o contato com as atividades desenvolvidas pela presente pesquisa. Desse modo, é possível relacionar a importância que os mesmos atribuem ao material como elemento primordial para a elaboração de atividades pedagógicas.

Ainda na questão de número dezessete, destaca-se a relevância considerada pelos participantes quanto à metodologia utilizada para a disponibilização dos documentos e o interesse, por parte da instituição arquivística, em disponibilizar os documentos de arquivo. Sobre esse ponto, cabe recordar que as atividades foram desenvolvidas e apresentadas aos mesmos em ambiente virtual. Considerando a modalidade citada, é possível aferir a importância de viabilizar o acesso aos documentos arquivísticos de forma remota, por meio de *websites*, por exemplo, conforme apontado na questão de número um, onde foi possível identificar o crescimento considerável de usuários que buscam por atendimento às suas demandas informacionais no formato remoto. Ressalta-se que ainda que o atendimento ocorra síncrona, o processo de mediação ocorre de modo que o arquivista fornece informações sobre o acervo e a partir do acervo, em atendimento da demanda informacional apresentada à instituição arquivística (DUFF, 2016). Diante do exposto, cabe ressaltar o que Aldabalde (2015, p. 175) aponta em relação à disponibilidade, por parte das instituições arquivísticas em ampliar o acesso do público ao seu acervo:

[...] a instituição arquivística deve movimentar-se ativamente para levar as informações para espaços com amplo acesso. Isto pode ser feito a partir das tecnologias de informação e comunicação, considerando os desafios da ambiência digital. Há muitas atividades que estão ligadas ao papel cultural de comunicação do patrimônio

arquivístico cultural, seja via Internet, microfilme ou cópias eletroestáticas: a questão é o acesso.

Sobre a importância do papel desenvolvido pelo arquivista no processo de mediação, cabe apontar que em sua grande maioria, os participantes da pesquisa consideram de grande relevância a disponibilidade dos profissionais da instituição e demais envolvidos nas orientações e nos planejamentos para a elaboração de atividades educacionais utilizando documentos de arquivo. Os dados obtidos corroboram para o que é apontado na literatura de Duff (2016) e Bellotto (2006; 2014) no que tangem as ações proativas por parte dos profissionais arquivistas e demais envolvidos nas instituições arquivísticas para o planejamento e as práticas de mediação, sejam elas de cunho cultural e/ou educativo, que conseqüentemente, ampliam a visibilidade do patrimônio documental.

Por fim, a décima oitava e última questão solicitou que os participantes expressassem seu ponto de vista acerca das ações que os pesquisadores e profissionais de Arquivologia podem fazer para que o trabalho com documentos de arquivo funcione melhor no futuro por parte dos educadores. As respostas obtidas foram:

Participante 01 Disciplina de Arte – A possibilidade da integração entre as disciplinas, professores e alunos nas redes de ensino público e particular.

Participante 02 Disciplina de Português – Divulgar mais o trabalho, trazê-lo para mais próximo das escolas.

Participante 03 Disciplina de História – Se aproximar das escolas.

Participante 04 Disciplina de História – Disponibilizar acessos e divulgar mais o trabalho.

Participante 05 Disciplina de Geografia – Exposições em escolas, com temática voltada para a localidade onde está localizada tal escola.

Participante 06 Disciplina de Ensino Religioso – Sugestões sobre acervos relacionados a pesquisas e estudos escolares; Palestras ministradas por arquivistas sobre o uso de fontes primárias de informação.

Os dados obtidos junto aos docentes participantes da pesquisa reforçam: a importância da aproximação dos arquivos junto às instituições escolares; a relevância e possibilidade de atividades educativas tanto em ambiente arquivístico

quanto em ambiente escolar; a aceitação e o reconhecimento por parte do corpo docente participante do estudo quanto às contribuições dos documentos arquivísticos e instituições arquivísticas no processo de ensino e aprendizagem; a necessidade emergente dos serviços de promoção do patrimônio documental junto à comunidade; a importância do planejamento e execução de práticas de mediação cultural, sobretudo aquelas promovidas pelos arquivos municipais e, como foco do presente estudo, as ações educativas.

Sobre os pontos levantados no tocante à relevância da aproximação dos arquivos junto às instituições escolares e atividades educativas tanto em ambiente arquivístico quanto em ambiente escolar, Vaz e Venâncio (2018) a ação educativa, em instituições arquivísticas e/ou a partir de documentos arquivísticos, surge da demanda informacional dos sujeitos e da necessidade de satisfação da mesma, mas além dessa satisfação, ações dessa natureza contribuem para a difusão do acervo e dos serviços ofertados pelas instituições arquivísticas. Compreende-se, portanto, que além de contribuir na formação escolar dos sujeitos, há ainda a formação dos mesmos como futuros pesquisadores e usuários dos arquivos (KOYAMA, 2013).

Em consonância, Bellotto (2002, p. 23), a educação não pode perder as potencialidades didáticas do arquivo, a de tornar o ensino um processo prazeroso e o arquivo, por sua vez, não deve ignorar a sua força social junto à educação em busca de melhores condições de ensino,

[...] contribuindo para a formação integral da criança e do adolescente, poderá, aí, estar plasmando até maior número e melhor qualidade de seus futuros usuários, que venham ao arquivo como cidadãos, em busca de seus direitos e deveres ou como pesquisador, em busca de informações do passado. Haverá no jovem um interesse maior pela história, seja como aluno, seja como futuro cidadão atuante.

A respeito da importância do planejamento e da execução de práticas de mediação cultural, Cabral (2012, p. 41) aponta que a política institucional voltada aos serviços educativos, quando bem estruturada, além de estabelecer vínculo entre os conteúdos curriculares e as práticas de mediação, “[...] proporcionam uma guinada na visibilidade dos arquivos e arquivistas junto ao público em geral, aumentando a visitação”. Desse modo, a de se considerar que implementação de um programa sistêmico que vise aproximar à comunidade do seu patrimônio documental, ainda

que para fins educativos, viabiliza o acesso à informação, a construção do conhecimento e, conseqüentemente, à difusão e promoção do acervo e de seus serviços junto à sociedade.

Por fim, e como pontos que merecem destaque, está o reconhecimento por parte do corpo docente participante da pesquisa, quanto às possibilidades de trabalho com documentos arquivísticos, tanto no ambiente escolar, quanto nos ambientes arquivísticos; e o reconhecimento que as ações educativas a partir de documentos arquivísticos podem contribuir no processo de ensino e aprendizagem. Como já mencionado a BNCC (2018) reconhece o ambiente arquivístico como um espaço propício para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, e a literatura arquivística levantada no decorrer da pesquisa, bem como os diálogos construídos até aqui, demonstram as potencialidades que o serviço arquivístico possui no âmbito educacional. E nesse sentido, perceber esse mesmo reconhecimento por parte do corpo docente, que está diretamente ligado aos educandos atuando como mediador do conhecimento é a confirmação de que as ações educativas com e em arquivos é uma abordagem que merece atenção tanto na práxis arquivística, quanto ainda na formação dos arquivistas que atuarão futuramente.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo, o principal objetivo assumido foi investigar de que forma as práticas de mediação cultural a partir do acervo Arquivo Público Municipal de Vitória podem colaborar nos processos de ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade. Por meio do aporte teórico levantado pelo estudo e a partir do âmbito empírico da pesquisa serão apresentadas nessa seção as principais conclusões em relação ao estudo, sobretudo quanto aos objetivos específicos que foram traçados como percurso para o alcance do objetivo geral em questão.

Com base no levantamento bibliográfico, foi possível apresentar e discutir o conceito de mediação cultural em ambientes arquivísticos no contexto da Ciência da Informação, sobretudo em relação às práticas de mediação cultural no contexto educativo, elucidando a contribuição das mesmas no âmbito educacional. Ainda no contexto bibliográfico e da análise documental, além de descrever a instituição Arquivo Público Municipal de Vitória, foi possível descrever a conjuntura que envolve todo o percurso de construção e aprimoramento da Base Nacional Comum Curricular, com ênfase no processo de ensino e aprendizagem no contexto da contribuição que emerge a partir do uso de documentos e ambientes arquivísticos como suporte didático para apropriação de conteúdos. Nesse sentido, foi possível confrontar as práticas de mediação cultural desenvolvidas em ambiente arquivístico às atividades propostas na BNCC indicando as convergências, bem como as necessidades de adaptação das práticas desenvolvidas aos conteúdos, competências e habilidades apresentadas pela BNCC.

No que tange o campo empírico da pesquisa, por meio da análise documental, foram identificados e categorizados os usuários do Arquivo Público Municipal de Vitória, bem como apresentadas as práticas de mediação culturais realizadas pela mesma, além das práticas de mediação cultural que são realizadas por parceiros do arquivo que fazem uso dos documentos arquivísticos da instituição em questão para a execução de projetos culturais. Ainda no campo empírico, foram elaboradas práticas de mediação cultural associadas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular e ao uso do acervo do Arquivo Público Municipal

de Vitória, nas quais foram disponibilizadas para o corpo docente participante da pesquisa para que por meio destas fosse possível aferir diretamente, segundo os dados obtidos junto aos participantes e os demais dados obtidos no estudo, em que medida as práticas de mediação cultural a partir do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória podem colaborar nos processos de ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade.

Nesse sentido foi possível perceber que os educadores participantes do estudo, ainda que não tivessem trabalhado com documentos arquivísticos como suporte didático, reconhecem as possibilidades das práticas educativas com documentos de arquivo e em ambientes arquivísticos. As análises dos dados permitiram concluir que além do reconhecimento, o público escolar em questão identifica como fundamental a preservação do patrimônio documental, bem como as ações de difusão dos mesmos para que essas práticas consigam ser efetivadas junto ao ambiente escolar. Os dados corroboram para o que a literatura arquivística apresenta quanto à necessidade de aproximação dos profissionais da informação, os arquivistas, junto às escolas e demais profissionais que fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, a interação entre estes pode proporcionar o maior entrosamento dos educandos, refletindo assim, na melhoria das condições de ensino, bem como contribuição da formação integral dos estudantes como cidadão. Os docentes participantes evidenciaram a necessidade de participação das instituições arquivísticas do contexto escolar e demonstraram o interesse de que essa interação ocorra, por exemplo, por meio de palestras e exposições com a participação da comunidade escolar, viabilizando a realização de atividades interdisciplinares, como previsto no currículo escolar.

Para além das percepções que fazem parte do contexto educacional, as análises permitiram compreender o reflexo das práticas de mediação cultural por meio das ações educativas, uma vez que, o entrosamento que emerge a partir das referidas práticas podem refletir na ampliação do público atendido pelas instituições arquivísticas, seja para fins educacionais, profissionais ou de entretenimento. No sentido mais amplo, os dados obtidos sugerem o interesse, por parte da comunidade escolar, em estabelecer vínculos com a instituição arquivística em questão, de forma que o estreitamento dos laços reflita na formação dos alunos e na participação dos

mesmos no convívio social, por meio da compreensão da sua história local.

Considera-se que as metodologias aplicadas no estudo foram primordiais para o alcance dos objetivos traçados. No entanto, é preciso apontar os desafios enfrentados pela pesquisa, no que tange o cenário pandêmico que a sociedade encontra-se no período de desenvolvimento da mesma, que refletiu diretamente no alcance do público docente almejado para o desenvolvimento do estudo. O isolamento imposto no referido cenário, para a redução da disseminação do vírus SARS-CoV-2, impôs também novas práticas educativas, como o ensino remoto e a utilização de recursos *on-line* para a apresentação de conteúdos aos educandos, o que reforça, como apresentado no decorrer da pesquisa, a necessidade emergente de que as instituições arquivísticas estejam presentes nas demais redes sociais e eletrônicas, numa tentativa de aproximação à sociedade.

Apesar dos desafios oriundos do isolamento social, que resultou em novas formas de interação e na limitação de acesso aos participantes, bem como ao acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória, há de se destacar a proatividade dos que se dispuseram a contribuir para o andamento da pesquisa, como a instituição arquivística em questão, que disponibilizou de forma eletrônica os documentos solicitados, reforçando a importância de que os mesmos estejam em condições de acesso a toda sociedade; e o corpo docente participante que em alguns momentos entraram em contato com a responsável pela pesquisa a fim de utilizar o material desenvolvido pelo estudo para a ministração dos seus conteúdos aos seus alunos, corroborando para a importância da mediação por parte dos profissionais arquivistas junto à comunidade escolar, a fim de viabilizar ações educativas no contexto arquivístico e, conseqüentemente, promover os serviços arquivísticos e a difusão do rico patrimônio documental pertencente a toda sociedade.

Tanto a literatura consultada, como os dados obtidos junto aos participantes corroboram para a importância da oferta dos serviços educativos por parte das instituições arquivísticas. Todavia, ainda é necessário que as ações dessa natureza sejam planejadas e articuladas de modo que além de serem executadas, possam fazer parte do cotidiano arquivístico da instituição em questão.

Como contribuição, espera-se que os dados apresentados possam fornecer

subsídios para pesquisas posteriores quanto ao impacto das práticas de mediação cultural no âmbito educacional, bem como a percepção dos alunos em relação à relevância das atividades dessa natureza.

Por fim, espera-se que os diálogos traçados na presente pesquisa não se encerrem na produção desta dissertação, dada a relevância do patrimônio documental e suas contribuições na formação integral dos indivíduos; tal como o reflexo das práticas de mediação cultural na ampliação do acesso aos documentos e instituições arquivísticas.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. **Arquivologia e Pedagogia Arquivística**: bases para uma habilitação que ensine o arquivista educar. In: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ. Rio de Janeiro, 2011.

ALDABALDE, T. V. Diversidade na instituição arquivística: Um levantamento de práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, p. 109-128, 2018.

ALDABALDE, T. V. **Mediação cultural em instituições arquivísticas**: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo. 2015. 221 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ALDABALDE, T. V.; RODRIGUES, G. M. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Transinformação**, v. 27, p. 255-264, 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009.

ANDRADE, D. M.; SILVA, L. C. C.; MOTTA, M. L. B.; CARVALHO, M. A.; D'AGOSTINI, Y. C. Competência informacional de estudantes do ensino médio de rede de ensino de belo horizonte – minas gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68695>. Acesso em: 18 mar. 2020.

ARAÚJO, L. K. Textos publicitários; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/redacao/textos-publicitarios.htm>. Acesso em 02 de agosto de 2020.

ARAÚJO, N. R. **A importância da realização de ações culturais e educativas em arquivo**. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/menu/copy2_of_tcc. Acesso em: 20 fev. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARRUDA, M. I.; OLIVEIRA, H. V. Um olhar sobre a evolução do conceito de mediação na Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 10, p. 218-232, 2017.

BELLOTTO, H. L. Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: Antônio Carlos Duarte de Carvalho (org.). **Memória da Saúde: Desafios e Possibilidades do Trabalho em Arquivos e Museus de Ciência**. 1 ed. Ribeirão Preto: FUNPERC-RP, 2006, v. 1, p. 41-52.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro:

Editora FGV, 2004. p. 226-247.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais. Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba / Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v. 1, n. 1, pág. 14-29, jul. 2002

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. reflexões e mudanças no mundo dos arquivos. **Arquivo & Administração**, n. 2, v. 9, 2010.

BRANDÃO, G. S. **Competências infocomunicacionais e o Arquivista: mediação para a apropriação da Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2017.

BRANDÃO, G. S. **Competências Infocomunicacionais e o Arquivista: Mediação para a Apropriação da Informação. Ponto de acesso**. Salvador, 2018.

BRANDÃO, G. S.; BORGES, J. Mediação da Informação Arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. In: Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 118-136, out. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0118-0136.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 27 de nov. de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2010-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania; CRAVEIRO, C. B. A.; MEDEIROS, S. (Org.). **Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica: diversidade e inclusão**. Brasília, DF: SECADI; Conselho Nacional de Educação, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43954>. Acesso em: 26 mar. 2020.

CAMARGO, A. M. de A; MACHADO, H. C. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº13, de 9 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de Websites de instituições arquivísticas. Disponível em: < <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/394>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

COSTA, F. P.; ALDABALDE, T. V. Um estudo dos usuários e usos do arquivo público municipal de Vitória. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 33, p. 86-101, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145808>. Acesso em: 13 jul. 2021.

DIANA, Daniela. **Variações linguísticas**. In: Toda matéria: conteúdos escolares (blog). Disponível em <https://www.todamateria.com.br/variacoes-linguisticas/>. Acesso em 02 de ago. 2020.

DUFF, W. M. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 171-202.

DURCE, C. L.; SOUSA, R. T. B. Políticas arquivísticas institucionais. **Arquivo & Administração**, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50226>. Acesso em: 21 jan. 2020.

DUTRA, Rosângela Correa. **Arquivo Municipal de Vitória: memória e história**. Vitória: do autor, 2014.

GERLIN, M. N. Produção de competência leitora em espaços tempos de informação, educação e cultura. In: Seminário Hispano Brasileiro: Investigación en Información, Documentación y Sociedad, 2017, Aracaju, SE. **Anais eletrônicos...** Aracaju, SE: EDUNIT, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/simeduc/article/view/8628/2891>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GERLIN, Meri Nadia Marques. O relacionamento das competências leitora e em informação com o processo de letramento na era digital. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 206-231, mar. 2021. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38907>>. Acesso em: 15 set. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. Rio de Janeiro, Atlas, 2017.

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, S. H. T. Digitalização e Indexação do Acervo Fotográfico da Biblioteca do Museu Ferroviário de Bauru. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e**

Documentação. XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2015. São Paulo, v. 11, n. especial, pag. 563-581, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/534/451>. Acesso em: 29 nov. 2019.

HOOGERBRUGGE, L. F. **Relatório Final de Sistematização do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo – Paes.** Movimento Colabora. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://movimentocolabora.org.br/wp-content/uploads/2018/11/2018-11-18-colabora-paes-sumario-executivo-revgl-limpa.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2020.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

KOYAMA, A. C. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 29 No 2 jul-dez, n. 2, p. 74-88, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/108034>. Acesso em: 16 nov. 2019.

KOYAMA, A. C. **Arquivos online:** práticas de memória, de ensino de história e de educação das sensibilidades. 2013. 404 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250838>. Acesso em: 23 ago. 2019.

KOYAMA, C. A. Educação patrimonial em arquivos on-line: narrativas em rede e seus tecidos. **Resgate.** vol. XX, n. 23 - jan./jun. 2012. p. 7-17

LOBO, J. C. Uma outra pandemia no Brasil: as vítimas da violência doméstica no isolamento social e a “incomunicabilidade da dor”. In: **Rev. Antropol. Arqueol.** [Internet]. 2020 v. 8, n. 1, p. 20-26. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18901>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LOUSADA, M. **A mediação da informação na Teoria Arquivística.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MORAES, M. B. Mediação informativo-cultural: e a formação dos mediadores?. **Ciência da Informação em Revista**, v. 6, n. 2, p. 70-89, 2019.

MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 21-31.

OLIVEIRA, D.; OLIVEIRA, P.; ROCHA, F.; DIAZ M.D.M; PEREDA, P. Covid-19, isolamento social e violência doméstica: evidências iniciais para o Brasil. In: **Anais...**

Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_l/i12-18d5a3144d9d12c9efbf9938f83318f5.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PAES, M. L. O conselho nacional de arquivos, o sistema nacional de arquivos e os arquivos municipais. **Ágora**, n. 8, p. 230-249, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13574>. Acesso em: 02 fev. 2020.

PEGEON, A. Uma experiência pedagógica em arquivos: a disciplina "arquivo" do archives nationales da França. **Acervo- Revista do Arquivo Nacional**, v. 25 No 1 jan-Jun: Difusão cultural em arquivos, n. 1, p. 89-102, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107786>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://srv-009.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992/17341>. Acesso em: 2 fev. 2020.

PINTO, N. C.; CORDEIRO, T. P. **Atividades aquáticas como conteúdo da educação física em escolas da cidade de Teutônia/RS**. 2016. 14 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em educação física). Centro universitário Univates. Lajeado, Rio Grande do Sul, 2016.

QUINTINO, Isabel Cristina de Araújo. **O Congo Capixaba como Patrimônio Imaterial: As Festas de São Benedito na Serra e as Bandas de Congo**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2018.

RAMOS, F. B.; REAL, D.C.; OLIVEIRA, F. R. Bibliotecas escolares: leitura, (in)formação e cultura para uma educação cidadã. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 84-97, set. 2018. ISSN 2359-2087. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3141>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RASTELI, A.; CAVALCANTE, L. E. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli - Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 39, p. 43-58, 2014.

RIBEIRO, E. A. **A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa**. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais, Araxá/MG, n. 04, p.129-148, maio de 2008.

RIBEIRO, F. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/91260>. Acesso em: 16 jul. 2019.

ROSSEAU, J.; COUTURE, C. **Fundamentos da disciplina arquivísticas**. Tradução de Magda Bigotte de Figueiredo. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SANTOS, E. T. M. *et al.* Violência doméstica contra mulher e isolamento social durante os estágios iniciais da pandemia Covid-19 em Pernambuco. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 245-261, maio 2021. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42841/24683>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SANTOS, K.; BORGES, J. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **ÂGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, out. 2014. ISSN 0103-3557. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/504>. Acesso em: 31 jul. 2019.

SILVA, E. V.; VENTORIM, S. A condição docente do bibliotecário escolar na educação básica. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4 n. 2, n. 2, p. 94-108, 2016.

SILVA, F. S; NUNES, J. V.; CAVALCANTE, L. E. O conceito de mediação na ciência da informação brasileira: uma análise a partir da BRAPCI. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v.12:2, p.33-42, 2018.

SIQUEIRA, M. N.; VIEIRA, T. O. ; BITTENCOURT, P. R. Perspectivas de uma literacia arquivística: reflexões sobre arquivos, mediação e usuários. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12 n.2, p. 385-404, 2018.

SUNDQVIST, A. Archival Mediation: Studying Users' Interaction with Access Systems. In: GILLILAND, Anne; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew (Org.). **Research in the archival multiverse**. Clayton: Monash University Publishing, 2017. p. 558-580.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VAZ, G. A.; VENÂNCIO, R. P. Marketing, Difusão, Ação e Mediação Cultural em Arquivos Públicos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, n. 2, v. 14, 2019.

VERGARA, S. C. Réplica 2-análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 761-765, 2011.

VIEIRA, Kelmara M; DALMORO, Marlon. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam os resultados? In: ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro (RJ). **Anais...** Rio de Janeiro, ANPAD, 2008.

VITÓRIA. **Lei nº 3.730/1991, de 05 de junho de 1991**. Institui o Projeto Cultural 'Rubem Braga'. Vitória: Câmara Municipal, 2000. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L37301991.html>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VITÓRIA. **Lei nº 5.155/2000, de 24 de maio de 2000**. Cria o Fundo Municipal de Cultura. Vitória: Câmara Municipal, 2000. Disponível em: <https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=5076>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Educação. **DIRETRIZES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. 2018. Disponível em:

https://www.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/PMVE DUC2019/edital/DIRETRIZES-CURRICULARES-DO-ENSINO-FUNDAMENTAL-Oficial-21-12-2018.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER COMITÊ DE ÉTICA UFES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS DIRETRIZES DA BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E SEU IMPACTO NAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NOS ARQUIVOS PÚBLICOS: UM ESTUDO A PARTIR DO USO DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Pesquisador: Fabíola Pereira Costa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39972420.9.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.427.230

Apresentação do Projeto:

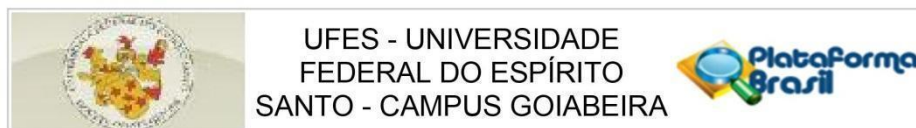
O estudo busca identificar em que medida as diretrizes da BNCC voltadas para o ensino fundamental valorizam, impulsionam e ampliam o escopo e o público das práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Arquivo Público Municipal de Vitória, por meio do desenvolvimento de atividades educacionais utilizando documentos de arquivo do Arquivo Público Municipal de Vitória, com base nos conteúdos presentes na Base Nacional Comum Curricular (2018). Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que pretende empregar técnicas relacionadas com a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a aplicação de questionário a 8 professores. Espera-se que no desenvolvimento da pesquisa, além da área de História, sejam identificadas as relações entre os conteúdos normativos da BNCC e as práticas de mediação cultural no contexto educativo do Ensino Fundamental e suas áreas do conhecimento como proposta metodológica para a aplicação dos conteúdos previstos no calendário escolar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar em que medida as práticas de mediação cultural do Arquivo Público Municipal de Vitória

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.427.230

podem colaborar nos processos de ensino aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade.

Objetivo Secundário:

- Discutir o conceito de mediação cultural em ambientes arquivísticos no contexto da Ciência da Informação;
- Contextualizar a Base Nacional Comum Curricular, sua trajetória e concepções, destacando as competências no processo ensino-aprendizagem que envolvem os arquivos;
- Descrever a instituição Arquivo Público Municipal de Vitória e levantar as suas práticas de mediação cultural. - Mapear e categorizar os usuários do Arquivo Público Municipal de Vitória;
- Elaborar práticas de mediação cultural associadas às orientações normativas da Base Nacional Comum Curricular e ao uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória (ES).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto detalha que estudo pode apresentar "risco de desconforto aos participantes, visto que se almeja conhecer parte de suas experiências como docente no que tange aos recursos didáticos utilizados em sala de aula. Para combater isso, busca-se amenizar quaisquer desconfortos com a dinâmica das perguntas, seguindo o fluxo de uma conversa para que os participantes sintam-se à vontade para responder o que compreender como necessário".

Cita como benefícios:

"Contribuir para a área da Ciência da Informação, ressaltar a atuação das instituições de arquivo como mediadoras no processo de ensino e aprendizagem por meio do uso de seu acervo e materiais como recursos didáticos na construção do conhecimento de forma interativa, viabilizando o exercício da cidadania através do acesso aos documentos de arquivo. Além de reforçar, ainda, a atuação das instituições de arquivo como agentes colaborativos na transformação da preferência cultural dos indivíduos."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância social e científica que relaciona as diretrizes da BNCC voltadas para o ensino fundamental e das práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Arquivo Público Municipal de Vitória.

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.427.230

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Com base na Resolução CNS nº 466/2012 e Resolução CNS 510/2016, foram analisados os seguintes quesitos:

- Folha de rosto: campos devidamente preenchidos e assinatura Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
- TCLE: a) Adequado. Contemplam os itens solicitados pela Resolução nº466/2012 e Resolução CNS 510/2016.
- Projeto básico: Devidamente preenchido.
- Projeto detalhado (brochura): o projeto, de 28 páginas, apresenta em seções a literatura específica sobre o assunto, os objetivos, metodologia, procedimentos de análises de dados, anexos do questionário e do TCL (nos quais estão detalhados os riscos e benefícios da pesquisa ao participante) e o cronograma.
- Cronograma: Adequado. Prevê coleta de dados a partir de 15 de dezembro de 2020.
- Carta de anuência do Arquivo Público Municipal de Vitória: Adequada e assinada por Ewerton Silva Nicolau.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pesquisa apta a ser iniciada, conforme cronograma de execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1643457.pdf	10/11/2020 18:16:08		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anuenciaapmvassinado.pdf	10/11/2020 18:14:40	Fabiola Pereira Costa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Comite_de_etica_Completo_Fabiola_Pereira_Costa_UFES.pdf	10/11/2020 10:47:20	Fabiola Pereira Costa	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	10/11/2020 10:46:37	Fabiola Pereira Costa	Aceito
TCLE / Termos de	TERMODECONSENTIMENTOLIVREEE	03/11/2020	Fabiola Pereira	Aceito

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.427.230

Assentimento / Justificativa de Ausência	LARECIDO.pdf	15:35:07	Costa	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostofabiolapereiracosta.pdf	03/11/2020 15:33:45	Fabiola Pereira Costa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 28 de Novembro de 2020

Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE ANUÊNCIA – ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA



Estado do Espírito Santo
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E COMUNICAÇÃO

CARTA DE ANUÊNCIA – ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE VITÓRIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Fabíola Pereira Costa, a desenvolver o seu projeto de pesquisa “As diretrizes da BNCC para o Ensino Fundamental e seu impacto nas práticas de mediação cultural nos Arquivos Públicos: um estudo a partir do uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória”, que está sob a sob co-orientação da Prof.^a Dr.^a Meri Nadia Marques Gerlin e orientação do Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde, cujo objetivo é analisar em que medida as práticas de mediação cultural do Arquivo Público Municipal de Vitória podem colaborar nos processos de ensino aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade, nesta Instituição.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP.

Vitória, em 10/11/2020.

EWERTON SILVA
NICOLAU:08159121709

Assinado de forma digital por EWERTON SILVA NICOLAU:08159121709
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR E-UTIL TECNOLOGIA E SEGURANCA, ou=15490917000199, cn=EWERTON SILVA NICOLAU:08159121709
Dados: 2020.11.10 17:53:13 -03'00'

Responsável pela Instituição ou pessoa por ele delegada.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Você está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada “As diretrizes da BNCC para o Ensino Fundamental e seu impacto nas práticas de mediação cultural nos Arquivos Públicos: um estudo a partir do uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória” Bacharel em Arquivologia e Mestranda em Ciência da Informação Fabíola Pereira Costa, sob co-orientação da Prof^a Dr^a Meri Nadia Marques Gerlin e orientação do Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde, a ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo.

O objetivo geral deste estudo é investigar de que forma as práticas de mediação cultural a partir do acervo Arquivo Público Municipal de Vitória podem colaborar nos processos de ensino e aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental segundo as orientações da BNCC e como essa dinâmica com a escola pode estreitar os laços do Arquivo com a comunidade. Sua participação será respondendo a uma entrevista semiestruturada que terá em média 30 minutos de duração e ocorrerá via Google Meet, um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google. A entrevista tem como objetivo identificar as demandas informacionais relativas aos conteúdos ministrados aos educandos para que, posteriormente, seja possível o avaliar, por meio de um questionário, práticas de mediação cultural desenvolvidas a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC e da utilização do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória.

Caso aceite participar da pesquisa, é importante saber que:

- A.** Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois asseguramos sigilo à sua participação;
- B.** Não haverá remuneração financeira em qualquer espécie, salvo os casos em que a participante tenha alguma despesa decorrente da participação na pesquisa, em que haverá o ressarcimento do mesmo. Além disso, a garantia ao direito de buscar indenização caso sofra eventual dano decorrente da

pesquisa é obrigatória;

- C.** Será possível desistência de participação a qualquer momento;
- D.** A entrevista será gravada por meio de um gravador de áudio para que os dados sejam transcritos e utilizados posteriormente na pesquisa, ressalta-se que o áudio (voz) do entrevistado não será divulgado, apenas o conteúdo;
- E.** As informações obtidas através desta pesquisa serão potencialmente divulgadas em periódicos e congressos com fins científicos;
- F.** A pesquisadora divulgará os resultados finais da pesquisa às participantes.
- G.** Este termo será: redigido em duas vias; assinado e rubricado em todas as páginas pela pesquisadora responsável e pelo participante e você receberá uma das vias.

Reconhecemos que a pesquisa pode apresentar benefícios, tais quais: contribuir para a área da Ciência da Informação, ressaltar a atuação das instituições de arquivo como mediadoras no processo de ensino e aprendizagem por meio do uso de seu acervo e materiais como recursos didáticos na construção do conhecimento de forma interativa, viabilizando o exercício da cidadania através do acesso aos documentos de arquivo. Além de reforçar, ainda, a atuação das instituições de arquivo como agentes colaborativos na transformação da preferência cultural dos indivíduos. O estudo também pode apresentar risco de desconforto aos participantes, visto que se almeja conhecer parte de suas experiências como docente no que tange aos recursos didáticos utilizados em sala de aula. Para combater isso, busca-se amenizar quaisquer desconfortos com a dinâmica das perguntas, seguindo o fluxo de uma conversa para que os participantes sintam-se à vontade para responder o que compreender como necessário.

Por meio da orientação quanto ao teor aqui mencionado e compreendido, eu, _____ manifesto meu livre consentimento e na participação da pesquisa intitulada “As diretrizes da BNCC para o Ensino Fundamental e seu impacto nas práticas de mediação cultural nos Arquivos Públicos: um estudo a partir do uso do acervo do Arquivo Público Municipal de Vitória” da pesquisadora Fabíola Pereira Costa. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem realizados e estar ciente de que a participação é voluntária.

Vitória (ES), ____ de _____ de 20__.

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do orientador

Caso haja dúvidas sobre o projeto e/ou sua participação, colocamo-nos à disposição para supri-las por meio do endereço de e-mail da pesquisadora responsável Fabíola Pereira Costa fabiolajpc@hotmail.com ou pelo telefone celular (27) 99836-3221, e também pelo e-mail do Prof. Dr. Taiguara Villela Aldabalde taiguara.aldabalde@ufes.br. Também podem nos encontrar através do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFES), localizado na Secretaria Unificada de Pós-Graduação (SUPG) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) - Anexo I Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras, CEP 29075-910, Vitória (ES).

O Comitê de Ética em Pesquisa deverá ser contatado para o caso de denúncias e/ou problemas durante a pesquisa por meio do telefone: (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro inicial

Apresentação da pesquisa abordando principalmente:

- Objetivos da pesquisa, finalidade e afins;
- Definição de documentos arquivísticos e instituições Arquivísticas;

Receptividade e reconhecimento

- 1) Já esteve em uma instituição arquivística? Se sim, qual a finalidade?
- 2) Atualmente, quais os recursos utilizados são para a apresentação dos conteúdos previstos aos alunos?
- 3) Já teve interesse em trabalhar com acervos arquivísticos?
- 4) Você já recebeu algum tipo de orientação sobre as possibilidades de uso de documentos de arquivo?
- 5) Há maior engajamento e interesse por parte dos alunos quando são inseridos em ambientes com diferentes recursos didáticos?
- 6) É de seu conhecimento o reconhecimento, por parte da BNCC, das instituições arquivísticas como ambientes de ensino e aprendizagem?

Sobre conteúdos e exploração dos materiais selecionados

- 7) Dos conteúdos presentes em seu planejamento, qual tem interesse em trabalhar com documentos arquivísticos e por quais motivos?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1 – Já teve contato com atividades educacionais que utilizassem documentos de arquivo como recurso didático?

a) É a primeira vez que tenho contato (____)

b) Recorda o número de vezes que teve acesso? _____

c) Dos documentos utilizados, algum era de acesso on-line (ex.: jornais disponíveis eletronicamente, materiais digitalizados)? _____

2 – Nas afirmações a seguir, indique sua concordância ou discordância escolhendo o item que mais lhe parecer apropriado.

	Discordo plenamente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo plenamente
A interação com documentos de arquivo me proporcionou conhecer os recursos arquivísticos disponíveis na Grande Vitória.					
Os arquivos contribuem para a sociedade oferecendo oportunidades de aprendizado					
Gostaria de inserir documentos de arquivo na ministração de conteúdos.					

3 – Já havia recebido algum tipo de orientação sobre o uso documentos de arquivo?

4 – O trabalho desenvolvido com documentos de arquivo abriu espaços para novos conhecimentos e/ou habilidades em pesquisas que de alguma forma agregam no seu trabalho ou estudos? Se sim, quais?

5 – Quão satisfeito você se sentiu em relação às orientações que recebeu durante a apresentação das atividades com documentos de arquivo?

Completamente satisfeito		Indiferente		Completamente satisfeito
1	2	3	4	5

6 – Em relação às orientações recebidas e a interação que ocorreu durante a apresentação das atividades, o que mais lhe agradou?

- Conhecer e aprender sobre documentos de arquivo (____)
 - Ver e/ou manusear os documentos de arquivo (____)
 - Instruções recebidas de como utilizar as ferramentas de acesso disponíveis (____)
- Outros _____

7 – Assinale as alternativas que se aproximam de como você descreveria a experiência em trabalhar com documentos de arquivo.

- A experiência agrega no desenvolvimento de pesquisas (____)
- A experiência agrega no cotidiano (____)
- A experiência agrega somente em casos que demandam o uso de fontes primárias (____)
- Experiência interessante, mas não relevante (____)
- Experiência nem interessante, nem útil (____)

8 – A partir das informações recebidas no decorrer da entrevista e na apresentação das atividades educacionais, você utilizaria documentos de arquivo em outras atividades além das apresentadas pelo presente estudo para a aplicação de conteúdos aos seus alunos? (____) Sim (____) Não

- Se sim, o que motiva essa utilização? _____

9 – A partir das informações recebidas no decorrer da pesquisa, você gostaria de participar de elaborações de atividades com documentos de arquivo para apresentar aos seus alunos posteriormente? (____) Sim (____) Não

- Se sim, o que motiva essa participação? _____

10 – Assinale os itens documentais que deseja utilizar futuramente:

- (____)mapas (____)plantas (____)fotografias (____)manuscritos (____)jornais impressos

11 – O que mais chamou atenção nas atividades com documentos de arquivo?

12 – A partir da sua experiência e das informações sobre a utilização de documentos de arquivo, você se sente confortável para realizar pesquisas em instituições arquivísticas?

13 - A partir da sua experiência e das informações sobre a utilização de documentos de arquivo, é possível afirmar que a utilização de documentos de arquivo contribui para o alcance dos seus objetivos didáticos e apropriação dos conteúdos por parte dos alunos? (____) Sim (____) Não

- Se sim, por qual motivo? _____

14 – Descreva brevemente a experiência que teve em relação à utilização de documentos de arquivo como recurso didático (é importante incluir: sobre a participação dos alunos e o reflexo quanto a apropriação dos conteúdos por parte dos alunos).

15 – Quais eram suas expectativas iniciais sobre a utilização de documentos de arquivo como recurso didático?

16 – Dentre orientações, apoio e suporte para o desenvolvimento de atividades a partir da utilização de documentos de arquivo, quais você acredita serem essenciais para viabilizar o uso desses documentos?

- (____) Palestras ministradas por arquivistas sobre o uso de fontes primárias de informação
- (____) Visitas de arquivistas em ambientes escolares para apresentar o acervo disponível
- (____) Orientações acerca do trabalho arquivístico

- Sugestões sobre acervos relacionados a pesquisas e estudos escolares
- Disponibilização de fotocópias ou de documentos digitalizados para serem usados como exemplo e recurso didático
- Orientações sobre documentos de arquivo e fazeres arquivísticos direcionados ao público escolar
- Orientações sobre localização, uso e acesso de documentos de arquivo disponibilizados eletronicamente
- Outros _____

17 – Avalie do seu ponto de vista, a importância das demandas provenientes do processo de pesquisa utilizando documentos de arquivo para a elaboração de atividades educacionais, por meio da escala de 1 a 5, onde: 1 é nada importante; 2 é pouco importante; 3 é indiferente; 4 é importante e 5 é muito importante.

- Interesse, por parte da instituição arquivística, em disponibilizar os documentos de arquivo.
- Disponibilidade dos profissionais da instituição e demais envolvidos para orientações e planejamentos.
- Materiais utilizados.
- Metodologia utilizada para disponibilização dos documentos de arquivo
- Outros _____

18 – Do seu ponto de vista, o que os pesquisadores e profissionais de Arquivologia podem fazer para que o seu trabalho com documentos de arquivo funcione melhor no futuro?

APÊNDICE E – ATIVIDADES LÍNGUA PORTUGUESA

Atividades de Português

Trabalhando com anúncios - Gêneros Textuais e Variações Linguísticas

*Obrigatório

O anúncio é um gênero textual que tem como objetivo promover um produto, um serviço ou até mesmo uma ideia. Ele pode ser vinculado por vários meios de comunicação como: televisão, jornal, rádio e internet (ARAÚJO, 2020). Na imagem abaixo vemos uma peça publicitária anunciada no jornal "Diário da Manhã" do estado do Espírito Santo datado de 28 de novembro de 1907. Observe-a e responda as questões.



1 – Qual a finalidade do anúncio?

- oferecer serviços de limpeza
- apresentar um novo alimento
- promover um espetáculo

2 – Qual o nome do Teatro apresentado no anúncio?

- Teatro Glória
- Teatro Rosa Maria
- Teatro Melpomene

3 - Quantas apresentações ocorrerão?

- 10
- 07
- 03
- 05

4 - Quando será a estreia?

- 22 de abril de 1908
- 07 de janeiro de 1907.
- 28 de novembro de 1907

5 - É possível observar que o anúncio apresenta palavras que com o passar dos anos passaram por modificações. Indique na segunda coluna a palavra correspondente. *

	Teatro	Ator	Espectáculos	Estreia	Turnê
Estréa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espectaculos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Actor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tournee	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Theatro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Enviar

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

Variações linguísticas – Trabalhando com Anúncios em Jornais de Época

As variações linguísticas englobam as reinvenções da língua. Tais reinvenções possuem variações de vários aspectos: históricos, sociais, culturais, geográficos e outros (DIANA, 2020). Em suma, com o passar do tempo e dos usos, a língua sofre modificações desde a forma que falamos até a forma de sua escrita.

Na figura abaixo vemos um anúncio que circulou no jornal "Diário da Manhã" do estado do Espírito Santo no ano de 1907. Observe-a e responda as questões.



1 – No anúncio é possível observar que algumas palavras passaram por modificações na sua grafia. Identifique cinco palavras que apresentam essas modificações e reescreva cada uma da forma que se apresentam no texto e da forma que é escrita na atualidade.

Sua resposta

2 – Agora, das palavras identificadas, selecione três que mais te despertaram interesse pela forma que era escrita no passado, pesquise e preencha abaixo com o significado encontrado.

Sua resposta

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE F – ATIVIDADES ARTE

Conhecendo a diversidade cultural – Trabalhando fotografias

O Congo é considerado e reconhecido como um patrimônio imaterial do estado do Espírito Santo, sendo uma das mais importantes manifestações folclóricas do estado que é acompanhada pelo processo de valorização e de reconhecimento do Congo como identidade local (QUINTINO, 2018).

Em sua pesquisa intitulada "O Congo Capixaba como Patrimônio Imaterial: As Festas de São Benedito na Serra e as Bandas de Congo", Quintino (2018) apresenta muitos aspectos sobre o Congo, conforme vemos a seguir.

O Congo Capixaba é uma [...] uma manifestação cultural que se expressa em grupos de pessoas que cantam e dançam de forma bem característica, participam homens e mulheres, sendo mais conhecidos como Bandas de Congo. Os principais instrumentos utilizados são tambores e casacas, acrescentando também outros instrumentos como: caixas-claras, cuicas, pandeiros, chocalhos, apitos, entre outros, dependendo de cada região. Nas Bandas de Congo é o Mestre de Congo que define as músicas a serem cantadas em cada apresentação, também o ritmo e a marcação da música é feito pelos Mestres das Bandas de Congo. As cantigas tratam de devoções a santos, de assuntos do mar, como sereias e jangadas, de mulheres, de questões cotidianas, e de outros temas diversos. As mulheres, com saias ou vestidos rodados dançam ao redor do grupo de músicos que se dispõem em círculo, com as mãos na cintura e girando de um lado para outro. Manifestação semelhante é o Jongo, pois envolve música, dança e tambores também de origem africana, chegando ao Brasil através dos negros escravos, sendo comum nas festas da cidade apresentações de Bandas de Congo (QUINTINO, 2018, p. 14).

É possível conferir as características do Congo citadas por Quintino (2018) nas figuras abaixo. As imagens fazem parte do acervo fotográfico do Arquivo Público Municipal de Vitória e registram a apresentação de uma banda de Congo, na década de 70. Leia e observe as imagens com atenção para responder as questões solicitadas.



1 – Segundo Quintino (2018, p. 12) “[...] a casaca é um tipo de reco-reco de madeira esculpido artesanalmente em formato de cabeça e pescoço, simulando o corpo de uma pessoa. Um dos lados da parte correspondente ao corpo possui talhos transversais (que lembram as costelas de uma pessoa). A casaca é tocada raspando a vareta sobre os frisos do corpo do instrumento. Esse atrito produz um som único, um timbre característico que dá individualidade ao instrumento”. Com base nas informações apresentadas por Quintino (2018) e nas imagens acima, faça em seu caderno um belo desenho de uma casaca.

Opção 1

2 – Na imagem acima vemos dois instrumentos utilizados pelas bandas de Congo. Quais são eles?

- Violão
- Tambor
- Bateria
- Casaca

3 – As cantigas do Congo “[...] tratam de devoções a santos, de assuntos do mar, como sereias e jangadas, de mulheres, de questões cotidianas, e de outros temas diversos” (QUINTINO, 2018, p. 14). Vamos conhecer um pouco mais sobre o Congo? Para isso, primeiro pesquise e transcreva uma música do Congo. Depois, desenhe no seu caderno o que mais te chamou atenção na letra da cantiga que você transcreveu.

Sua resposta

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE G – ATIVIDADES EDUCAÇÃO FÍSICA

Esportes aquáticos

As atividades aquáticas podem proporcionar muitas vantagens aos praticantes, como o desenvolvimento das qualidades físicas, essas que foram aperfeiçoadas desde os primórdios para que o homem pudesse sobreviver, procurar alimentos e fugir dos perigos que enfrentava na terra. Assim, o meio aquático tornou-se de grande importância para aprimorar, principalmente, a resistência, a velocidade, a força, a agilidade e o equilíbrio do homem (CORDEIRO; PINTO, 2016, p. 03).

Desse aprimoramento surgiram vários esportes aquáticos como, por exemplo, a canoagem, os saltos ornamentais, a natação, o pólo aquático, o remo, o surf, entre outros. Com o passar dos anos os esportes aquáticos receberam novas modalidades de competições. Observe as imagens abaixo. Elas registram competições de remo e de natação realizadas na baía de Vitória. Já imaginou estar passando de ônibus pelo centro da cidade e se deparar com uma competição aquática? Vamos entender melhor sobre a história dos esportes aquáticos e conhecer as transformações pelas quais eles passaram todos esses anos?



1 - Escolha um esporte aquático e faça uma breve pesquisa sobre ele. É importante que tente encontrar: sua história, as modalidades de competições, as regras e tudo que achar interessante.

Sua resposta

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE H – ATIVIDADES MATEMÁTICA

Trabalhando com Gráficos

O gráfico abaixo apresenta dados estatísticos da Prefeitura Municipal de Vitória referente a receitas arrecadadas e despesas efetuadas entre os anos de 1914 e 1938. Observe o gráfico, considere as informações apresentadas em barras no mesmo e responda as questões propostas.



1 - Se compararmos os anos de 1917, 1924, 1931 e 1937, qual o ano teve maior registro de despesa extraordinária?

- 1931
 1937
 1924
 1917

2 - Entre os anos de 1931 e 1938, qual registrou o menor índice de despesa ordinária?

- 1931
 1938

3 - Entre os anos de 1918 e 1921, qual ano registrou o maior índice de despesa ordinária?

- 1918
 1931

4 - Quais foram os três anos que registraram os maiores índices de despesa ordinária?

Sua resposta _____

5 - Cite quais foram os treze anos que registraram os menores índices de despesa ordinária?

Sua resposta _____

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE I – ATIVIDADES CIÊNCIAS


O dia e a noite

De uma forma geral, cada cultura faz uso de suas lendas e/ou mitos para compreender e dar sentido aos fatos e eventos da vida. O fenômeno da noite, por exemplo, é explicado inicialmente por meio de uma história indígena. No entanto, sabemos que existe uma explicação científica sobre o surgimento do dia e da noite.

O dia é o período de tempo que o Sol ilumina a sua cidade, o seu estado e o seu país. A noite é o período de tempo que a sua cidade, estado e país ficam escuros, porque o Sol está iluminando outra parte do planeta Terra. Isso acontece porque a Terra gira lentamente o tempo todo, mas nós não sentimos qualquer movimento, porque ela gira uniformemente e com a mesma velocidade.

Agora que sabemos o que acontece para termos o dia e a noite, vamos colocar nosso conhecimento em prática e realizar as atividades abaixo.]

1 – As fotos abaixo são da Cidade de Vitória em diferentes épocas e momentos. Vamos identificar qual foto mostra a cidade durante o dia e qual retrata durante a noite?




Dia
 Noite

2 – Depois de observar as imagens, quais foram as principais características que te ajudaram a diferenciar o dia e a noite? Se você sabe mais alguma característica, além das que você viu nas fotos, fique a vontade para escrever essas também.


Sua resposta

3 – Quais são as atividades que você mais gosta de fazer no período da noite?


Sua resposta




Dia
 Noite



Dia
 Noite



Dia
 Noite



4 – Quais são as atividades que você mais gosta de fazer durante o dia?

Sua resposta

[Enviar](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.
Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Perguntas](#) [Ajuda](#) [Termos de Serviço](#) [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE J – ATIVIDADES GEOGRAFIA

Os meios de Transporte ao longo do tempo.

As imagens abaixo apresentam alguns dos meios de transporte utilizados na cidade de Vitória em diferentes épocas. Observe as imagens abaixo e responda as questões propostas.



1 – Qual a diferença entre os meios de transporte apresentados nas imagens para os que você conhece na atualidade?

Sua resposta

2 – Os trens e ônibus ainda existem na atualidade, mas possuem formas diferentes. Além das mudanças em relação à estrutura de cada um, você considera que ocorreram outras mudanças? Como a segurança do meio de transporte, por exemplo. Se sim, quais?

Sua resposta



3 – Diante de todas essas transformações, o que considera que tenha mudado na vida das pessoas e no espaço em que elas vivem com todas essas mudanças?

Sua resposta



Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulário Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. Denunciar abuso - Termos de Serviço - Política de Privacidade

Google Formulários

APÊNDICE K – ATIVIDADES HISTÓRIA

Festa no nosso município: o Carnaval.

As imagens abaixo retratam a comemoração do Carnaval no município de Vitória em diferentes épocas. É possível observar que a festa movimentou um grande número de pessoas e de espaço. Observe as imagens e com a ajuda dos seus familiares ou amigos, responda as perguntas.



1- Esta festa é feriado no seu município?

Sua resposta _____

2- O que as pessoas fazem quando é Carnaval? As pessoas se vestem normalmente?

Sua resposta _____

3- Na sua cidade, o trânsito é alterado para que os festejos de Carnaval ocorram? Como ficam as ruas durante as festas e depois das festas?

Sua resposta _____

4- Existe algum lugar da cidade em específico para onde as pessoas vão festejar o Carnaval?

Sua resposta _____

5- Pergunte aos seus familiares as lembranças que possuem sobre o Carnaval. Como era o Carnaval na infância deles?

Sua resposta _____

6- Você já brincou e se divertiu no Carnaval? Como foi?

Sua resposta _____

7- Você tem aula no dia de Carnaval? E nos dias anteriores o que acontece na sua escola?

Sua resposta _____

8- Os bancos e comércio local funcionam normalmente?

Sua resposta _____

Enviar

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

APÊNDICE L – ATIVIDADES ENSINO RELIGIOSO

As influências na cultura e os povos de matriz africana

Congo

O Congo Capixaba é uma manifestação cultural que acontece no Espírito Santo, tendo suas origens nos negros escravos, vindos de várias regiões da África, provavelmente, origem nos bantus, grupo etnolinguístico da África subsariana. É considerado o ritmo mais tradicional do Espírito Santo, fazendo referência aos escravos, aos santos de devoção, ao amor e ao mar (QUINTINO, 2018, p. 20).

Presentes em todo o Estado e em grande número de regiões da Grande Vitória e municípios do norte, as Bandas de Congo utilizam instrumentos sonoros muito simples, feitos de madeira oca, usando barris, taquaras, pele de cabra ou de boi, latas ou outros materiais. Ao som de instrumentos como tambores, bumbos, cuícas, chocalhos, ferrinhos ou triângulos de ferro e pandeiros, homens e mulheres cantam antigas ou novas músicas, que fazem referências a fatos do passado, como a escravidão, a Guerra do Paraguai, santos da devoção popular, os Orixás relacionados aos elementos da natureza, como o mar, as estrelas, o vento, a chuva, ou ao ser humano, cobrindo desde amor e morte até fatos políticos e sociais (QUINTINO, 2018, p. 20- 22).

Capoeira

Praticada por escravos africanos como uma mistura de luta, dança e música, a capoeira surgiu no século 17 e era uma forma que os escravos tinham de se socializar e lembrar as suas origens. Seu nome advém dos campos abertos, sem vegetação, em que era praticada e que em algumas partes do Brasil ainda são conhecidos pelo nome de capoeira. A técnica também é símbolo de resistência, pois era usada como defesa, tanto por escravos, quanto por libertos, depois do fim da escravidão. Era considerada subversiva e até a década de 1930 foi marginalizada.

A prática só foi reconhecida em 1937, depois que Mestre Bimba a apresentou ao então presidente Getúlio Vargas, que a declarou esporte nacional. Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

As imagens abaixo fazem parte do acervo fotográfico do Arquivo Público Municipal de Vitória e registram a apresentação de uma banda de congo, na década de 70 e a apresentação de um grupo de capoeira em um dos principais Parques do município de Vitória, o Parque Moscoso, na década de 80.

A partir do texto apresentado e das imagens abaixo é possível identificar as influências da cultura dos povos de matriz africana no desenvolvimento da identidade das manifestações culturais, artísticas e musicais da população brasileira podendo ser percebida, por exemplo, através dos instrumentos e ritmos utilizados e tocados até os dias atuais.

Agora é a sua vez! Vamos conhecer um pouco mais sobre as influências da cultura dos povos de matriz africana. Para isso, pesquise e registre no seu caderno sobre as religiões de matriz africana que foram incorporadas a cultura brasileira.

Congo



Capoeira



Enviar

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) · [Termos de Serviço](#) · [Política de Privacidade](#)

Google Formulários